



André Rodrigues
Elizabete Albernaz
João Trajano de Lima Sento-Sé
Raquel Willadino
Andrés del Río
Daniel Octaviano
Leandro Marinho
José Mauro Pompeu
Thais Gomes

VIOLÊNCIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAÍA DA ILHA GRANDE

André Rodrigues
Elizabete Albernaz
João Trajano de Lima Sento-Sé
Raquel Willadino
Andrés del Río
Daniel Octaviano
Leandro Marinho
José Mauro Pompeu
Thais Gomes

VIOLÊNCIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAÍA DA ILHA GRANDE

REALIZAÇÃO:



LEPOV
LABORATÓRIO DE
ESTUDOS SOBRE
POLÍTICA E VIOLÊNCIA



PARCERIA:



APOIO:

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

2022_Observatório de Favelas

COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA

André Rodrigues

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

André Rodrigues (UFF)

Elizabeth Albernaz (WITWATERSRAND)

Raquel Willadino Braga (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS)

PESQUISADORES

Andrés del Río

João Trajano de Lima Sento-Sé

Daniel Octaviano

Leandro Marinho

José Mauro Pompeu

Thais Gomes

AUTORES DA PUBLICAÇÃO

André Rodrigues

Elizabeth Albernaz

João Trajano de Lima Sento-Sé

Raquel Willadino

Andrés del Río

Daniel Octaviano

Leandro Marinho

José Mauro Pompeu

Thais Gomes

REALIZAÇÃO

Observatório de Favelas

Laboratório de Estudos sobre Política e Violência (DGP/IEAR/UFF)

Núcleo de Estudos sobre o Estado Instituições e Políticas Públicas (DGP/IEAR/UFF)

PARCERIA

Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ)

Witwatersrand University

APOIO

Fundação Heinrich Böll

Open Society Foundations

REVISÃO

Marília Pereira

CAPA

Arte sobre foto de Elza Fiuza / Agência Brasil

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de Ideias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior — CRB 8/9949

V795

Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande [recurso eletrônico] / André Rodrigues... [et al.]. - Rio de Janeiro : Observatório de Favelas, 2022.

179 p. ; PDF ; 5.2 MB

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87016-12-2 (Ebook)

1. Segurança pública. 2. Violência. 3. Política. 4. Rio de Janeiro. I. Albernaz, Elizabeth. II. Sento-Sé, João Trajano de Lima. III. Willadino, Raquel. IV. del Río, Andrés. V. Octaviano, Daniel. VI. Marinho, Leandro. VII. Pompeu, José Mauro. VIII. Gomes, Thais. IX. Título.

2022-2841

CDD: 353.40981

CDU: 351.75(81)

1ª EDIÇÃO

Rio de Janeiro_Setembro 2022

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

EM UM CENÁRIO DE RECRUDESCIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA no Brasil, no qual o ódio e brutalidade reivindicam legitimidade e buscam penetrar no cotidiano, estudos como este ganham as cores da urgência e da insurgência. Escrevemos sob os signos do não e do nunca mais! Recusamos as tentativas correntes de aprofundar opressões e sufocar o poder popular. Dizemos não às forças que buscam validar a violência como linguagem política.

Agradecemos à Fundação Heinrich Böll e à Open Society Foundations pelo apoio e recursos que permitiram a renovação da pesquisa com um ciclo no qual ampliamos nossos interesses analíticos.

Agradecemos à comunidade universitária do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense que mantém de pé as atividades do LEPOV e do NEEIPP.

É preciso agradecer especialmente a todas as pessoas que confiaram em nosso trabalho e disponibilizaram seu tempo, seus saberes, suas experiências em entrevistas que são o coração e a espinha dorsal deste trabalho.

Dedicamos este trabalho a todas, todos e todes as lideranças negras, indígenas, quilombolas e membros de outros povos e comunidades originários e tradicionais, LGBTQIA+, que se erguerão democraticamente contra os horrores da violência e se apresentarão nas urnas em 2022. Que venham as vitórias e tenhamos espaços políticos cada vez mais democráticos.

SUMÁRIO

6 INTRODUÇÃO

15 **MONITORAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAÍA DA ILHA GRANDE**

16 Quadro geral da violência letal intencional na Baixada e na Baía da Ilha Grande

23 Panorama geral dos casos

36 Perfil das vítimas

43 Atuação política

47 **AS MUITAS FACES DA VIOLÊNCIA POLÍTICA**

51 Violência no cotidiano da política

82 Interseccionalidade e violência política: racismo institucional, misoginia e partidos políticos

97 Estratégias para lidar com a violência

98 A construção da democracia passa por mulheres negras no poder

102 **VIOLÊNCIA COMO PLATAFORMA POLÍTICA**

103 Escopo e objetivos do mapeamento

105 Características gerais do uso das redes sociais no Brasil

110 Tipologia de perfis: falando de segurança pública nas redes sociais

124 A violência como política

128 **VIOLÊNCIA POLÍTICA E ESTRUTURAS DE PODER ANTIDEMOCRÁTICAS**

129 Notas básicas sobre democracias e alguns de seus modelos

134 O marco constitucional e seus limites

137 Democracia na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande: notas sobre a dura interpelação empírica

143 Democracia e cultura da resistência

148 **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

153 **NOTA METODOLÓGICA**

161 **REFERÊNCIAS**

172 **ANEXOS**

INTRODUÇÃO

O TRABALHO QUE AQUI APRESENTAMOS se dedica a explorar as interseções entre violência e política através do olhar para duas regiões específicas do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e a Baía da Ilha Grande. Dando continuidade aos esforços analíticos cujos resultados foram apresentados em publicação anterior (Rodrigues *et al.*, 2021), este estudo, produzido por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Observatório de Favelas, da Universidade Witwatersrand (WITS/África do Sul) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), busca analisar casos de violências de diferentes tipos cometidas contra atores que tenham atuação política (seja no Estado ou na sociedade civil). Apesar da ampliação do escopo das formas de violência analisadas (no estudo anterior havíamos considerado apenas a violência letal), os conceitos básicos que norteiam nossa análise seguem os mesmos. Consideramos “atores políticos” lideranças, ativistas, representantes e gestores políticos pertencentes às regiões supracitadas. Da mesma forma, continuamos a definir “violência política” como o conjunto de atos violentos perpetrados contra atores políticos e que tenham sido efetuados em função dessa atuação.

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a um recrudescimento de uma interpenetração entre violência e política. De acordo com o Observatório da Violência Política e Eleitoral (2022), formado por pesquisadores do Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), o Brasil registrou, nos últimos três anos, 1209 casos de violência política¹. Se em janeiro de 2019, quando teve início o governo Jair Bolsonaro, foram

-
1. Com base no monitoramento diário da mídia impressa, eletrônica e digital, a metodologia do levantamento realizado pelo grupo considera como violência política a violência exercida contra lideranças políticas, por sua vez, entendidas como o conjunto de ocupantes e ex-ocupantes de cargos eletivos, candidatos, ex-candidatos, pré-candidatos e determinados funcionários da administração pública (ministros, secretários de governo e assessores). Os tipos de violência considerados no estudo são agressões, ameaças, atentados, homicídios e sequestros.

contabilizados 47 casos, em junho de 2022, ocorreram 214, o que representa um crescimento de 335% nos casos desse tipo. Quando comparados os números de casos de violência contra lideranças políticas no país nos primeiros seis meses de 2022 com o mesmo período do último ciclo eleitoral, o pleito municipal de 2020, também verifica-se um aumento: os registros tiveram um acréscimo de 17,4%. Apenas em 2022, foram 45 homicídios.

A ascensão da extrema direita no país, cujo símbolo maior foi a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, não por acaso, tem sido acompanhada de um embrutecimento da vida social mesmo naquilo que ela tem de mais ordinário, as suas relações cotidianas. Os ataques constantes do presidente às instituições e à imprensa, a retórica violenta, o desprezo aos direitos humanos, o uso de uma linguagem imprópria em atos oficiais, a demonização das esquerdas, as políticas pró-armamento e a rejeição aos limites e controles democráticos — para ficar somente em alguns exemplos — fazem eco às ações dos setores e grupos políticos que lhe apoiam. Tudo isso se soma a uma tradição histórica, pertencente não apenas ao Brasil, mas a toda América Latina, em que a violência persiste como elemento estruturante das relações de poder que perpassam tanto as interações sociais como as suas institucionalidades. O resultado tem sido um caldo de violência que parece sempre estar na iminência de entornar por completo e ao mesmo tempo transborda em ato contínuo e explícito.

São até aqui muitos os eventos violentos que se tornaram emblemáticos reverberando a conjuntura política. Em um cenário de múltiplas fraturas expostas da democracia brasileira, os ataques a militantes e políticos de esquerda e a grupos minorizados politicamente, como mulheres cis e trans, pessoas negras, indígenas, defensores de direitos humanos e ativistas têm se notabilizado pelo grau de hostilidade e pela frequência cada vez maior.

Organizações como o Instituto Marielle Franco (2021), por exemplo, têm sido categóricas ao afirmar que desde 2018 tem ocorrido um acirramento da violência direcionada contra mulheres negras e LGBTQIA+ que se estabeleceu no país desde o golpe de 2016, que destituiu a primeira mulher presidente do Brasil, e que teve como expressão mais aguda o assassinato de Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Os exemplos são muitos.

A deputada federal Talíria Petrone (PSOL) precisou receber escolta policial depois de receber diversas ameaças e tomar conhecimento sobre a organização de planos para a sua morte, que foram descobertos após interceptações

realizadas pela polícia por meio de gravações (Carmo, 2019). As ameaças vinham pelas redes sociais virtuais e por telefonemas para a sede de seu partido. Investigações revelaram que na *deep web* (área “escondida” da internet que possui pouca regulamentação) havia um plano para assassiná-la que envolvia milicianos. A parlamentar, que por diversas vezes afirmou ter sido vítima de racismo na Câmara, chegou a solicitar ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU) e precisou ser afastada de suas atividades no Rio de Janeiro, por medida de segurança, retomando sua agenda no Estado apenas um ano depois (Oliva, 2021).

Em São Paulo, a deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL), a primeira mulher trans eleita em uma assembleia legislativa na história do país, logo em seus primeiros meses de trabalho ouviu outro parlamentar, em plenário, afirmar que retiraria “à tapas” e depois chamaria a polícia para um “homem que se acha mulher” que utilizasse o mesmo banheiro que sua mãe ou irmã (Rodrigues; Santos, 2022). Em junho deste ano, Malunguinho e outros políticos, como o vereador transexual Thammy Miranda e a vereadora paulistana Erika Hilton (PSOL) — a primeira vereadora negra e transvestigênera a ter sido eleita e também a presidir uma comissão na Câmara municipal de São Paulo —, além de organizadores da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo, foram vítimas de ameaças de morte por sua participação no evento (Bitar, 2022).

Em Niterói, município do Rio de Janeiro, a vereadora Benny Briolly, a primeira travesti eleita na cidade, foi alvo de uma ameaça de morte (Mello, 2022) enviada pelo *e-mail* institucional do deputado estadual fluminense Rodrigo Amorim (PTB-RJ), um dos mais fervorosos apoiadores e aliados da família Bolsonaro. No *e-mail*, tornado público pela própria Briolly em suas redes sociais virtuais, além de ataques de conteúdo racista e transfóbico, o autor da mensagem afirma que se a vereadora não desistir do processo que move contra o deputado, iria “fechar sua boca podre para sempre” e que já estava “contando as balas” (para matá-la). Semanas antes, Amorim foi transfóbico com a parlamentar durante discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e em suas redes sociais virtuais². O deputado ganhou notoriedade por outro

2. Na ocasião, Amorim afirmou que Briolly seria um “boizebú”, que é uma aberração da natureza, aquele ser que tá ali, um “vereador”, homem, pois nasceu com pênis e testículo, então é homem”. Após o ataque em plenário, o deputado voltou a atacar Benny Briolly chamando-a em suas redes sociais virtuais pelo masculino e de “machão”.

gesto de ódio político cometido durante as eleições de 2018, quando quebrou uma placa que homenageia a ex-vereadora Marielle Franco, e por ter proposto por meio de projeto de lei uma anistia a ex-policiais militares envolvidos com a milícia. Em investigação, a Polícia Civil, por meio da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), afirmou não ter encontrado informações que comprovem que o *e-mail* efetivamente foi disparado do endereço de Amorim.

O racismo também foi o vetor de violências sofridas por homens negros atores políticos. Em maio deste ano, o deputado federal e ex-ministro dos Esportes nos governos Lula e Dilma Rousseff, Orlando Silva (PCdoB), foi vítima de ofensas verbais de cunho racista e político-institucional e de uma tentativa de agressão em um restaurante em São Paulo. De acordo com o político, um homem teria tentado se aproximar de sua mesa, onde estavam outras pessoas, e afirmado que ali não era “o seu lugar” e que Bolsonaro iria “destruí-los” (Figueiredo, 2022).

Em Curitiba, no Paraná, o vereador Renato Freitas (PT) teve o seu mandato cassado por duas vezes — em uma delas, mesmo depois de o Tribunal de Justiça do Paraná suspender a primeira sessão que puniu o político —, numa clara demonstração de perseguição política e racismo. A cassação ocorreu após Freitas ter participado de uma manifestação que pedia justiça pelo assassinato de Moise Kabagambe (ocorrido no Rio de Janeiro). Na ocasião, o vereador interrompeu uma missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que possui relação histórica com a população negra de Curitiba. Após o ato, o vereador foi alvo de quatro representações contra si na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) por quebra de decoro parlamentar. Por unanimidade, a CMC deu continuidade ao processo e, mesmo com a Arquidiocese se posicionando oficialmente contra a punição, Freitas foi afastado de seu cargo. Antes de sua cassação pela segunda vez, o vereador ainda foi vítima de ofensas racistas enviadas ao seu *e-mail* que, primeiramente, acreditava-se terem partido do *e-mail* institucional do relator de sua cassação. No conteúdo da mensagem, uma frase dizia que a CMC não era lugar para Renato e ordenava que ele voltasse “para a senzala” (Filippin, 2022).

No norte do país, caso que ganhou intensa notoriedade internacional foi o do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, assassinados durante viagem pelo Vale do Javari, no Amazonas, a segunda maior terra indígena do Brasil, onde são recorrentes os conflitos e crimes violentos em decorrência do tráfico de drogas, desmatamento, caça e avanço

do garimpo ilegal. Depois de ficarem desaparecidos por dez dias, os restos mortais de Bruno e Dom foram encontrados após um dos supostos suspeitos confessar envolvimento no crime. As vítimas, que foram mortas a tiros, com munição de caça, tiveram ainda seus corpos esquartejados, queimados e enterados na floresta. Em nota, logo após a notícia sobre o desaparecimento de Bruno e Dom, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) afirmou que Bruno recebia ameaças constantemente de madeireiros, garimpeiros e pescadores ilegais.

Durante a procura pelos ativistas, ao menos 100 indígenas de diferentes etnias se engajaram e mobilizaram buscas antes mesmo das autoridades brasileiras. As equipes haviam sido treinadas pelo próprio Bruno, que foi durante anos coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Atalaia do Norte e realizava atividades junto a Univaja. O governo federal, como tem sido a tônica de sua atuação no atual mandato, manteve uma postura pouco ativa na elucidação do caso e no combate a crimes desse tipo, que ameaçam todos aqueles que se comprometem com a defesa da floresta e dos povos que nela habitam.

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Justiça, Anderson Torres, foram acusados de negligenciar o caso por familiares, pessoas próximas às vítimas e defensores dos direitos humanos. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil questionou a demora na mobilização para o início das buscas (Ribeiro, 2022). A Justiça Federal do Amazonas chegou a apontar omissão por parte da União e determinou (UOL, 2022) que houvesse um reforço nas estratégias de busca e resgate de Bruno e Dom. O Parlamento Europeu cobrou uma investigação independente do caso e de outros crimes ocorridos na região e criticou abertamente Bolsonaro por ter “aberto” o território a atividades ilegais e potencialmente destrutivas, além de promover o aparelhamento da FUNAI e aumentar a vulnerabilidade de povos originários e de defensores do meio ambiente e dos direitos humanos (European, 2022). O presidente brasileiro não apenas não demonstrou sensibilidade com o ocorrido, como afirmou que Bruno e Dom fizeram uma “aventura não recomendável” e comparou o caso com uma situação hipotética em que ele seria levado “ao micro-ondas” se, com seu “olho azul”, “subisse algum morro” do Rio de Janeiro (Bolsonaro, 2022).

Outro caso de grande repercussão midiática foi o assassinato de Marcelo Arruda, guarda municipal e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) em Foz do Iguaçu, no Paraná. Marcelo foi morto durante sua festa de aniversário de 50

anos. A comemoração tinha como tema o PT e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Um policial penal federal, que se identifica nas redes sociais virtuais como apoiador de Jair Bolsonaro e que não era convidado ou conhecido por ninguém, invadiu armado o lugar onde a festa ocorria e disparou contra o aniversariante enquanto gritava o nome do presidente. O anfitrião reagiu e houve troca de tiros. Ambos se feriram, mas apenas o petista morreu. A delegada que primeiramente ficou responsável pelo caso foi afastada após familiares e correligionários apontarem que nas redes sociais a agente reproduzia discursos de ódio em relação ao PT e ao ex-presidente Lula. Após a mudança na condução das investigações, mesmo diante das claras evidências, a Polícia Civil do Paraná concluiu em inquérito que o crime não teria sido motivado por hostilidade política.

No Rio de Janeiro, as ações recentes das Polícias Militar e Civil e até mesmo da Polícia Rodoviária Federal — que tem operado fora de seus limites constitucionais, que circunscrevem sua atuação ao patrulhamento ostensivo, fiscalização e controle de rodovias federais — têm corroborado com o quadro de violência associado ao atual ambiente político. Apesar do crescimento contínuo da letalidade policial no estado desde 2014, na esteira do desmantelamento de políticas públicas³ que tiveram impacto positivo em relação a esse fim, desde 2018 — ano da intervenção federal militar no Rio, comandada pelo general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa do governo Bolsonaro — tem se registrado uma escalada do número de mortes provocadas por agentes do estado, sobretudo, em operações policiais. Nesse contexto, as chacinas policiais, que estão longe de serem episódios esporádicos, têm chamado a atenção.

De acordo com dados de levantamento realizado pelo Instituto Fogo Cruzado e pelo Grupo de Estudos Novos Ilegalismos (Geni/UFF), nos dois primeiros anos de governo de Wilson Witzel, eleito surfando a onda bolsonarista, operações policiais foram responsáveis por 96 chacinas e 368 mortes. Após o seu *impeachment* e a posse definitiva de seu vice, o atual governador Cláudio Castro, também aliado de Bolsonaro, entre maio de 2021 e junho de 2022, 40 chacinas decorrentes de operações policiais resultaram em 182 mortes, em uma clara continuidade da política adotada por seu antecessor (Filho, 2022). Desde 2019, o Rio de Janeiro registrou oito das dez maiores chacinas de sua

3. Dentre as quais podemos citar a retirada do índice de letalidade policial do sistema de metas e a extinção da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

história, todas elas ocorridas durante operações policiais. Tudo isso mesmo com o breve hiato provocado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020 que, no âmbito da ADPF 635, limitou a realização de operações policiais em favelas durante a pandemia.

Mesmo em meio a esse cenário, os episódios mais recentes conseguiram elevar ainda mais o patamar de brutalidade das ações e chacinas policiais no Rio de Janeiro. Em maio de 2021, operação liderada pela Polícia Civil no Jacarezinho, favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, e significativamente denominada “*Exceptis*”, palavra em latim cujo significado é “exceção”, teve como saldo 28 mortes, tornando-se a operação mais letal de todos os tempos no estado. No episódio, que ficou conhecido como “Chacina do Jacarezinho”, diversos corpos foram encontrados com indícios de espancamento, tortura e execução. Um ano depois, a polícia voltaria à favela e destruiria um memorial, feito para conservar a memória do fato ocorrido e homenagear as vítimas da chacina, sob a justificativa de que a obra faria “apologia ao tráfico de drogas” (Lopes; Figueiredo, 2022). Em sua conexão, esses eventos explicitaram como tanto quanto a vida, a morte também pode ser alvo da violência. Não existe nem possibilidade de a memória existir sem violência.

Nos últimos meses do presente ano, outras duas chacinas chamaram a atenção por sua brutalidade. Na Vila Cruzeiro, uma nova operação, dessa vez com a participação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), além das Polícias Militar e Civil (PM/PC), vitimou fatalmente 25 pessoas, em uma das maiores chacinas já acontecidas no Rio de Janeiro. Na ocasião, moradores relataram terem sido alvo de tiros enquanto procuravam pelos corpos de parentes e amigos em uma mata na região (Lopes; Figueiredo, 2022). Mais recentemente, em um conjunto de favelas próximo à Vila Cruzeiro, o Complexo do Alemão, assistiu a mais um massacre policial: 18 mortes em operação que novamente reuniu PRF, PM e PC.

Em todas essas chacinas, há presente uma forte interseção entre violência e política que se manifesta triplamente. Em primeiro lugar, de maneira mais explícita, na eleição da parte da população que pode ser considerada impunemente matável: negros, pobres e favelados. Em segundo lugar, no uso que se faz da violência tendo em vista dividendos eleitorais: explora-se simultaneamente o sofrimento daqueles que podem ser mortos pela precariedade de suas vidas e o ódio daqueles que se regozijam com essas mortes por nelas enxergarem princípios de ordem e hierarquia sendo reafirmados. Como em uma espécie

brutal de lógica sacrificial, corpos são oferecidos em troca de votos e apoio político. Em terceiro e último lugar, mas não menos importante, na forma como as polícias, a partir do seu poder irrestrito de matar e, por extensão, de negociar a vida, atuam como verdadeiros partidos políticos, agindo através dos seus próprios interesses e demandas, demonstrando seu poder e se afirmando como um ator estratégico a qualquer cálculo político.

METODOLOGIA⁴

Tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa, optamos pela aplicação de uma metodologia semelhante àquela empregada no estudo anterior, operando a partir de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Visando ampliar e aprofundar o material coletado no primeiro ciclo de pesquisa, ao levantamento de casos feito a partir de notícias jornalísticas e às entrevistas em profundidade com atores afetos ao tema, realizamos também um monitoramento e análise das mídias sociais de políticos locais ligados ao campo da segurança pública. Operamos, dessa forma, tanto com fontes primárias quanto com fontes secundárias para a realização do estudo.

A coleta do material jornalístico seguiu o mesmo critério utilizado anteriormente: foram consultados *sites* e portais de notícia, além de acervos digitalizados de jornais. O recorte temporal dessa vez considerou apenas as notícias publicadas entre janeiro de 2021 e junho do ano corrente. Para garantir o máximo de resultados e a checagem das informações levantadas, as buscas foram realizadas tanto manualmente quanto através de uma ferramenta de clipagem.

Em nossas buscas, utilizamos um conjunto de palavras-chave específicas definidas pela equipe como fundamentais para alcançar resultados mais amplos e mais consistentes. Para dar conta do novo rol de violências analisadas nesse ciclo, foi necessário adicionar novas palavras-chave às buscas. Todas as palavras-chave foram divididas em três grandes grupos de descritores correspondentes aos elementos mais significativos à pesquisa: ação, isso é, o tipo de violência perpetrado contra a vítima; perfil, isso é, a posição política ocupada

4. Ver a descrição mais detalhada dos procedimentos de pesquisa adotados nesse estudo na “Nota Metodológica” ao final desta publicação.

pela vítima; e lugar, que é capaz de fornecer informações, tanto sobre o lugar de origem da vítima quanto sobre o lugar onde a violência foi cometida.

Assim como no estudo anterior, o ciclo de pesquisa que deu origem a esta publicação também contou com a realização de entrevistas a partir de roteiros semiestruturados com atores afetos ao tema. O critério estabelecido para a seleção da/os entrevistada/os se manteve: foram ouvidos atores que têm ou já tiveram algum tipo de atuação, profissional e/ou política nas regiões analisadas. Entrevistamos ativistas, militantes, ex-candidatas/os e pré-candidatas/os a cargos eletivos e gestores públicos. Diferentemente do processo adotado no processo de pesquisa de nossa primeira publicação, em decorrência da gravidade da pandemia de Covid-19, dessa vez, para além dos encontros realizados de maneira remota (*online*) através de plataforma de videoconferência, foram realizados também encontros presenciais com aqueles que assim preferiram. Ao todo, foram feitas, no atual ciclo de pesquisa, ao longo do primeiro semestre de 2022, 14 entrevistas, totalizando mais de 20h de gravação. Levaremos, ainda, em consideração, o conjunto de 22 entrevistas que realizamos no ciclo passado e que não foram completamente exploradas na análise que desenvolvemos na publicação anterior (Rodrigues *et al.*, 2021). Como no primeiro estudo, por questões de segurança, a todas as pessoas entrevistadas foi garantido o anonimato. Dessa forma, nomes ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-las não serão reveladas.

Complementarmente aos outros dois processos metodológicos, em outra frente de trabalho, nossa equipe monitorou as redes sociais virtuais de políticos pertencentes e/ou atuantes na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande associados ou reconhecidos por sua atuação em relação aos temas da violência e da segurança pública. Foram analisadas, selecionadas e coletadas postagens relacionadas a esses temas nos perfis desses atores no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. Foram consideradas somente as postagens feitas entre o início de 2022 e a data final de redação deste estudo. Os elementos discursivos e visuais contidos nelas foram analisados quantitativa e qualitativamente, de maneira a serem identificados os perfis, os posicionamentos e os recursos retóricos mobilizados pelos políticos analisados.



**MONITORAMENTO
DE CASOS DE
VIOLÊNCIA POLÍTICA
NA BAIXADA FLUMINENSE E
NA BAÍA DA ILHA GRANDE**

*Grilo é procuradô,
Pavão manda matá,
Galo cumpre a incumbença*

[JOÃO BOSCO, ALDIR BLANC E PAULO EMÍLIO]

QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA LETAL INTENCIONAL NA BAIXADA E NA BAÍA DA ILHA GRANDE

A BAIXADA FLUMINENSE É UMA REGIÃO que reúne treze municípios que compõem, junto com a capital do estado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Historicamente, após ser um centro de produção de cana de açúcar e, depois, de produtos cítricos, consolidou-se como uma espécie de área um tanto rural, com capacidade produtiva declinante, um tanto urbana, funcionando como conjunto de polos de cidades dormitório para a mão de obra proletária e de baixos extratos do setor de serviços empregada na cidade do Rio de Janeiro. Essa última é a configuração que se impõe a partir dos anos trinta do século passado e acaba funcionando como sementeira para diversos processos de estigmatização social, exploração e dependência econômica da região e seus moradores.

É evidente que essas marcas acabam reforçando preconceitos que se dirigem para uma região cujos municípios são muito desiguais entre si em dimensões, densidade, indicadores socioeconômicos e perfis sociais. Soma-se aos processos de estigmatização da Baixada Fluminense o fato de ser marcada por altos índices de criminalidade violenta. Tomando a violência letal intencional como parâmetro, a região apresenta, por exemplo, índices mais altos do que a capital e do estado como um todo. A tabela a seguir atesta bem o quanto a Baixada se destaca:

TABELA 1 | TAXAS DE LETALIDADE VIOLENTA (POR 100 MIL HABITANTES)

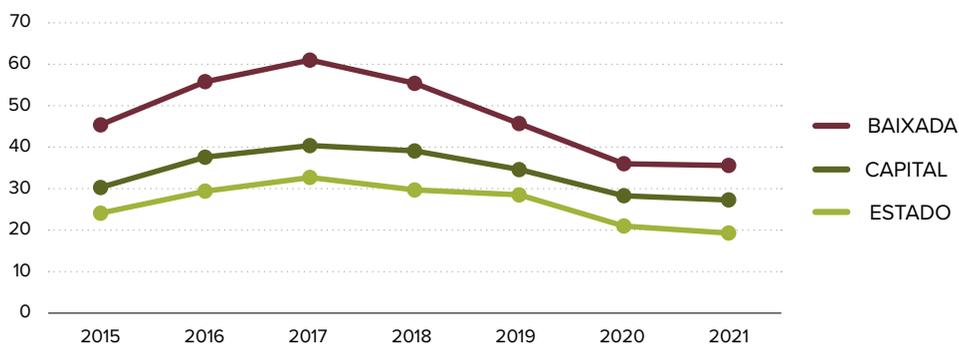
ANO	BAIXADA	CAPITAL	ESTADO
2015	45,4	24,1	30,3
2016	55,8	29,4	37,6
2017	61,0	32,7	40,4
2018	55,4	29,7	39,1
2019	45,7	28,5	34,6
2020	36,0	21,0	28,3
2021	35,6	19,3	27,3

FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Nessa pequena série histórica retratada na tabela acima, podemos perceber a consistência com que os índices da Baixada se mantêm mais altos do que os da capital e os do estado como um todo. Sabedores de que é na Região Metropolitana que se concentram os casos de violência letal intencional no estado e que, dissociada da Baixada, a capital apresenta dados mais baixos do que o estado, chegamos à inevitável conclusão que é para a Baixada que, de fato, devemos olhar preferencialmente quando pensamos essas dinâmicas e pretendemos conceber modos de lidar com ela.

A tradução visual da série apresentada na tabela explicita uma sincronia curiosa.

GRÁFICO 1 | TAXAS DE LETALIDADE VIOLENTA (POR 100 MIL HABITANTES)



FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Chega a ser desconcertante a simetria do movimento das três curvas do gráfico acima. Nos três recortes verificamos o ápice de incidência de violência letal em 2017, ano em que se desenrolava a maior crise fiscal da história do estado. Ainda que o declínio que se opera a partir daí seja ligeiramente mais acentuado na Baixada, temos que reconhecer que as curvas baixam lentamente até se manterem em patamares bastante altos em 2021, último ano da série.

Se os índices de violência letal na Baixada são decisivos para entendermos o que se passa no Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana, a incidência da violência do Estado nessa região segue o mesmo caminho.

TABELA 2 | TAXAS DE MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO (POR 100 MIL HABITANTES)

ANO	BAIXADA	CAPITAL	ESTADO
2015	4,1	4,7	3,9
2016	5,6	7,1	5,5
2017	9,1	8,0	6,7
2018	14,1	8,3	8,9
2019	13,6	10,8	10,5
2020	10,3	6,2	7,2
2021	11,2	6,8	7,8

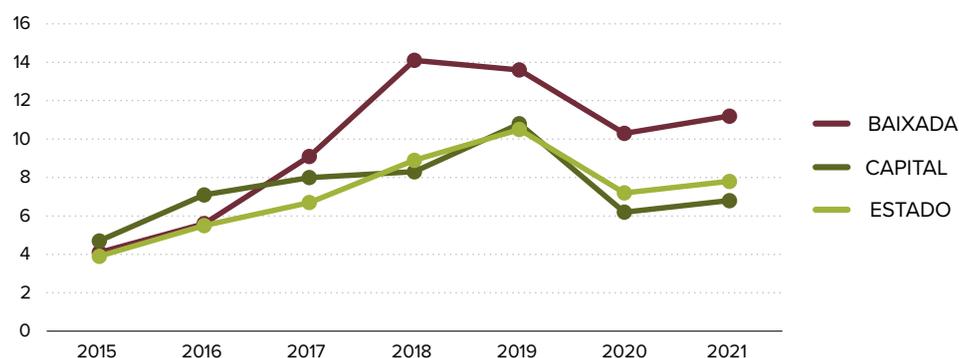
FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Pode-se perceber que após os dois primeiros anos da série, quando a ação letal das polícias (é fundamentalmente a elas que estamos nos reportando quando nos referimos a agentes do Estado) na capital ultrapassa as taxas do estado e mesmo da Baixada, a tendência muda de forma consistente e, mais uma vez, a região apresenta números robustamente mais elevados do que a capital e estado como um todo.

Nesse caso, a tradução visual nem apresenta a simetria destacada anteriormente. Aqui, como atesta o gráfico abaixo, a tendência de crescimento verificada em 2015 se acentua sensivelmente na Baixada, comparativamente ao que se dá na capital e no estado. Note-se, por outro lado, que, após chegar a seu ápice em 2018, ano da intervenção federal no estado, a tendência apresenta

um ligeiro declínio na Baixada, enquanto segue em ritmo de crescimento na capital e no estado. Ainda assim, fica claro que a violência letal estatal é claramente maior na Baixada. Para reforçar ainda mais esse ponto, cabe notar que, tomando o ano de 2021 como referência, os números absolutos de mortes provocadas por agentes do Estado na região correspondem a cerca de um terço do total (440 de um total de 1398 casos).

GRÁFICO 2 | TAXAS DE MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO (POR 100 MIL HABITANTES)



FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

É importante considerar ainda, neste contexto, os casos de desaparecimento forçado, expediente que pode ser utilizado tanto por agentes do Estado em ações oficiais quanto por grupos de extermínio, milícias e facções criminosas. Embora não haja tipificação para este tipo de crime no Brasil e, por isso, não tenhamos estatísticas oficiais, relatório elaborado pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) em 2021 apresentou dados que apontam para os desaparecimentos forçados como um problema central na Baixada Fluminense relacionado às redes criminosas atuantes na região. De acordo com a publicação, em 2020, 23% dos casos de encontros de ossadas ocorrem na Baixada Fluminense e 30% das pessoas que desaparecem em todo o estado, desaparecem na região. Além disso, dentre as cidades com o maior número de desaparecidos no Rio de Janeiro, 4 delas estão localizadas na Baixada: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo — todas cidades onde se identifica um crescimento do domínio de grupos milicianos. No mesmo sentido, pesquisa realizada pelo Fórum Grita Baixada (FGB) em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) identificou, através

do cruzamento de dados fornecidos pelo ISP e Disque Denúncia e dos relatos de familiares e de páginas de redes sociais virtuais que deram visibilidade a alguns casos, que ocorreram ao menos 361 casos de desaparecimento forçado na Baixada Fluminense entre 2016 e 2020⁵.

Essas informações básicas reforçam, portanto, a percepção em curso. A Baixada Fluminense não somente é a região mais sensível do estado no que tange à violência letal como se mantém como palco privilegiado do exercício da força extrema por parte das agências do Estado. Como veremos a seguir, esse marco historicamente construído e reforçado vem se reconfigurando, ganhando novas roupagens e dinâmicas, incluindo entre elas, o que também é uma tradição histórica: a violência perpetrada por agentes do Estado. Ainda que neste estudo nosso foco seja a análise da violência política como agressões e hostilidades cometidas contra pessoas que exercem atividades de caráter político, seja na política institucional, seja nos ativismos e movimentos sociais, é importante termos em consideração que a violência de Estado é uma das formas mais expressivas e recorrentes da violência política (Kleinman; Desjarlais, 1995; Das, 2020; Mbembe, 2018; Besley; Persson, 2011; Bardall, 2016). Além disso, é fundamental compreendermos também que a violência de Estado é um dos pilares que estruturam as formas de violência política que aqui analisamos.

O que talvez possa causar alguma surpresa são os índices dos mesmos tipos de violência na outra região a que nos dedicamos neste estudo: a região da Baía da Ilha Grande. Seu histórico e sua imagem discrepam um pouco daquelas que observamos na Baixada Fluminense. Trata-se de uma região que oscilou entre períodos de muita prosperidade, sobretudo nos momentos de aquecimento da indústria naval e de investimento no projeto nuclear da Marinha de Guerra do Brasil, e outros de declínio de suas atividades econômicas. Ainda assim, trata-se de um dos principais polos turísticos do estado, reunindo áreas de reservas naturais, centros históricos como Paraty e comunidades quilombolas de inestimável valor histórico e cultural.

Do ponto de vista da gestão dos órgãos de segurança pública, os municípios dessa região (Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Paraty) estão reunidos

5. A versão completa da pesquisa realizada pelo FGB e pela UFRRJ ainda não havia sido divulgada até a finalização desta publicação. O dado apresentado acima encontra-se entre os resultados parciais apresentados pelas instituições à imprensa — ver, por exemplo, matéria da Agência Brasil assinada por Nitahara (2022).

na área integrada de segurança pública 33 (AISP 33), o que nos permite acessar o comportamento dos dados criminais dessa região com relativa agilidade. Os resultados obtidos surpreendem:

TABELA 3 | TAXA DE LETALIDADE VIOLENTA AISP 33 (POR 100 MIL HABITANTES)

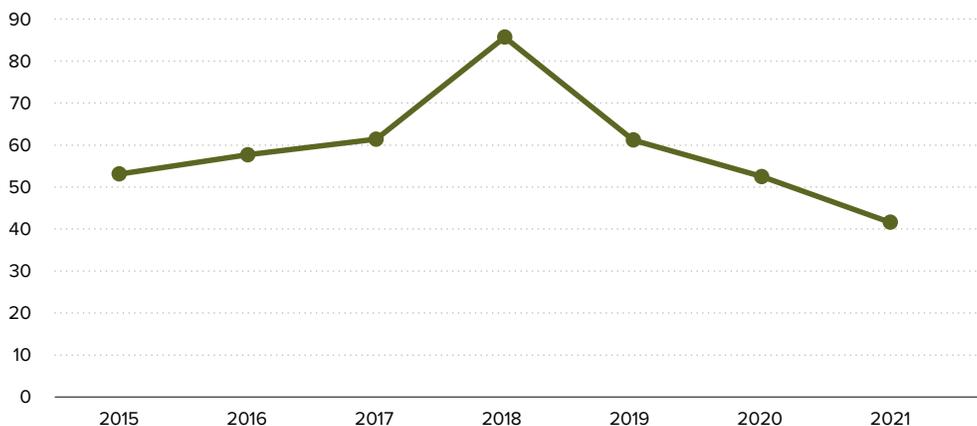
ANO	TAXA DE LETALIDADE VIOLENTA
2015	53,1
2016	57,7
2017	61,4
2018	85,7
2019	61,2
2020	52,5
2021	41,6

FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

As taxas de letalidade violenta nessa região não somente superam as verificadas na capital e no estado como ultrapassam mesmo aquelas observadas na Baixada. Talvez por sua densidade populacional baixa (o que faz com que os índices altos não sejam propriamente a tradução de números absolutos igualmente expressivos), a dramaticidade dessa região parece, à luz de suas taxas, bastante subestimada. Área de fronteira com a zona oeste da capital (um dos focos mais sensíveis do Rio de Janeiro do ponto de vista criminal) e com a própria Baixada Fluminense, a incorporação da região da Baía da Ilha Grande é mais do que justificável ao nosso estudo não somente por sua localização, mas, sobretudo, pelas taxas de violência letal intencional que, após chegar ao patamar mais alto em 2018, têm um declínio, o que não é suficiente, todavia, para que ela deixe de ser uma das regiões mais violentas do estado.

Também no que tange à letalidade por agentes do Estado, as tendências nessa região são dignas de nota. Embora não cheguem a perfazer o terço que alcançam na Baixada e na capital, pode-se perceber, pelo gráfico abaixo, como as taxas crescem a partir de 2017, alcançam um patamar altíssimo sob intervenção federal, em 2018, e se mantêm altas, a despeito do declínio nos últimos anos da série.

GRÁFICO 3 | TAXA DE MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO NA AISP 33 (POR 100 MIL HABITANTES)



FONTE: ISP, 2022. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

O cenário de nossa pesquisa é, portanto, nas duas regiões que estudamos, historicamente marcado pela violência e pela brutalidade do Estado. Trata-se claramente de um quadro típico das periferias dos grandes conglomerados urbanos e metropolitanos dos países marcados por desigualdades sociais acentuadas e privação de direitos básicos a vastos segmentos das suas populações. O reconhecimento desses traços, contudo, devem ser assumidos com cautela. Afinal, se há razões para lidarmos com esse quadro tomando-o como tipicamente periférico, não devemos esquecer que estamos lidando com a Região Metropolitana da capital do terceiro maior colégio eleitoral do país (no caso da Baixada Fluminense) e de uma região em que se encontram equipamentos públicos e econômicos bastante expressivos (no caso da Baía da Ilha Grande). O estado do Rio de Janeiro conta, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2021, com um total de 12.827.296 eleitores, o que equivale a aproximadamente 8% do eleitorado nacional. Os treze municípios da Baixada contam com 2.795.216 de eleitores, o que equivale a quase 22% do eleitorado do estado. Com densidade bem mais modesta, os quatro municípios alocados na AISP 33, que cobre a região da Baía da Ilha Grande, somam 215.310 eleitores. Estamos, portanto, lidando com regiões em que a precariedade não pode ser entendida de outra forma senão como fruto de escolhas e cálculos políticos de elites locais articuladas àquelas que ocupam o centro da política do estado que, repetimos, detêm inegável centralidade política e econômica.

PANORAMA GERAL DOS CASOS

O levantamento de casos que apresentamos agora, baseado em notícias em jornais de grande circulação, amplia a série histórica de casos de execuções políticas na Baixada Fluminense, que apresentamos na publicação do ciclo anterior da pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2021), e agrega outras formas de violência política nessa região, bem como na Baía da Ilha Grande. Os dados que apresentaremos a seguir demonstram que a Baixada Fluminense mantém, ano a ano, um padrão de alta incidência de violência política com grande protagonismo do poder de matar e do emprego de armas de fogo na perpetuação dessas violências. Já a Baía da Ilha Grande, apesar de apresentar um número reduzido de casos, também representa um contexto que requer atenção, tendo em vista a ocorrência de violência política com emprego de arma de fogo.

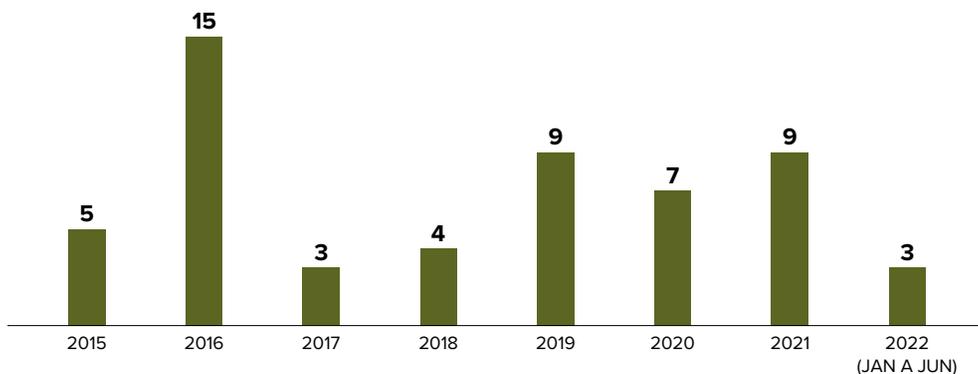
Outro ponto que é fundamental para a compreensão das dinâmicas da violência política é a reflexão sobre as intersecções de gênero e raça (Gonzalez, 2020; Davis, 2016; Akotirene, 2019, Oliveira, 2020; Cardoso, 2014). Ainda que os dados monitorados via imprensa sejam pouco sensíveis a essas dimensões, levantamos casos de violência de gênero com múltiplas camadas de agressão que vão desde a iminência do uso da força física, passando pela intimidação moral até o ataque com arma de fogo a manifestações de mulheres. Há, ainda, em nosso levantamento ataques ostensivos, incluindo o de armamento letal, contra espaços políticos que têm por referência a militância em torno de questões de gênero e raça.

Um questão de partida para a análise dos dados que apresentaremos a seguir é que o baixo número de casos (4) de violência política contra mulheres sistematizado em nosso levantamento através da imprensa não significa em absoluto que as mulheres não sejam um alvo preferencial da violência política nas regiões aqui estudadas e no Brasil. Muito pelo contrário, a predominância de homens, sobretudo homens brancos, nas disputas políticas que engendram muitos dos roteiros de violência aqui analisados é expressão de um veto anterior às mulheres, principalmente às mulheres negras, de não participação nos espaços políticos e na política institucional. As mulheres negras, dessa forma, são historicamente impedidas de acessar os espaços da política, através das mais variadas camadas de violência, por mecanismos ostensivos e estruturais. O assassinato de Marielle Franco se tornou paradigmático das dinâmicas da violência política no Brasil e expressa de modo exemplar a contundência

da violência que se abate sobre as mulheres negras quando elas finalmente acessam lugares de poder (Instituto Marielle Franco, 2021; Lourenço; Franco, 2021; Lourenço; Roza; Marques, 2021).

Feitas essas observações iniciais, vamos ao panorama dos casos que mapeamos. Partindo dos casos mais extremos de violência política, apresentamos no gráfico a seguir a série histórica de casos de execuções políticas na Baixada Fluminense, de 2015 a junho de 2022. A Baía da Ilha Grande não apresentou casos de execução de janeiro de 2021 a junho de 2022, período do levantamento do presente ciclo da pesquisa. Por essa razão, a série contempla apenas a Baixada.

GRÁFICO 4 | SÉRIE HISTÓRICA DE EXECUÇÕES POLÍTICAS NA BAIXADA FLUMINENSE — 2015-2022 (JAN. A JUN.)



FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

O ano de 2021, com nove casos de execuções de atores políticos na Baixada Fluminense, expressa a tendência de manutenção de altos patamares anuais desde 2019, com as mortes ocorrendo não mais em picos próximos aos períodos eleitorais, como foi o caso de 2016, ano mais violento da série. Ao analisarmos os contextos de articulação entre poder armado e poder político na Baixada nos últimos anos, vemos a consolidação de disputas entre grupos armados pelo controle de determinadas áreas das cidades, com destaque para Duque de Caxias. As instabilidades dessas disputas violentas muito provavelmente possuem relação com a manutenção desses altos patamares de assassinatos de atores políticos na Baixada.

No primeiro semestre de 2022 ocorreram três assassinatos de atores políticos na região. Tendo em vista que estamos em um ano eleitoral, em que, no cenário nacional, a exacerbação da violência política desponta como marca, mesmo antes do início oficial das campanhas, será necessário acompanhar com preocupação os contextos locais da Baixada e da Baía da Ilha Grande.

O que essa série histórica sugere é que pode estar em curso a consolidação de um padrão constante de altos patamares anuais de assassinatos políticos na Baixada Fluminense, ao invés das oscilações ano a ano observadas no período de 2015 a 2018. Se, nesse último período, observamos um comportamento de aumento da incidência de casos que poderia estar relacionado aos ciclos eleitorais, parece estar se constituindo um processo de mudança de escala, com a manutenção de um alto patamar constante de incidência.

Na tabela a seguir, apresentamos a distribuição das violências mapeadas nas duas regiões de janeiro de 2021 a junho de 2022.

TABELA 4 | **QUADRO GERAL DE CASOS POR REGIÃO — 2021-2022 (JAN. A JUN.)**

	ANO		TOTAL
	2021	2022 (JAN. A JUN.)	
BAIXADA FLUMINENSE			
EXECUÇÃO	9	3	12
ATENTADO CONTRA A VIDA	6	1	7
AMEAÇA	4	1	5
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1		1
FERIMENTO À BALA	1		1
ATENTADO	1		1
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1		1
SUBTOTAL BAIXADA FLUMINENSE	23	5	28
BAÍA DA ILHA GRANDE			
AMEAÇA		1	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO		1	1
DISPARO DE ARMA LETAL CONTRA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	1		1
SUBTOTAL BAÍA DA ILHA GRANDE	1	2	3
TOTAL	24	7	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

O último ano e meio mostram uma aceleração das ocorrências de execuções que medimos na publicação passada (Rodrigues *et al.*, 2021). Enquanto a frequência de assassinatos de 2015 a 2020 era de uma execução política a cada 50 dias, no período de janeiro de 2021 a junho de 2022, houve um assassinato político na Baixada Fluminense a cada 45 dias. Considerando apenas o ano de 2021, houve uma execução política na região a cada 40 dias, a mesma frequência de 2019. O ano de 2016 segue sendo o mais violento da série, em termos de assassinatos políticos, com um caso a cada 24 dias. Considerando o total de casos de violência política nas duas regiões, tivemos um caso de violência política a cada 17 dias, entre janeiro de 2021 e junho de 2022.

De 2021 até o primeiro semestre de 2022, nosso levantamento identificou 31 casos de violência política nas duas regiões, 28 na Baixada Fluminense e 3 na Baía da Ilha Grande. A violência letal apresenta maior incidência e é mais recorrentemente documentada pela imprensa, com 12 casos, ocorridos apenas na Baixada Fluminense. Chama ainda a atenção a ocorrência de sete casos de atentados contra a vida, todos cometidos com armas de fogo. Em todos os casos que documentamos, esses atentados contra a vida se caracterizam por tiros disparados contra atores políticos, sem vítimas fatais. O caso que classificamos apenas por “atentado”, consistiu em um ataque contra o veículo de um ator político que estava sem ocupantes no momento. Além das execuções e dos atentados, todos cometidos com armas de fogo, é importante ainda frisar que houve um ferimento a bala de uma vítima que não era alvo direto do ataque. Houve emprego de arma de fogo ainda no caso de invasão de espaço político que levantamos.

O terceiro tipo de violência política mais recorrente foram as ameaças, com seis casos levantados, cinco na Baixada e um na Baía da Ilha Grande. Trata-se de casos de intimidação envolvendo recorrentemente ameaças de morte, o que remete à eficácia e concretude da disponibilidade do poder de matar como ferramenta dos poderes políticos locais. Em três casos, as ameaças foram proferidas em sessões oficiais de Câmaras de Vereadores, em um deles um vereador ameaçou outro parlamentar em discurso no púlpito da Câmara. Essas ocorrências expressam que a violência permeia inclusive os espaços institucionais da política, não sendo um parâmetro apenas das disputas pelo controle local de eleitorados. Houve ainda dois registros de ameaças veiculadas por redes sociais e uma por carta.

Houve três ocorrências de violência política que foram exercidas não contra indivíduos com atividade política, mas contra coletividades, duas ocorridas na Baixada Fluminense e uma na Baía da Ilha Grande. Registramos, assim, dois casos de ataques a espaços políticos: um se tratou da invasão de homens armados a um espaço utilizado por movimentos sociais em suas ações e outro foi uma depredação de um espaço político de memória, voltado para uma agenda feminista e antirracista. O terceiro registro de ataque a coletividades políticas consistiu no disparo de tiros de fuzil por um policial contra uma manifestação de mulheres na Baía da Ilha Grande. Os ataques a espaços políticos e a manifestações são especialmente significativos porque expressam um conteúdo político mais contundente e explícito no exercício da violência, ultrapassando o escopo das disputas locais entre e intra elites políticas cujas partes dispõem do poder armado cotidianamente no exercício do poder político.

Tratam-se, dessa forma, de ataques que expressam o ódio político em todo o seu conteúdo ideológico e simbólico, havendo, inclusive, uma agressão grave perpetrada por um agente policial em serviço. Essas agressões são, assim, a expressão mais acabada da violência como expressão autoritária do poder, por carregarem as bandeiras dos ódios de classe, gênero e raça.

Identificamos, ainda, um caso de violência política de gênero perpetrado contra uma parlamentar que atua na Baía da Ilha Grande. Esse caso congrega um conjunto amplo de agressões, como intimidações (inclusive, por parte de indivíduos armados ocorridas também dentro de seu gabinete), difamações em redes sociais e na mídia local e ameaças, que agregamos sob o título de “violência política de gênero” como forma de ressaltar que a referida parlamentar foi alvo dessas agressões pelo fato de ser mulher. A sobreposição de múltiplas violências é uma característica recorrente das violências políticas contra as mulheres (Lourenço; Franco, 2021; Lourenço; Roza; Marques, 2021) e se repete nesse caso. É importante ressaltar que as violências políticas de gênero procuram não apenas expressar a iminência do risco de serem mortas ou agredidas, mas também buscam atacar suas reputações e dignidades, em um exercício de poder que exerce um trabalho de desumanização (Das, 2020) e se instala em camadas profundas da existência (Han, 2017).

Pelo que descrevemos até aqui dos tipos de violência política que levantamos, é possível notar que há um predomínio do poder armado no exercício das agressões. É o que mostra a tabela a seguir.

TABELA 5 | MEIOS EMPREGADOS NAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

MEIO EMPREGADO NA AGRESSÃO	QTD
ARMA DE FOGO	23
REDES SOCIAIS	2
TINTA	1
VERBAL	3
CARTA	1
HACKER	1
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Em 23 dos 31 casos que identificamos, foram empregadas armas de fogo como instrumentos de agressão. Note-se, ainda, que nos casos de ameaças verbais, veiculadas em redes sociais e por cartas, também estão em jogo ameaças de morte, ou seja, a manifestação do poder de matar como modulador das agressões. A disponibilidade e emprego de armas de fogo nas ocorrências de violências políticas que identificamos é uma marca do exercício do poder de matar como uma ferramenta recorrente do poder político local, principalmente, mas não somente, quando falamos da Baixada Fluminense, como temos demonstrado em nossos estudos (Rodrigues *et al.*, 2018; Rodrigues *et al.*, 2021).

A tabela abaixo sistematiza a distribuição dos casos pelos municípios que integram a Baixada e a Baía da Ilha Grande. Os casos estão quantificados pelo número de vítimas, dessa forma, uma mesma situação de violência política pode contar com mais de uma vítima. Da mesma forma, uma mesma pessoa pode ser vítima de mais de um tipo de violência política e figurar, assim, em mais de um caso.

TABELA 6 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA POR MUNICÍPIO — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

MUNICÍPIO DO FATO	TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA									TOTAL
	EXECUÇÃO	ATENTADO CONTRA A VIDA	AMEAÇA	ATENTADO	FERIMENTO À BALA	INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	DISPARO DE ARMA LÉTAL CONTRA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	
DUQUE DE CAXIAS	3	5				1		1		10
NILÓPOLIS	2	1			1					4
NOVA IGUAÇU	3									3
SÃO JOÃO DE MERITI	1		2							3
ITAGUAÍ	2		1							3
BELFORD ROXO			2							2
MAGÉ		1		1						2
JAPERI	1									1
PARATY									1	1
MANGARATIBA			1							1
ANGRA DOS REIS							1			1
TOTAL	12	7	6	1	1	1	1	1	1	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

No ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022, Duque de Caxias foi, com folga, o município que mais apresentou casos de violência política, representando quase um terço do total de ocorrências que identificamos, com 10 casos, sendo três execuções, cinco atentados contra a vida, uma invasão e uma depredação de espaços políticos. Caxias reúne assim, não apenas a maioria dos casos mais contundentes de violência política armada, como dois dos três que possuem conteúdos políticos mais fortemente expressos, como os ataques a espaços políticos.

O segundo município mais violento foi Nilópolis, com duas execuções políticas, um atentado contra a vida e um ferimento à bala decorrente de um disparo empregado em um assassinato de um ator político. Em seguida, estão Nova Iguaçu, São João de Meriti e Itaguaí, com três casos de violência política, cada. Em Nova Iguaçu, todos os casos que encontramos foram de execuções. Em Itaguaí, houve duas execuções e um caso de ameaça, ao contrário de São João de Meriti, com uma execução e duas ameaças. Belford Roxo e Magé apresentaram duas ocorrências de violência política, cada. Em Magé ocorreu um atentado contra a vida e um atentado contra um carro desocupado. Em Belford Roxo, registramos dois casos de ameaças. Com um caso de violência política cada, estão os municípios de Japeri (execução), Mangaratiba (ameaça), Paraty (disparo de arma de fogo contra manifestação) e Angra dos Reis (violência política de gênero).

Cabe ressaltar que dos 11 municípios nos quais registramos algum caso de violência política, seis apresentaram casos de execuções políticas e em oito ocorreram violências com o emprego de armas de fogo.

Quando analisamos, dentro dos limites de cada cidade, as regiões onde ocorreram os casos de violência política, constatamos a existência de certo padrão. Através de um mapeamento baseado na depuração e no cruzamento de informações encontradas em notícias e reportagens jornalísticas e nas entrevistas que realizamos, procuramos identificar se nos bairros e localidades citados como sendo os locais dos fatos havia a presença ostensiva de grupos armados e qual a natureza desses grupos. Excluindo-se dois casos de violência política cometidos em ambiente virtual, os casos que tiveram desdobramentos em espaços políticos oficiais (6)⁶, e aqueles em que não conseguimos identi-

6. Um dos casos aqui contabilizados, se trata de uma série de agressões em que uma delas aconteceu dentro de um gabinete parlamentar, inclusive com emprego de arma de fogo.

ficar ao certo onde ocorreu ou se a área em questão era controlada por algum grupo criminoso (5), constatamos que a maior parte dos eventos de violência política registrados em nosso levantamento teve como palco territórios dominados por diferentes redes criminosas e grupos armados. Todos esses territórios estão situados na Baixada.

TABELA 7 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA POR ÁREAS CONTROLADAS POR GRUPOS CRIMINOSOS ARMADOS

TIPO DE VIOLÊNCIA	RELAÇÃO DE DOMÍNIO LOCAL			
	MILÍCIA	TRÁFICO	NÃO SE APLICA	NÃO IDENTIFICADO
EXECUÇÃO	9			3
ATENTADO CONTRA A VIDA	2	4		1
AMEAÇA			6	
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO			1	
ATENTADO	1			
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO				1
DISPARO DE ARMA LETAL CONTRA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA			1	
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO		1		
FERIMENTO À BALA	1			
SUBTOTAL DE CASOS X RELAÇÃO DE DOMÍNIO LOCAL	13	5	8	5
TOTAL			31	

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

TABELA 8 | CASOS POR CIDADE EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO LOCAL

CIDADE	RELAÇÃO DE DOMÍNIO LOCAL				SUBTOTAL CASOS X CIDADE (REGIÃO)
	MILÍCIA	TRÁFICO	NÃO SE APLICA	NÃO IDENTIFICADO	
BAIXADA FLUMINENSE					
DUQUE DE CAXIAS	4	5		1	10
NILÓPOLIS	4				4
NOVA IGUAÇU	3				3
SÃO JOÃO DE MERITI	1		2		3
ITAGUAÍ			1	2	3
BELFORD ROXO			2		2
MAGÉ	1			1	2
JAPERI				1	1
SUBTOTAL BAIXADA FLUMINENSE	13	5	5	5	28
BAÍA DA ILHA GRANDE					
MANGARATIBA			1		1
PARATY			1		1
ANGRA DOS REIS			1		1
SUBTOTAL BAÍA DA ILHA GRANDE			3		3
TOTAL			31		

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Como se vê nas tabelas acima, os territórios controlados por milícias têm amplo destaque nas dinâmicas das violências políticas que acontecem na Baixada Fluminense. Do total de casos encontrados pela pesquisa, foram 5 os que aconteceram em áreas cujo controle pertence a facções criminosas que operam o tráfico de drogas: o caso de depredação de espaço político e um caso de atentado contra a vida, que teve 4 vítimas como alvos⁷. Em compensação,

7. Como ressaltado antes, contabilizamos os casos a partir do número de vítimas.

foram 13 os casos que ocorreram em áreas dominadas por grupos milicianos, sendo 9 execuções (quase o número total de execuções de atores políticos registradas no período analisado), 2 atentados contra a vida, 1 atentado e 1 ferimento à bala (que ocorreu justamente na ocasião de uma execução)⁸. Os bairros e localidades controladas por milícias foram não apenas as áreas com maior incidência de atos violentos cometidos contra atores políticos, mas também as áreas de maior letalidade contra esses atores.

Outro dado que chama atenção nesse contexto diz respeito às vítimas das violências políticas ocorridas nos territórios controlados por redes criminosas. Entre as 16 vítimas dos eventos de violência política ocorridos em áreas dominadas por grupos armados, ao menos 8 possuíam ou possuem, segundo as reportagens sobre os casos que consultamos, suspeitas de algum tipo de envolvimento com milícias locais. Nenhuma vítima possuía suspeita de envolvimento com facções do tráfico. Em um cenário em que grande parte das agressões ocorrem em áreas dominadas por milícias e com a participação desses grupos, o número relativamente alto de vítimas com suspeita de envolvimento com essas redes criminosas em específico nos indica tanto a existência de disputas entre grupos milicianos locais, como o alto grau de interferência desses grupos na política institucional da região.

Historicamente, o liame entre o uso da violência e o exercício e a consolidação de poderes políticos tem lugar central na Baixada. Na gramática do poder que se conjuga na região, dos barões e coronéis aos chefes de milícias e “donos de áreas”, passando pelos grupos de extermínio, desde meados do século passado, impera uma lógica em que o controle de territórios se funda na instrumentalização da coerção como fonte de poder político e econômico. Paralelamente, à sombra do Rio de Janeiro, a Baixada sempre teve o seu desenvolvimento ao mesmo tempo subordinado e aquém dos processos ocorridos na capital, o que se refletiu na constituição de uma região empobrecida e à mercê dos interesses privados de pequenos grupos locais hegemônicos política e economicamente. Essa conjunção de fatores favoreceu o surgimento e a manutenção de mercados ilegais que operam com a violência, sobremaneira, com o poder de matar, como um dos seus principais ativos. Isso tem tornado a região um terreno fértil à aparição, crescimento e amadurecimento de redes criminosas sub-representadas na atuação de facções criminosas, grupos de extermínio e milícias.

8. Um caso de execução e um caso de atentado contra vida tiveram a mesma vítima.

Nos últimos 15 anos, pelo menos, mudanças importantes têm se desenvolvido nos padrões de criminalidade na Baixada Fluminense. Nesse período, diversos grupos criminosos surgiram, ampliaram suas atividades ou migraram para os seus municípios. Dentre esses grupos, cabe destacar a maior e mais articulada milícia do estado, que expandiu sua atuação, antes restrita à capital do estado, para a região, num movimento fundamental à compreensão da geopolítica local atual. Avançando primeiramente através da ocupação de cidades e rodovias estratégicas ligadas ao seu reduto original, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, progressivamente o grupo chegou às principais cidades baixadenses e agregou ao seu leque de negócios o roubo de petróleo cru, serviços de terraplenagem e a extração e venda de areia, infiltrando-se no ramo da construção civil e na política local. Como era de se esperar, essa marcha para a Baixada abriu portas para alianças com diferentes grupos criminosos locais, mas também resultou em conflitos por zonas de domínio e influência.

A conjuntura que daí emergiu tem implicado novos arranjos e tensionamentos que tem se refletido e ao mesmo tempo espelhado a política baixadense. Em uma cidade da Baixada que analisamos, há, hoje, forte atuação de, no mínimo, três grandes milícias que controlam diferentes bairros e localidades e possuem articulações e prestam apoio a grupos políticos distintos e concorrentes. Relatos fornecidos por nossas/os entrevistadas/os e informações presentes em apurações de veículos midiáticos apontam para outros crimes além das execuções e atentados que se relacionam com os objetivos políticos de grupos milicianos, como a compra de votos e coação de moradores, comerciantes e atores políticos.

O avanço do maior grupo paramilitar do estado sobre a Baixada, no entanto, não explica totalmente nem a alta incidência de violência política na região, nem mesmo a relação das milícias com esse fenômeno. Em outro município da Baixada que analisamos, não temos (pelo menos ainda e ao que tudo indica) a inserção desse grupo miliciano, nem uma situação de fragmentação política. Ao contrário, há o reconhecimento da hegemonia de um mesmo grupo político e da inexistência de uma oposição eleita, o que foi corroborado nas entrevistas que realizamos com moradoras/es do município em questão.

A combinação entre a instabilidade das relações políticas e o avanço de grupos paramilitares têm reorganizado as redes criminosas e interesses políticos, impactando diretamente um acirramento da violência política. Mas também temos contextos nos quais o mesmo resultado decorre do fato de que a estabilidade política caminha lado a lado com a brutalidade, e dela depende.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Em relação aos perfis das vítimas, estabelecemos uma primeira distinção que é chave para a compreensão do conjunto de violências políticas que analisamos. Trata-se da classificação das vítimas entre diretas e indiretas. Definimos como vítimas diretas aquelas cujas circunstâncias apontam que eram o alvo das agressões. As vítimas indiretas, por sua vez, são aquelas que mesmo não sendo o alvo intencional das violências, acabam sendo atingidas por estarem próximas aos locais de ocorrência ou por suas relações pessoais com os atores políticos vitimados. Apesar de não serem o alvo direto das violências políticas que identificamos, consideramos que essas vítimas indiretas também devem ser consideradas em nossa análise. A tabela abaixo sistematiza os casos classificados de acordo com esse critério.

TABELA 9 | TIPO DE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

TIPO DE VÍTIMA	QTD.
DIRETA	28
INDIRETA	3
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

As três vítimas indiretas foram atingidas por disparos de arma de fogo em dinâmicas de execuções políticas, duas foram mortas e uma ficou ferida. A vítima ferida à bala era uma transeunte que foi atingida pelos disparos dirigidos a um político da Baixada assassinado. As duas vítimas indiretas fatais foram executadas juntamente com os políticos que eram alvo da ação: uma era a esposa de um político executado e o outro era o filho de um vereador que também foi morto.

Destacamos, ainda, que os espaços políticos e a manifestação atacados foram contados nesse classificador como vítimas diretas. Dessa forma, temos dois espaços políticos e uma manifestação política quantificados como uma vítima direta cada um. Apesar de serem atores coletivos e, assim, essa quantificação acarretar certa imprecisão numérica, adotamos esse procedimento como forma de frisar que, mesmo não havendo nenhuma vítima individualmente agredida

nesses casos, as coletividades atingidas são vítimas diretas do exercício da violência política. Considerando, portanto, o número de vítimas individualmente violentadas, teríamos 25 vítimas diretas, três vítimas indiretas, dois espaços políticos e uma manifestação que indicam coletividades diretamente atacadas.

A tabela seguinte apresenta a distribuição de casos de violência política por gênero das vítimas.

TABELA 10 | GÊNERO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

GÊNERO	QTD.
MULHERES	4
HOMENS	25
NÃO SE APLICA	2
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Assim como observamos na publicação anterior da nossa pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2021), o recorte das vítimas por gênero indica o exercício do poder político violento como um expediente de um poder masculino. É importante notar que dos quatro casos de mulheres atingidas por violência política que registramos entre janeiro de 2021 e junho de 2022 na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande, dois se trataram de vítimas indiretas, sendo essas duas atingidas por tiros, uma morreu e outra ficou ferida. Outra foi vítima de violência política de gênero, vítima direta de diversas agressões no exercício de suas atividades políticas como vereadora. Algumas das cenas que caracterizam a violência política de gênero sofrida por essa parlamentar ocorreram em seu próprio gabinete. É importante frisar, portanto, que as mulheres figuram no levantamento como vítimas de violências de grande contundência.

Outra questão a ser levada em consideração, quando se trata da sub-representação de mulheres nos casos de violência política que levantamos, são os vieses presentes na cobertura da imprensa. Os veículos de comunicação aos quais recorreremos como fontes priorizam a violência letal, ou com emprego de meios letais, e dão pouca visibilidade a casos de violências políticas não letais que atingem mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Destacamos, além disso, que os dois casos que classificamos como “não se aplica”, dizem respeito aos ataques a espaços políticos. Cabe, entretanto, observar que os dois espaços políticos atacados são espaços de referência para a atuação de mulheres negras. Apesar, portanto, da sub representação numérica de casos de mulheres como vítimas de violência política, reiteramos que os mecanismos que estruturam a brutalidade como operador da política são manifestações de ódios raciais e de gênero, expressões do caráter violento das formas autoritárias de exercício de um poder masculino e branco.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos casos de violência política por gênero e por tipo de violência.

TABELA 11 | GÊNERO DAS VÍTIMAS POR TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA – 2021-2022 (JAN. A JUN.)

GÊNERO DA VÍTIMA	TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA										TOTAL
	EXECUÇÃO	ATENTADO CONTRA A VIDA	AMEAÇA	ATENTADO	FERIMENTO À BALA	INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	DISPARO DE ARMA LETAL CONTRA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA		
MULHERES	1				1		1		1		4
HOMENS	11	7	6	1							25
NÃO SE APLICA						1		1			2
TOTAL	12	7	6	1	1	1	1	1	1	1	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Os homens foram atingidos por tipos de violência política que expressam mais diretamente o exercício de disputas pelo poder político que mobilizam o poder de matar como expediente. As violências sofridas por homens se restringiram a quatro tipos, todos eles atravessados pelo poder de matar, seja diretamente exercido— como é o caso dos 11 casos de execução, dos sete atentados contra a vida e de um atentado contra um veículo —, seja manifestado de forma latente — como ocorre nos seis casos de ameaças que registramos.

No que se refere à questão racial, se mantém a tendência observada no ciclo anterior da pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2021), de um perfil de vítimas predominantemente brancas, como aponta a tabela abaixo.

TABELA 12 | COR/RAÇA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

COR/RAÇA	QTD.
BRANCA	19
NEGRA	7
NÃO SE APLICA	3
SEM INFORMAÇÃO	2
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Da mesma forma que ocorre com as mulheres, há uma sub-representação de pessoas negras nos contextos políticos da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 20). Utilizando o mesmo procedimento do ciclo anterior da pesquisa, utilizamos as imagens das vítimas veiculadas nas fontes jornalísticas que utilizamos para estabelecer uma classificação baseada no fenótipo. Para duas vítimas, não obtivemos imagens e as classificamos como “sem informação”. Os três casos registrados como “não se aplica” são os mesmos de ataques a espaços políticos e a uma manifestação, cabendo aqui o mesmo comentário que fizemos sobre a variável de gênero, que os dois espaços atacados são referências para movimentos e ativismos fortemente empenhados nas lutas sobre pautas raciais.

Na tabela a seguir, sistematizamos as ocorrências por cor/raça da vítima e tipo de violência.

TABELA 13 | COR/RAÇA DAS VÍTIMAS POR TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

COR/RAÇA	TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA									TOTAL
	EXECUÇÃO	ATENTADO CONTRA A VIDA	AMEAÇA	ATENTADO	FERIMENTO À BALA	INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	DISPARO DE ARMA LETAL CONTRA MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	
BRANCA	8	4	5	1			1			19
NEGRA	4	2	1							7
NÃO SE APLICA						1		1	1	3
SEM INFORMAÇÃO		1			1					2
TOTAL	12	7	6	1	1	1	1	1	1	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

A variável idade das vítimas, por fim, confirma a recorrência de um perfil que indica a violência política como um expediente do poder local em disputas exercidas entre e intra elites políticas, conforme já havíamos detectado na publicação anterior da pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2021, pp. 17-22). Trata-se de um conjunto de casos no qual predomina a presença de homens brancos acima de 40 anos. Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 14 | FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

FAIXA ETÁRIA	QTD.
20-29	3
30-39	4
40-49	11
50-59	5
60-69	1
70-79	1
NÃO SE APLICA	3
SEM INFORMAÇÃO	3
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Dos 31 casos que registramos, apenas sete são de vítimas com menos de 40 anos, havendo uma concentração de casos na faixa etária de 40 a 49 anos, com 11 casos, mais de um terço do total. Para três casos não foi possível obter a idade das vítimas e outros três foram classificados como “não se aplica”, sendo esses os já referidos casos de ataques a espaços políticos e a uma manifestação.

ATUAÇÃO POLÍTICA

Há três variáveis em nossa base de dados que indicam elementos da atuação política das vítimas: os partidos aos quais são vinculadas, as atuações políticas propriamente ditas exercidas pelas vítimas e as redes políticas às quais estão vinculadas. A tabela abaixo apresenta a distribuição de casos pelos partidos aos quais as vítimas eram vinculadas.

TABELA 15 | FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA — 2021-2022 (JAN. A JUN.)

PARTIDO	QTD.
MDB	4
PL	3
AVANTE	2
PTC	1
PHS	1
REPUBLICANOS	1
SD	1
DEM	1
PSL	1
PP	1
PROS	1
SEM INFORMAÇÃO	11
NÃO SE APLICA	3
TOTAL	31

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Para 11 casos não houve informação de filiação partidária das vítimas. Isso pode ser em decorrência tanto de não termos conseguido encontrar essa informação nas fontes, ou do fato de eventualmente a vítima possuir atuação política sem vínculo partidário. Os três casos classificados como “não se aplica” são os mesmos de ataques a espaços políticos e a uma manifestação. Tanto

os espaços atacados não estão diretamente vinculados a partidos quanto a manifestação de mulheres, que foi alvo de violência policial não tinha um caráter exclusivamente partidário.

Em relação aos demais casos, há uma pulverização em relação aos partidos das vítimas, sendo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o partido com mais casos, quatro, seguido do Partido Liberal (PL) e do AVANTE, com, respectivamente, três e dois casos. A sobre representação do MDB também se deve ao fato de que um mesmo atentado contra a vida envolveu três vítimas desse partido.

Chama a atenção o fato de que não constam entre as vítimas nenhum caso de pessoas vinculadas a partidos identificados com o espectro político de esquerda, havendo exclusivamente vítimas filiadas à siglas de direita e de centro. Esse aspecto pode estar também relacionado com a predominância de personagens vinculados às elites políticas locais no rol das violências que levantamos em nosso monitoramento.

As redes de relações políticas às quais as vítimas estão vinculadas parece ser um elemento mais relevante do que a filiação partidária. Não apresentaremos um quadro sistematizando essas redes como fizemos para outras variáveis para dificultar a identificação dos envolvidos. Em 14 dos 31 casos que levantamos, não foi possível identificar uma rede política específica às quais as vítimas estivessem vinculadas. Há dois casos, além disso, nos quais os vínculos das vítimas com políticos eram afetivos ou de parentesco, como o caso de um filho e uma esposa de políticos que foram mortos. Também consta o caso de uma vítima sem nenhum vínculo político direto e que foi baleada de forma fortuita por estar próxima à cena de uma execução. Para os demais 14 casos as vítimas possuem vínculos muito facilmente identificáveis com políticos tanto locais quanto com atuação estadual ou nacional. Esse quadro parece sugerir que os partidos são secundários em relação às redes informais de articulação política.

Em quatro casos que levantamos, por exemplo, as vítimas possuem relação com um político de destaque da Baixada que é um nome relevante em nível estadual e com algum peso no cenário nacional de seu partido. Em outros casos, as vítimas têm relação direta com um personagem com grande influência política ligado ao jogo do bicho. Um mesmo deputado estadual possui relações políticas próximas com duas vítimas de violência política identificadas em nosso levantamento. Uma das vítimas ligada a esse deputado estadual

também possui fortes vínculos com um deputado federal e um vereador. Outra vítima possui relações com uma figura de relevo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Nos demais casos, temos vítimas que estão ligadas a redes políticas associadas a personagens que possuem uma atuação mais local.

No que diz respeito às atividades políticas desempenhadas pelas vítimas, temos o quadro descrito na tabela abaixo.

TABELA 16 | ATUAÇÃO POLÍTICA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA – 2021-2022 (JAN. A JUN.)

ATUAÇÃO POLÍTICA	QTD.
VEREADOR/A	9
EX-SECRETÁRIO/A MUNICIPAL	4
VÍTIMA INDIRETA SEM ATUAÇÃO POLÍTICA	3
PREFEITO/A	2
ASSESSOR/A	2
DEPUTADO/A ESTADUAL	2
ESPAÇO POLÍTICO	2
EX-CANDIDATO/A VEREADOR/A	2
SECRETÁRIO/A MUNICIPAL	1
GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL	1
SEGURANÇA	1
BLOGUEIRO E ADMINISTRADOR DE SITE DE NOTÍCIAS	1
MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	1
TOTAL	31

FONTES: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Os casos levantados no atual ciclo da pesquisa, ou seja, entre janeiro de 2021 e junho de 2022, da mesma forma que ocorreu na publicação do ciclo anterior, de 2015 a 2020 (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 25), se concentram em torno de atividades vinculadas à política municipal. Os/as vereadores/as em exercício

foram os/as mais atingidos/as pela violência política, com nove casos, três deles foram execuções e dois atentados contra a vida. Em seguida, figuram ex-secretários municipais, com quatro casos, três execuções e um atentado contra a vida. Além desses três perfis políticos ligados à política municipal, temos casos de assessores, ex-candidatos a vereador, secretários municipais em exercício, gestor público municipal e um segurança de um político municipal. Ainda na esfera municipal, tivemos um caso de um prefeito que sofreu um atentado contra a vida e um prefeito que foi ameaçado, ambos na Baixada Fluminense. Destacamos, ainda, dois casos de deputados estaduais atingidos: um foi alvo de um atentado contra a vida e o outro sofreu uma ameaça de morte, os dois são políticos da Baixada.

Um caso que pode soar estranho na classificação de atuação política é o que classificamos como “blogueiro e administrador de *site* de notícias”. A princípio, pode parecer que esse não é exatamente um perfil de atuação política, mas esse tipo de personagem não é tão incomum na Baixada Fluminense e em outros contextos políticos locais no Rio de Janeiro. Trata-se de uma figura que não necessariamente possui uma atuação partidária, também não é exatamente um jornalista, mas alguém que administra um *blog* ou *site* de notícias locais que tem, via de regra, como foco a apresentação de denúncias ou notícias desfavoráveis sobre políticos locais. Esses personagens, muitas vezes, partem dessas plataformas virtuais para construir carreiras políticas, tendo em vista que suas publicações os alçam a posição de obterem algum capital político local. Como já apontamos na publicação anterior da pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 112) o acesso ao capital político pode também significar a exposição ao risco de ser alvo da violência política empregada em disputas locais de poder. Esse foi o caso do blogueiro em questão no atual levantamento que teve seu carro atingido por disparos de arma de fogo em um atentado.



AS MUITAS FACES DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

“Eu sou capoeira, eu sou preta, eu dou os golpes de outro jeito, eu abro fuga por outros caminhos.”

[TERESA]

“O que foi me movendo a fazer as coisas, a construir a minha vida profissional, foram muitas violências que me atravessaram.”

[LUIZA]

O PANORAMA DAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS que traçamos no capítulo anterior traduz um cenário subestimado, revelando, principalmente, os padrões de incidência do poder de matar como instrumento da atuação de elites políticas locais. Por mais contundente que seja o conjunto de violências ali descrito, a verdade é que ele é só a face mais visível de um fenômeno que penetra estruturalmente no cotidiano da política nas regiões que estudamos.

Escutar atores políticos que estão desalinhados dos poderes locais estabelecidos, e que tentam construir rotas para a democracia em um contexto de reprodução de expressões do autoritarismo, é fundamental para a compreensão adequada da violência política em toda sua amplitude, capilaridade e profundidade. Uma cartografia da sua extensão. Se no topo das elites políticas da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande está o poder armado exercido por homens brancos de meia idade, são as mulheres negras que constituem a vanguarda das forças democráticas insurgentes. São elas que, como Teresa e Luiza⁹ nas epígrafes acima, abrem fuga por outros caminhos e

9. Todos os nomes de entrevistadas e entrevistados citados nesse trabalho são fictícios, como forma de manter o anonimato, que é o elemento central na relação de confiança que estabelecemos com nossas interlocutoras e interlocutores em nossa pesquisa. Omitiremos nos trechos de entrevistas que forem citados quaisquer informações que possam vir a identificar entrevistadas e entrevistados. Dessa forma, nas citações de entrevistas, quando utilizarmos “[...]”, trata-se de trechos suprimidos para evitar a identificação da/o entrevistada/o. Já o uso de “(...)” indica um salto no trecho da fala por razões de coesão narrativa. Por vezes, utilizaremos textos entre colchetes como forma de substituir nomes e expressões, seja para deixar o texto mais compreensível, seja por razões de segurança e preservação das identidades da/o entrevistada/o.

constroem suas vidas a partir das violências que as atravessam (Das, 2020). São elas que, muitas vezes, diante da dor e da solidão mais profundas, lutam para afirmar o humano, o que é passível de luto, contra a força destruidora das muitas máquinas políticas de desumanização (Butler, 2020; Kleinman; Desjarlais, 1995)¹⁰.

Realizamos, portanto, entrevistas em profundidade com ativistas, política/os, lideranças e outros atores relevantes, como forma de explicitar as dimensões da violência política nas regiões estudadas que não figuram no levantamento das notícias de imprensa. Apesar da sua aparente invisibilidade, sua presença é constante, com efeitos materiais e reais. Foram efetuadas, dessa forma, 36 entrevistas, a maioria de mulheres negras que possuem atuação política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Dessas, 22 foram realizadas em 2021 e 14 em 2022. Vinte e quatro entrevistadas/os possuem filiação partidária, entre elas/es, 23 foram candidatas/os ou exerceram cargos públicos eletivos. Entrevistamos, além disso, ativistas, jornalistas e membros do judiciário e da justiça eleitoral, com atuação nas regiões de interesse da pesquisa.

Nosso foco se dirigiu para os relatos de ativistas negras/os. A maioria das entrevistas teve como interlocutores/as pessoas que possuem filiação partidária e tiveram experiências com processos eleitorais, sejam em candidaturas passadas ou que estavam em construção para o pleito de 2022. Apesar de estarem vinculadas/os a partidos, a atuação em movimentos sociais, principalmente, nos movimentos negros, especificamente, de mulheres negras, é o que tem mais peso no modo como descrevem suas trajetórias. No que se refere aos partidos como espaços políticos, essas lideranças, em sua maioria, expressam relações que oscilam entre a tensão e o pragmatismo, passando por certa esperança na mudança das estruturas partidárias. O trecho a seguir da entrevista de Luiza expressa bem esse tipo de relação:

“O projeto que eu acredito hoje é um projeto que está vinculado e que passa pelas mulheres negras, pela organização de mulheres negras. (...) O que me move, o meu compromisso e a minha lealdade é com o movimento que eu construo, o movimento de mulheres negras.” [LUIZA]

10. Sobre as forças de aniquilação do humano, é fundamental a discussão de Arendt (1999), bem como é imprescindível o relato e as reflexões de Levi (1988) e Aleksievitch (2016). A respeito da política como máquina de matar, ver o ensaio de Mbembe (2018).

Paulo, outro entrevistado, que atualmente está filiado a um partido e construindo uma candidatura para deputado estadual, também expressa a prioridade do movimento negro em sua trajetória:

“Já tive outros convites para filiação partidária, já trabalhei em locais que tinham direcionamento político partidário, mas eu sempre me recusei, eu preferi construir um movimento negro primeiro.” [PAULO]

A centralidade dos movimentos sociais nas trajetórias políticas de nossas/os interlocutoras/es não se refere somente a uma questão cronológica, mas possui forte relação com o fato de que as estruturas partidárias, como veremos mais adiante neste capítulo, desempenham, muitas vezes, lógicas racistas, oferecendo diversos obstáculos para o acesso e a participação de lideranças negras. Esse é um primeiro dado que revela a invisibilidade das violências que se exercem contra atores periféricos, principalmente, mulheres negras, com fortes implicações para o quadro que descrevemos no capítulo anterior. Lideranças periféricas, negras e femininas enfrentam oposições e vetos vinculados ao racismo estrutural (Almeida, 2020) nas institucionalidades que são indispensáveis para a construção de carreiras políticas. É pelo prisma dessas lideranças que se revelam as muitas camadas de violência política que se depositam nas estruturas políticas dos contextos aqui analisados, mas também em outros contextos da política brasileira.

Outro dado interessante para demonstrarmos o quanto as entrevistas que aqui analisamos são importantes para qualificar e aprofundar o quadro estabelecido no capítulo anterior, é que o contexto da Baía da Ilha Grande emerge como muito mais violento do que os números que coletamos sugerem. Nas entrevistas, há, dessa forma, relatos de que em Angra dos Reis ocorreram, pelo menos, quatro assassinatos políticos entre 1997 e 2012, e que em Paraty houve ao menos uma execução e duas tentativas de assassinato com motivação política, entre 2015 e 2020.

Evitaremos referências dirigidas especificamente a uma das duas regiões estudadas ao longo deste capítulo. Adotamos esse procedimento como forma de impossibilitar a identificação de nossas/os entrevistadas/os. Ao citarmos os trechos de entrevistas, não indicaremos, assim, qual município ou localidade de atuação do/a interlocutor/a e também serão suprimidas referências a localidades. Essa estratégia analítica também se justifica pelo fato de

compreendermos que os relatos sugerem mais continuidades do que distinções em relação aos padrões de exercício da violência política nas duas regiões. É o que sugere o relato de uma das entrevistadas, cujo pseudônimo que a ela atribuímos não será referido agora, por estar explícito que se trata de uma pessoa com atuação na Baía da Ilha Grande:

“Aqui [na Baía da Ilha Grande] eles usam muitas práticas ainda da Baixada, desses coronelismos, de voto do cabresto. Têm as famílias tradicionais, já têm as regiões repartidinhas.”

O loteamento político dos territórios e a reprodução das práticas remanescentes do coronelismo, fortemente presentes na política baixadense como estruturas que definem a centralidade da violência e, principalmente, do poder de matar (Rodrigues *et al.*, 2018), ao que nossas entrevistas indicam, também se verificam como marcas do contexto da Baía da Ilha Grande. Trataremos, assim, a compreensão da violência política nas duas regiões através de uma continuidade estrutural. As muitas passagens de entrevistas que citaremos ao longo do capítulo deixam evidente essa continuidade. Sem identificarmos o/a interlocutor/a em relação ao seu pertencimento territorial, fica quase impossível distinguir se suas falas se referem a práticas violentas exercidas na Baixada ou na Baía da Ilha Grande.

VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DA POLÍTICA

As entrevistas revelam um repertório muito mais amplo e variado de violências políticas que atravessam o cotidiano da política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Elas trazem à tona, além das formas mais explícitas e contundentes de violência, como assassinatos, agressões físicas e ameaças, as formas mais sutis, rotinizadas e, muitas vezes, naturalizadas, como intimidações que se expressam de diversas formas. Essas violências, das mais ostensivas às mais veladas estão relacionadas nas falas de nossas/os entrevistadas/os às muitas dimensões do racismo estrutural, da misoginia e da LGBTQIA+fobia como operadores de múltiplas violações que se dirigem contra lideranças políticas periféricas.

Apresentaremos, nesta seção, alguns dos relatos de violência política de caráter mais ostensivo e relativos às dinâmicas políticas do poder local. É importante explicitar que o conjunto de violências que serão aqui narradas não representa um registro exaustivo das muitas violências relatadas por nossas/os entrevistadas/os. São mostras da diversidade na continuidade. Há muitos casos compartilhados nas entrevistas que não podem ser referidos aqui para não identificar os sujeitos implicados.

É fundamental frisar, de partida, que em todas as entrevistas que realizamos com pessoas que haviam concorrido em alguma eleição ou se preparavam para disputar as eleições de 2022 houve relatos de alguma violência política sofrida. Seja lá qual fosse o perfil ou a trajetória dessas lideranças, elas haviam sido alvo de alguma agressão ou hostilidade por sua atuação política. As pessoas negras, principalmente mulheres, descrevem conjuntos mais abrangentes de violências sofridas, tendo muito peso em seus discursos a recorrência das violências de caráter racial e de gênero, como camadas confluentes de violações de seus direitos políticos.

Assassinatos, agressões, ameaças, ofensas, intimidações e outras hostilidades

Pedro, um homem negro, exerceu um mandato político em sua cidade. Sua entrevista traz uma série de situações de violência que atravessaram todo o período em que ocupou o cargo. Ele nos contou que logo no início de seu mandato, uma pessoa de sua equipe foi assassinada. Sua suspeita é que o caso tenha relação com grupos poderosos da cidade, por interesses econômicos. O caso ocorreu, à luz do dia, em um espaço institucional no qual a vítima atuava. Na altura da morte do membro de sua equipe, ele ficou sob escolta policial, que conseguiu através de sua própria articulação institucional e não por prontidão ou disponibilidade das autoridades policiais.

Tempos depois desse caso, o próprio Pedro passou a ser ameaçado por poderes locais, igualmente por razões de interesses econômicos de atividades empresariais com relações criminosas. Ele teve, novamente, que ficar sob escolta. Esse não foi o único caso de hostilidades e intimidações por grupos econômicos locais que pressionavam sua atuação política. Houve, pelo menos, mais três casos desse tipo que ele nos relatou.

Já sem mandato, ele conta ter sido preso, processado e condenado pela justiça de forma arbitrária. Recentemente, anos depois de seu mandato ter sido encerrado, ele conta que foi hostilizado, ao menos duas vezes, por policiais nas ruas da cidade. Ele nos relatou essas situações da seguinte forma:

“Por exemplo, voltando dois anos atrás, antes da pandemia, esse negócio de policial, isso é um negócio sério. Por duas vezes um PM veio tirar gracinha comigo. De serviço. Não aconteceu a terceira porque eu não deixei. Uma na Rua [...], eu parei: ‘[...] Filho da puta, ladrão’. Eu olhei, era um PM de serviço, me conhecia, fardado [...]. Tem muito bandido fardado. Na outra vez, eu passo por onde é o DPO agora. Vem o cara saindo sem camisa, com a bolsa, dois caras: ‘[Partido A] filho da puta, ladrão filho da puta’. Aí eu parei, esperei sair no portão: ‘Você está falando comigo? [...] Eu ouvi alguém falar alguma coisa. Foi você? Você quer falar comigo?’” [PEDRO]

Além dessas situações de agressões ostensivas, Pedro nos contou que havia muitas situações de racismo exercidas contra ele. Algumas mais diretas, outras mais veladas. Ele nos contou que era comum que pessoas brancas com as quais ele interagira nas suas atividades políticas pensarem que ele não era o político, mas o assessor, quando ele comparecia com pessoas brancas de sua equipe em espaços políticos. Até mesmo veículos locais de comunicação veicularam conteúdos de caráter abertamente racista contra ele quando exercia mandato. E esses são eventos constantes do racismo estrutural, que na política, se respira de forma brutal e cotidiana.

As formas mais recorrentes de violência narrada no cotidiano das atividades políticas, principalmente, durante campanhas eleitorais, por nossas/os entrevistadas/os, foram os xingamentos, ofensas e ameaças ocorridas nas ruas. Duas dessas situações foram narradas por Cintia:

“Na campanha e no dia das mulheres há pouco tempo, a gente fez uma homenagem para as mulheres de luta, eu também levei a bandeira da Marielle. Quando eu coloquei na árvore, passou um cara do lado do motorista de ônibus, ele falou: ‘Marielle está fedendo já’. Isso foi agora. Na campanha também, sempre foi uma piadinha com as mulheres que carregam a bandeira da Marielle. Também teve um dia em que a gente fez uma homenagem ano passado, mil dias da

morte da Marielle. A gente colocou flores. Teve um cara que parou no ponto, falou: ‘Se eu tivesse uma arma aqui, eu dava um tiro na cara de vocês’. E saiu.” [CINTIA]

Chama a atenção que as duas violências ocorreram em contextos nos quais estavam ocorrendo homenagens à Marielle Franco. Esses casos são demonstrações de que o ódio político que se relaciona com essas violências são fundamentados pela confluência entre racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia. As expressões desses ódios reiteram a brutalidade das violências que tiraram a vida de Marielle. Essas ameaças operam como uma espécie de reiteração dos processos de negação da memória. Elas buscam reprimir os atos de luto e memória política em torno da figura de Marielle. Expressam, assim, o desejo de sua aniquilação perpétua e dos horizontes políticos por ela representados. Um veto à formação de sujeitos políticos que se engendram em torno dos contextos de luto e memória. Negar o luto, significa negar o reconhecimento da humanidade tanto da pessoa morta, quanto das que se enlutam por ela (Butler, 2020).

Cintia contou que essas violências a fazem cada vez menos se sentir segura de ir para as ruas fazer política:

“A gente não tem ido para a rua por causa disso hoje, por medo de acontecer. Foi ficando cada vez mais estranho. (...) Essa coisa da polícia não te proteger. A gente tem medo. O cara falou que se tivesse armado daria um tiro na gente. Mas e se ele estivesse armado mesmo? A gente não tem feito muitas atividades desde o dia da mulher, a gente não foi mais para a rua.” [CINTIA]

Outros casos de ameaças de morte foram narradas por várias/os outras/os entrevistadas/os. Entre estes, casos de ameaças ostensivas feitas por homens armados contra pessoas que entrevistamos que eram candidatas. Essas ameaças produziram fortes impactos para o cotidiano dessas pessoas, por conta das medidas de segurança que precisaram adotar.

Outro caso de graves ameaças foi relatado por Frederico, candidato a vereador de sua cidade:

“E o grupo que estava no poder durante muito tempo, que é o grupo ligado ao [...], cujo representante era o [...] Na porta da minha casa, eu recebi uma ameaça dizendo que eu deveria calar a boca, que eu estava falando demais. O carro parou ao meu lado, (...) falou que eu estava falando demais, que eu deveria tomar cuidado com o que falo, que eu estava sendo observado.” [FREDERICO]

Ele identifica a autoria dessas ameaças a grupos políticos que atuam através do poder armado. Chama a atenção o fato de que o contexto dessa ameaça não deixava dúvidas para Frederico em relação a sua autoria.

Luiza também narrou ameaças de morte dirigidas a uma pessoa de sua equipe:

“O [...] é um território também bastante delicado, uma pessoa que está na nossa campanha que mora no território do [...] está sendo ameaçada, está em uma situação bem delicada (...). Já inclusive tiveram ameaças muito diretas. Ninguém mandou para mim por escrito: ‘Você vai morrer’. Mas para ela já mandaram e já disseram.” [LUIZA]

Ela conta ainda o caso de outra companheira de seu campo político que recebeu ameaças na porta de casa:

“Ai um caso relativamente recente que rolou foi uma [companheira] nossa que vai ser candidata esse ano, recebeu ameaça na porta da casa. Papéis, bilhetes, enfim, ameaçando de morte. Se ela continuar sendo incisiva naquele tema poderia acontecer algo de pior com ela.” [LUIZA]

Há dois relatos nos quais figuram possíveis associações entre grupos políticos locais e organizações criminosas que exercem o poder armado como base de suas atividades. Helena, mulher negra e pré-candidata a deputada estadual, narra uma situação na qual um motorista de aplicativo telefonou para alguém, informando que a havia deixado em casa. Ela narrou o caso da seguinte maneira:

“Uma preocupação muito grande que eu tenho é Uber. Tem região em que não dá para pegar Uber: área de milícia, ou algumas regiões de tráfico. Não sei se vocês sabem como funciona Uber e Ifood, mas é possível contratação via CNPJ. E também tem territórios em que só entra Uber da região. E esse Uber da região que entra, já aconteceu,

por exemplo, uma [companheira] teve que se mudar, ela teve que passar por esse processo de... ela já tinha deixado de morar na região, mas ainda estava morando na cidade do Rio de Janeiro. Ela estava fazendo uma ação naquele território, saiu de lá e pegou Uber para a casa dela. Quando o Uber a deixa na porta da casa dela, o Uber simplesmente liga para o cara que manda na região e fala: 'Fulano, estou a deixando em casa'. Isso foi um recado nítido para ela de: 'Agora nós sabemos onde você mora'. Isso gera um alerta para nós. Região em que só entra Uber da região, isso quer dizer que o Uber da região está em conluio com aquele cara. Como o processo do CNPJ para entregador de Ifood tem uma certa relação com a milícia. Já saíram até alguns artigos aí falando um pouco sobre isso. São coisas que a gente não se liga. A gente só vai se ligar depois. Todo mundo pegava Uber com muita tranquilidade, e isso aconteceu com essa menina e a gente falou: 'Não dá para pegar Uber em alguns lugares. Tem que ter um motorista que vai entrar e sair com a gente para que isso não seja identificado'. E falou para ela ouvir, entendeu? Ela estava descendo do Uber e ele ligou e falou para que ela ouvisse inclusive a voz do cara em retorno dizendo: 'Deixou em casa, não é?'. Agora nós sabemos onde você mora, um recado muito nítido, e foi quando ela precisou sair do município.' [HELENA]

Já Teresa, mulher negra que foi candidata a vereadora, narrou uma situação na qual um outro político agiu de modo intimidador, com a participação de um jovem que, segundo ela, pertencia ao tráfico:

"Eu parei na esquina e duas mulheres que eu conheço [...] me pararam para conversar, ele, [um outro político em campanha], passou uma vez, parou o... Cumprimentou elas, aí ficou olhando para a minha cara, deu a volta no quarteirão, voltou. Passou um menininho da quebrada, um menino da boca. Ele chamou o menino, olhou para a minha cara, botou o menino dentro do carro e arrancou com o carro. Isso aconteceu e o outro também, esse era do grupo, esse é do grupo da gente, mesmo grupo, grupo da coligação, nem sei qual é o partido dele. E teve um outro, outros dois que me encararam, me viram, me viram panfletando e me deram aquela enceradora, que eu saí, 'vou sair daqui, por que eu não vou ficar aqui nesse... não vou ficar aqui'. Isso rolou." [TERESA]

Assim como no caso descrito por Teresa, há outras narrativas de intimidações e hostilidades das quais participaram diretamente correligionários, políticos e assessores de grupos políticos adversários. Jussara, mulher negra que estava candidata, contou que as intimidações ocorreram em um bar que frequentava e não em uma situação de campanha:

“Eu frequentei um bar (...). Eu fui lá um dia à noite. Era aniversário de uma amiga minha (...). A família dela toda lá. E, aí, tinha assessores de um vereador. E, aí, esses assessores fizeram várias ameaças veladas a mim. E eu acho (...) são ligados também às práticas da milícia.” [JUSSARA]

Essas situações de intimidação e ameaças em espaços de sociabilidade e nos locais de moradia indicam alta vulnerabilidade, tendo em vista que um dos padrões que identificamos nas execuções políticas que estudamos é justamente a ocorrência nesses tipos de espaço (Rodrigues *et al.*, 2021). Tais ocorrências passam a mensagem de que os agressores conhecem as rotinas das potenciais vítimas, indicando, assim, a existência de premeditação e planejamento.

Elza, mulher negra que foi candidata a vereadora, narrou uma situação na qual as intimidações foram efetuadas com a participação direta do próprio candidato adversário:

“A gente estava fazendo uma panfletagem, eu e uma companheira, muito cedo [...], e tinha uma galera do candidato também do [...], com blusa. Ele estava com uma blusa com um revólver, que eles gostam de andar assim, uma blusa assim com uma estampa de revólver, o candidato. E na panfletagem não dava para saber quem era candidato e quem não era. Até porque eu estava panfletando e me apresentando enquanto candidata, e tinha uma galerona, alguns com blusa do Brasil e tal, panfletando também. E esse candidato, (...) me intimidou com a presença. Ele saiu... que, assim, ele estava fazendo uma panfletagem, mas como se fosse um fiscal (...). Aí, quando ele viu que eu era a pessoa do panfleto, ele pegou um bolo de panfleto da mão da pessoa que trabalhava para ele e ficou na minha frente assim meio que me intimidando, tipo: ‘O que é que você está fazendo aqui?’, como se fosse isso, para botar aquele medo.” [ELZA]

Elza também contou um caso no qual as hostilidades foram dirigidas contra seu marido que tinha adesivos de sua campanha no carro. Trata-se de outro caso de violências praticadas em espaços de sociabilidade e lazer:

“O meu companheiro pegou o carro adesivado e foi para a rua [...] ver jogo. E meio que cercaram, não que cercaram, mas estacionaram, tipo assim, os carros ficam enfileirados aí quando você vê que não é adesivo do prefeito, de apoio... (...) Aí viram que [eu] não era a candidata do prefeito. Aí, meio que fecharam ele.” [ELZA]

Ela atribui essa intimidação ao grupo político do prefeito de sua cidade, do qual ela era opositora. No trecho acima, ela indica que a ação teria sido originada pelo fato do carro ter sido identificado como ligado a uma candidatura que não seria alinhada ao grupo do prefeito.

Angela, mulher negra candidata a deputada, contou que em uma campanha municipal da qual participou, as dinâmicas das hostilidades eram efetuadas pela imposição sonora. Os candidatos e correligionários desferiram, dessa forma, palavras de intimidação e ofensas com a utilização de carros de som:

“Às vezes, é igual campanha. Cada hora é um, mas você fica aguardando o outro terminar de falar, para poder falar ou sair. Então, o que a gente tinha, principalmente que a gente faz essa crítica do modus operandi deles [candidatos do campo adversário]. É cuidado no falar, a gente tinha muito cuidado, muito cuidado mesmo ao falar. E teve até um episódio (...): O nosso candidato a prefeito, a gente estava em uma feira, o [nosso candidato] começou a falar (...). Tem muito candidato que é miliciano, que é bandido, que é isso, que é aquilo. (...) Depois que o [nosso candidato] falou, começou a falar um outro rapaz (...). Um dos candidatos milicianos começou a falar com o carro de som muito mais alto.” [ANGELA]

Em outra situação narrada por Angela, os correligionários de um candidato adversário agiram de modo ofensivo:

“A gente estava no último dia lá na praça, as nossas campanhas normalmente nas ruas, elas não são grandes e veio um grupo do [candidato adversário] (...) Na época, era um grupo maior que a gente, inclusive, e a gente estava lá, carro de som, falando, coisa e tal. E

eles meio que começaram aquelas provocações, aquelas mesmas do prefeito: ‘Como é que quer ser candidata, se não trabalha?’ (...) E começaram a falar um monte de coisa: ‘É candidata, mas não tem moral!’. E eles, eram tantos ataques, assim e as pessoas perceberam que era um ataque à minha pessoa, que até os ambulantes do entorno começaram a se solidarizar com a gente. Então ficou assim: a nossa equipe falando, distribuindo, eles falando no microfone, cada vez mais aumentando o número, os ambulantes se solidarizando com a gente, até porque também, a gente estava sempre naquele ponto, as pessoas falavam: ‘Elas estão fazendo a campanha delas direito aqui, vem vocês querendo xingar’ (...), Mas assim, o clima estava muito tenso, porque nós éramos bem menos e eles eram muito mais, era uma quantidade de pessoas muito maior e cada vez mais com os xingamentos.” [ANGELA]

Roberta, uma mulher negra ativista que atuou em uma campanha para a Câmara Municipal de sua cidade, nos contou que lá os processos de construção de um clima violento nas ruas possuem uma longa trajetória e remontam a um contexto no qual determinado grupo político emergiu ao poder, substituindo outro grupo que tinha certa hegemonia nas urnas na década anterior. Ela conta que a vitória nas urnas do grupo que chegava ao poder assumiu os termos de uma vontade de eliminação, ou expulsão do grupo anterior, ao invés de ser uma situação de alternância de poder comum e desejável em contextos democráticos. Ela descreve da seguinte forma esse contexto:

“E quando eles ganham aqui, eles lavam a cidade, não sei se tu sabe disso, eles fazem muita passeata. Primeiro mandato, primeiro mandato do [...], (...) eles ficavam, ‘varre, varre, vassourinha’, varrendo a cidade toda, varrendo o [partido adversário]. Depois fizeram da mala, ‘arruma a mala aí para a gente’, porque tinha muito [partido adversário] (...). Aí mandando a gente arrumar mala, e depois teve uma que eles passaram, lavaram a cidade toda.” [ROBERTA]

Segundo ela, essas manifestações hostis trouxeram à tona um cenário no qual as divergências políticas escalaram para animosidades e violências. Ela nos contou que é nesse período que se estabelece como algo recorrente a prática de xingamentos e ofensas contra correligionários do outro grupo político no cotidiano das campanhas políticas. Ela narrou assim esse processo:

“Ali já começou, ali foi a primeira na campanha violenta e a gente ficava com medo, e eles estavam de multidão na rua, eles falavam muito grosso. [Eles iam] para os nossos comícios para meio que atacar. Ali foi o momento que a gente teve medo, assim, de rua, ali a gente teve. (...) Esse momento aí (...) foi bem assim preocupante, a gente fazia campanha com medo, com cuidado. E as outras que sucederam também, a gente era xingado, era um troço bem violento, bem no estilo dos bolsonaristas hoje.” [ROBERTA]

Destaque-se que ela identifica esse processo como algo que ocorre atualmente com o bolsonarismo. A perspectiva de construção de hegemônias políticas tendo como parâmetro a eliminação física do adversário e não somente sua suplantação eleitoral, é uma vertente importante das formas políticas autoritárias, em suas expressões tanto ideológicas quanto institucionais (Stanley, 2022). Esse padrão de hostilidade foi o que ela encontrou na última campanha da qual participou, em 2020. Ela nos contou:

“A Elaine¹¹, em algumas abordagens nossas, o pessoal [falava]: ‘Elaine eu gosto de você, mas o comunismo não! Esse comunismo não!’. Teve até uma vez que a gente teve um embate com uma galera religiosa e super amigos da Elaine, mas foram bem assim agressivos no embate com a gente na questão do comunismo. Bem assim, isso também a gente sentiu lá com a galera mais de periferia: ‘O comunismo não! O comunismo não!’.” [ROBERTA]

Nesse mesmo sentido, José, um homem negro que foi candidato a vereador, aponta que as tensões locais entre grupos políticos de situação e oposição, convergiram para as disputas travadas no âmbito nacional. Segundo ele:

“(...) por conta dessa questão desse cenário político, dessa bipolaridade que vive o nosso sistema político que algumas pessoas falam, ‘Fora [...], sai daqui vagabundo!’ (...) Em diversos pontos da cidade, ‘Não, não quero o [Partido A]’.” [JOSÉ]

11. Pseudônimo, correligionária do partido na campanha de quem Roberta atuava.

Rute, mulher negra que também foi candidata a vereadora, descreve a hostilidade presente nas ruas de sua cidade como um fator que a fazia sentir medo durante a campanha. Ela descreve esse medo da seguinte forma:

“Foram dois os medos que eu tinha. O medo de início era o medo de achar que eu não estava para aquilo, de não dar conta daquilo. Não é um medo, um receio, não ter confiança em mim. Acho que isso acontece muito com a gente que é pobre, que não teve muito acesso a essa questão político-partidária. Embora eu esteja [no ativismo] há muitos anos, disputar uma eleição era muito novo, (...). De início isso me deu muito medo, achar que eu não ia dar conta, que não ia conseguir defender nossa candidatura. Só que esse medo eu sanei no primeiro dia que eu fui para a rua. O outro medo foi o medo de estar nas ruas. (...) A gente era muito hostilizada, xingada. O medo era ser hostilizada, ser xingada, até ser agredida fisicamente, porque isso pode acontecer. Era também um cuidado que a gente tinha, não ir para a rua sozinha. Vou dar um exemplo. Às vezes você entregava um panfleto para uma pessoa. (...) Abordamos duas senhoras e uma adolescente na porta do mercado. As senhoras não queriam falar com a gente, mas a menina, que era adolescente e devia ter uns 16 ou 17 anos, quis pegar nosso panfleto. Quando ela pegou o panfleto, a mãe da garota pegou, amassou o panfleto e tacou o panfleto na gente. Isso é uma violência. São essas formas de violência que me dava medo de ir para a rua. Eu tinha medo de ser agredida fisicamente. Era xingada, nós éramos muito xingadas. Às vezes, acontecia de ser xingada, hostilizada, ser chamada: ‘Vocês só querem roubar, vocês ficaram tantos anos’. Inclusive a gente era muito confundida com o [Partido A]. (...) Tem a violência simbólica e a violência física. (...) O medo a que me refiro é esse medo da violência simbólica, da violência física também. Essa violência física também se externa na questão da violência do xingamento, a violência simbólica, nem tão simbólica assim.” [RUTE]

Dos dois medos relatados por Rute, seria possível dizer que um é esperado que ocorra em pessoas que se candidatam pela primeira vez. Tanto é que ela disse que ele se debelou logo que a campanha nas ruas começou. Já o outro medo era decorrente do clima hostil que encontrou. Ela temia que os xingamentos e ofensas recorrentes no cotidiano escalassem para agressões e risco de morte. É importante notar que essas hostilidades partiam não somente de grupos organizados, mas eram praticadas de forma cotidiana por passantes

com quem tinham contato na campanha. Esse é um ponto importante porque quando a violência penetra no cotidiano e modula condutas de pessoas comuns que se sentem autorizadas a manifestar ódios políticos sem mediações, temos um quadro no qual a violência demonstra seu caráter sistêmico (Han, 2017). Esse caráter sistêmico foi fortalecido pelo campo fértil de violências agitado pelo bolsonarismo, em um processo de acirramento da violência política no cenário nacional que vem em uma constante desde 2016.

Sonia, uma mulher branca que concorreu à Câmara Municipal de sua cidade, nos contou que os xingamentos e ofensas que foram dirigidos a ela na campanha possuíam uma inflexão de violência LGBTQIA+fóbica:

“O que mais pegou mesmo foi a questão da LGBTfobia, algumas pessoas chegaram a falar: ‘não vou levar esse panfleto para casa! Meu pai vai me matar se vir isso!’. Era todo colorido, com a bandeira LGBT.” [SONIA]

Ela continua narrando o seguinte:

“A gente recebeu uns xingamentos na rua, a pessoa passar de bicicleta e falar: ‘Vão tomar no cu, bando de sapatão!’ Mas nada de cara a cara. Eu lembro disso porque teve um menino que passou de bicicleta e falou isso. Acho que o que mais impactou foi isso. Às vezes as pessoas nem pegavam o panfleto e liam, mas o que estava na cara dele era ser colorido [com as cores da bandeira do movimento LGBTQIA+], não via as outras questões postas ali.” [SONIA]

Ana, uma mulher negra que foi candidata a deputada estadual, também destacou que os xingamentos e ofensas que recebia durante sua campanha também possuíam um conteúdo de violências de gênero:

“É... eu sofro na campanha de rua muitos xingamentos e nunca é na linha de ‘Incompetente’, política. Não, é: ‘piranha, vagabunda’. É muito louco os xingamentos que eu recebo, não é em uma linha, mesmo no partido, ‘ah, vagabunda [...]’. É sempre ligado à posição mulher. Esse tipo de prática de hostilidade nas ruas, é muito pesado. Intimidação, machismo de querer me tocar, já aconteceu também na rua, de ser asqueroso. A gente estava fazendo campanha, apertando a mão das pessoas e tem homens que se acham no direito de me

agarrar, porque eu estou na rua fazendo campanha e não sei o que eles pensam, eu nunca vi isso acontecer com homem, mas enfim, faz parte. E já recebi várias mensagens no privado e nas minhas redes sociais, e a minha equipe é só quem vê, porque tem outras pessoas que mexem nas minhas redes sociais, sou eu e muitas que recebem mensagens escrotas, misóginas, e asquerosas, asquerosas. São coisas que a gente trabalha pra conseguir lidar, pra não se deixar intimidar e se inibir por causa disso, mas é muito pesado, é muito pesado esse aspecto.” [ANA]

Além dos xingamentos, Ana relata situações nas quais homens a agarraram. Nesses casos, a violência política de gênero ultrapassam o verbal, chegando a violar sua integridade física. Outra dimensão destacada por Ana é o uso das redes sociais como veículos de difusão de mensagens misóginas. Uma arena onde o ódio encontrou um refúgio (Rodrigues; Del Río, 2021).

A manifestação de ódios políticos pelas redes sociais é relatada por Antonia, no seguinte trecho de sua entrevista:

“Eu ia falar das redes bolsonaristas, mas eu não sei em que medida essa galera também está relacionada com milícia, é uma loucura, mas eu acho que bolsonaristas, conservadores, essa galera que defende, que a gente chama pauta dos costumes. Um caso também que houve, a gente tem uma [companheira] que tem uma ação muito voltada para a questão da saúde também, a saúde coletiva e tudo mais. Aí, sempre que vem casos relacionados a aborto, eu lembro que em 2020 que houve aquela história muito parecida com essa recente, mas aquela menina que era ou do Espírito Santo ou era do Recife. (...) O hospital era em outro estado, que foi um hospital de referência para esses casos e tal. Aí, essa [companheira] se posicionou nas redes sociais em relação a isso e teve uma enxurrada de ataque por parte dessa galera bolsonarista, defensora da pauta dos costumes, então essa questão religiosa, evangélica e tal.” [ANTONIA]

Cintia também relatou mensagens ofensivas enviadas pelas redes sociais:

“Antes das eleições de 2018, eu sempre tive camisa do MST, sou simpatizante, já fiz trabalho em campo. Foi uma ameaça nas redes sociais, no Facebook. Um rapaz (...), era bolsonarista pelo que eu vi, ele pegou uma foto minha com a camisa do MST, fez uma montagem: ‘Essa pilantra, olhem a cara da esquerda que se diz professora.’”
[CINTIA]

Sonia nos contou, ainda, que, algumas vezes, as hostilidades eram manifestadas por policiais fardados nas ruas:

“Já teve vez de a gente estar com a bandeira, eles [os policiais] chegam e se posicionam, param perto, rindo, debochando, sem máscara. Mesmo na pandemia, mesmo em 2020, os caras nunca usaram máscara. Via a gente de máscara e parecia palhaça na cabeça deles. A gente andava com um negócio de álcool-gel. Toda vez que a gente ia entregar panfleto, a gente falava... a gente andava com máscara... isso, para mim, era uma certa posição hostil, eles têm essa coisa de ficar olhando, de rir. A gente se incomodou várias vezes com policiais militares na rua, fardados.” **[SONIA]**

Policiais de serviço hostilizando candidatas nas ruas em período eleitoral representa um sintoma de forte deterioração do ambiente democrático. O alinhamento de policiais e militares a grupos de poder, como tem ocorrido no cenário nacional, e nos foi relatado por Sonia no contexto local, é um indício de alto risco de formas autoritárias do exercício do poder. Cintia também tocou recorrentemente nesse ponto da atuação política das polícias em sua cidade.

Além de Cintia, Paulo também narra casos de hostilidades envolvendo policiais em serviço. Ele contou que foi parado duas vezes em blitzes policiais e que os agentes que o abordaram fizeram questão de demonstrar de modo intimidador que acompanhavam o trabalho político dele e que sabiam quem ele era:

“Aí eu começo a perceber que os caras estão me acompanhando por conta disso, e eu preciso tomar mais cuidado com o que eu falo, como eu falo e para quem eu falo.” **[PAULO]**

Chama a atenção o fato de que esses policiais que intimidaram Paulo procuraram demonstrar que conheciam o seu trabalho de militância. Quando esse evento ocorreu, ele sequer considerava ser candidato a algum cargo eletivo e também não possuía filiação partidária.

Poder armado, política e território

Como é possível identificar nas violências políticas relatadas até aqui, existem três fontes das quais os vetores das agressões e hostilidades emanam. Em primeiro lugar, há a dimensão estrutural, relativa às violências da colonialidade, o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia. Essa dimensão, por seu caráter profundamente constitutivo de nossa ordem social e política, está na base de todos os outros aspectos da violência política¹². Ela organiza tanto os processos circunstanciais, localizados, quanto os modos de reprodução introyetados, subjetivados, subcutâneos (Han, 2019) da violência política¹³.

Em segundo lugar, temos a violência que decorre de um terreno fértil de ódios políticos socialmente disseminados e aquecidos pela ação de grupos que ocupam lugares estratégicos de poder (Rodrigues; Del Río, 2021). Temos, assim, a circulação de ideologias políticas cujo conteúdo é marcado pelo ódio à alteridade e pelo culto da violência (Stanley, 2022; Paxton, 2007; Appadurai, 2020; Rodrigues, 2022). É esse campo que orienta agressões cotidianas, ofensas em eventos de campanha, xingamentos emitidos por transeuntes, ameaças em redes sociais. A vontade de eliminação do outro é a base dessa postura violenta na direção da política. O outro representa uma ameaça desumanizada, um híbrido de espectro maligno e praga infectante, que, como tal, precisa ser eliminado.

A terceira fonte das violências políticas que descrevemos até aqui se refere à centralidade do poder de matar como ferramenta de gestão dos territórios (Rodrigues et al., 2021; Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, 2021). Ela se refere, portanto, à permanência do mandonismo e de um clientelismo homicida, como heranças do sistema coronelista (Leal, 2012; Carvalho, 1997;

12. É difícil não se espantar com o choque entre o tom açucarado da prosa de autores que descreveram a ordem colonial brasileira, como Prado (1992), Freyre (2006) e Holanda (1995), e as cenas de extrema violência que eles relatam. Um capítulo de Retrato do Brasil, de Paulo Prado, é exemplar nesse aspecto: na parte do texto intitulada “A Luxúria”, em que ele diz ser essa paixão a responsável por tornar o Brasil uma terra de todos os vícios e todos os crimes, ele narra, por exemplo, como um senhor branco queimava vivas mulheres indígenas grávidas.

13. Nos termos de Han (2019), poderíamos dizer que essa dimensão estrutural organiza tanto a macrofísica quanto a microfísica da violência.

Alves, 2003; Rodrigues *et al.*, 2018; Fórum Grita Baixada e Centro de Direitos Humanos da Diocese De Nova Iguaçu s./d.). A análise desse vetor mostra que, em larga medida, são os poderes locais que organizam as redes criminosas e sua economia política das mortes violentas (Rodrigues *et al.*, 2018). A criminalidade organizada não seria, assim, um desvio da ordem política estabelecida, mas uma de suas dimensões. É histórica a cooperação entre grupos de extermínio e poderes locais, assim, como também é um dado que o negócio miliciano possui vínculos indissociáveis com poderes políticos.

É essa terceira fonte que orienta as violências políticas descritas por nossas/os entrevistadas/os nesta seção. Elas/es nos relataram diversas situações nas quais o poder de matar opera como um elemento que define quem, como, quando e onde pode exercer atividades políticas nas regiões que estudamos. É comum nessas narrativas a indistinção entre políticos locais, capos do crime e figuras de destaque de negócios empresariais que têm o ilícito como base de suas operações.

Esses relatos revelam que essa correlação entre poder político e poder armado é fortemente estabelecida quando se trata da política municipal (Leal, 2012), tornando a construção de carreiras políticas como algo exclusivo daqueles que possuem acesso ao poder de matar. Esse aspecto se torna emblemático no seguinte trecho da entrevista de Luiza:

“Eu tenho clareza que se eu for disputar uma eleição municipal eu vou morrer, então não passa pela minha cabeça disputar uma eleição [...] para vereança. Inclusive porque o poder está localizado, tem uma dimensão de poder dentro da política institucional que está muito mais localizada na câmara municipal do que na câmara estadual, porque as pessoas ali não sabem quem está votando, se quem está votando em vereador ou em deputado estadual.” [LUIZA]

O veto ao exercício da política local por quem não possui as ferramentas do poder de matar como Luiza se traduz, como ela diz, no risco de morte. Ela é taxativa em relação a isso. Não se estabelece aí nenhuma margem para indefinições. Há, ao contrário, a “clareza” de que se candidatar ao poder político local significa uma sentença de morte para forças desalinhadas dos poderes locais. E Luiza não foi a única de nossas entrevistadas a assinalar que a escolha por uma candidatura estadual leva em consideração em seu cálculo o risco de morte que uma candidatura municipal representa.

Esse dado corrobora o quadro de casos de violência política que nosso levantamento apresentou no capítulo anterior. Há uma concentração de violências que se exercem em torno das disputas da política municipal. Ainda que não tenhamos feito um levantamento sistemático a esse respeito, foi possível apurar nas entrevistas que tem sido recorrente nas Câmaras Municipais das regiões que estudamos a formação de bancadas sem oposição aos grupos políticos que controlam a política local.

Tais arranjos explicam o poder “localizado” que Luiza nos narra. Esse poder é localizado e concentrado pelo uso da força em grupos políticos locais que procuram neutralizar concorrências com base no poder de matar. O controle da política resulta, assim, no controle das atividades econômicas e da vida cotidiana locais. Há, assim, grandes convergências entre política, mortes por encomenda e práticas milicianas de exploração econômica. Um consórcio do poder entre chefetes locais, grupos de extermínio, milícias e empresariado. Em arranjos contemporâneos do controle territorial armado em articulação com o controle político local, tanto na Baixada Fluminense quanto na Baía da Ilha Grande, também figuram facções do tráfico. É recorrente, dessa forma, que as milícias estabeleçam arranjos comerciais com o tráfico, permitindo a venda de drogas em áreas sob o seu controle. O mesmo pode ocorrer em áreas que não possuem um controle miliciano, mas de um chefe local com os homens que operam o poder de matar sob seu comando.

Em uma entrevista que realizamos em 2021, uma de nossas interlocutoras nos explicava que em seu município nem sempre é possível identificar qual grupo armado controla determinadas áreas, mas nunca há dúvida sobre qual político controla tais localidades. Esse sistema é o que melhor explica os padrões de articulação entre poder de matar, controle territorial e política local nas duas regiões que estudamos. O fator constante de organização dos mercados ilegais armados é a política local. Trata-se, contudo, de um círculo vicioso, porque o poder político local só se sustenta pelo acesso ao poder de matar. Há, assim, carreiras políticas bem-sucedidas nessas regiões que decorrem ou da conversão entre poder econômico em poder armado, ou vice e versa, como base para o exercício do poder político. Ou o sujeito possui poder econômico suficiente para contratar o poder de matar, ou sua própria carreira criminal baseada no poder de matar se torna uma porta de entrada para o acesso aos poderes econômico e político (Rodrigues *et al.*, 2018; Rodrigues *et al.*, 2021).

Esses poderes procuram, sempre que possível, manifestar de forma ostensiva sua eficácia, seja por intimidações, agressões e assassinatos, seja por ameaças ou recados velados. Isso também nos revela Luíza ao dizer que um de seus correligionários de campanha foi impedido de realizar atividades em determinada região:

“Teve um [correligionário que atua em minha campanha] de [...] que falaram para ele que ele não pode fazer nenhum movimento político lá. Foi a milícia.” [LUIZA]

A interdição imposta pela milícia, que nos conta Luiza, indica que esse grupo define reservas eleitorais para determinados políticos com ele alinhados, reativando as práticas de currais eleitorais (Leal, 2012). Tal controle do eleitorado é uma chave para a extração de dividendos políticos a partir do poder de matar. Essa é também a chave para a manutenção de clientelismos operados nessa interface entre crime e máquina pública. Por isso, chamamos essas práticas de clientelismo homicida (Rodrigues *et al.*, 2018). O político local, alçado ao poder pelo consórcio com o poder de matar, também se torna um operador que controla os serviços públicos municipais oferecidos localmente, como acesso a atendimento de saúde. E isso nem sempre é feito de modo velado, afinal, é preciso certa publicidade para que a relação de clientela se converta em novos dividendos políticos e econômicos. Recentemente, um político local de uma das regiões que estudamos, por exemplo, declarou abertamente à imprensa, ao ser flagrado falando no celular durante uma cerimônia pública, que estava ocupado providenciando vagas de atendimento de saúde para sua clientela política.

José também narra uma situação na qual o poder criminoso armado se imiscui na política local:

“O [nome suprimido] é um camarada que aqui ao longo dos anos ele expulsa as pessoas das terras, amplia as terras dele e vai (...) Por exemplo, falar mal do [nome suprimido] é você correr risco de vida assim sabe, real, entendeu? Corre o risco de morte, risco de morte assim real, esse é principal. E mexer com alguns grupos que a gente acha que tem ligação direta ou não com a milícia, como [cita um ex-vedador que ele julga ter uma atuação miliciano no município].” [JOSÉ]

Esse criminoso ao qual José se refere nutre uma imagem pública de empresário e possui muitos vínculos com as elites políticas locais de sua cidade. Chegar ao poder naquela cidade significa, em alguma medida, ou se alinhar a ele, ou estar correndo algum risco de vida. É importante sublinhar que José descreve que não é preciso estabelecer uma oposição política direta a esse sujeito, nem sequer constituir uma concorrência substantiva a seus negócios empresariais-criminais. Basta “falar mal” dele para correr “risco real” de morte. É preciso salientar que aqui, assim como no caso de Luiza sobre o temor de concorrer na política municipal, José fala de um risco palpável, tendo em vista que a violência controlada pelo ator envolvido possui notoriedade por ter sido demonstrada concreta e repetidamente. Nesses arranjos locais de poder, não pode haver dúvida sobre quem manda.

Elza descreve que, diante dos vetos a políticos desalinhados dos poderes armados locais, nem o fato de possuir vínculo social e histórico com determinadas áreas garante uma circulação tranquila e a possibilidade de lá exercer atividades políticas:

“Onde eu estou agora [...], eu sempre morei aqui, tenho casa aqui também. Era um lugar que eu vinha porque eu morava aqui, mas não foi um lugar que eu pude fazer campanha abertamente. O meu pai botou bandeira, adesivou em alguns lugares. E todo lugar que eu fui foi levada para ir dentro da casa de alguém. (...) Então, a gente não fazia campanha na rua. Tipo, eu não podia parar na rua da casa dessa família e dar para os vizinhos. Até porque toda vez que a gente ia num lugar a gente sabia que tinha ali um xerife. Aqui mora tal pessoa. Aquela ali está trabalhando para ele na campanha, então a gente precisa ter um certo tipo de cuidado”. [ELZA]

Como consequência no mapa do controle armado nas áreas de sua cidade, Elza relatou que sua campanha não foi realizada nas ruas. Seus trajetos consistiam em visitas a casas de pessoas simpáticas à sua candidatura. Tais visitas eram sempre mediadas por pessoas do local e havia todo cuidado nos percursos de entrada e saída, com a expectativa de não estabelecer ruídos com o “xerife” da área.

A limitação da possibilidade de fazer uma campanha nas ruas, o risco de morte, as fronteiras e barreiras para a circulação nas cidades impostas pelos poderes armados são algumas das dimensões que constituem uma redução do espaço democrático, tanto em termos ideológicos quanto institucionais. Trata-se de

dinâmicas nas quais a violência exerce práticas de cerceamento dos direitos políticos. Exploraremos um pouco mais, na seção seguinte a relação entre o medo e esse cerceamento.

Medo e cerceamento político

Para além das agressões e hostilidades diretamente sofridas por nossas/os entrevistadas/os, a ostensividade da violência no cotidiano da política produz o efeito perverso de articular o medo com a limitação do pleno exercício das atividades da vida pública¹⁴. Nossas/os entrevistadas/os descreveram diversas situações nas quais o medo, sobretudo o medo de agressões e de serem mortas/os, se converte em um fator de limitação de suas atividades políticas. Rute narra diversas dimensões desse medo no seguinte trecho de sua entrevista:

“Eu tinha medo, sim. Embora a gente nunca tivesse sofrido ameaça durante a campanha, eu tinha medo das coisas que a gente poderia estar falando, que isso reverberasse de alguma forma contra a gente. Por exemplo, no início da nossa candidatura, antes do lançamento, foi escrito um manifesto.(...) O manifesto é muito bom, ele ficou online para as pessoas lerem, terem acesso. Eu fiquei preocupada quando tive acesso a esse manifesto porque ele falava de ‘cidade milicianas’, de milicianos. Eu falei: ‘Tirem isso’. [O manifesto] usava como exemplo a questão da Marielle. Eu até conversei muito com a [...] sobre isso: ‘Marielle era uma vereadora, tinha todo um aparato por trás dela, e foi morta mesmo assim. Imagine a gente (...). E eu não sou nenhuma pessoa importante, [aqui] é uma cidade pequena, olhe a dimensão das coisas’. Eu fiquei com muito medo disso, tinha muito medo também de me colocar às vezes com uma fala mais radical. Eu tinha medo de fazer uma fala mais radical, fazia sempre uma fala mais amena. Eu tenho medo de fazer falas muito radicais e de sofrer alguma coisa. É isso que a gente vê por aí. Quando você faz falas mais radicais, as pessoas são ameaçadas de morte ou são mortas, como aconteceu com a Marielle e aconteceu com outros companheiros no passado. Quando a gente vem com uma política para desconstruir essa velha política, que vai mexer com o grande poder, com o poder dos homens brancos lá de cima, a gente pensa uma política mais de território,

14. Ver Arendt (2007) sobre a relação entre vida pública e condição humana.

mais participativa, participação direta, [...] era bem nesse viés de ser uma candidatura mais participativa, que sai daquela representatividade indireta para a direta, uma política construída a partir dos territórios. Eu acho que isso causa um rebuliço nessa velha política branca machista capitalista dos privilégios dos homens brancos no poder. Nesse sentido, eu tinha medo e ainda tenho medo, nós temos medo ainda de fazer falas muito radicais em determinados espaços. Nessa conjuntura é pior ainda.” [RUTE]

Rute descreve o modo pelo qual o medo representava um constrangimento para a livre expressão de ideias, uma barreira para a própria construção de sua plataforma política no campo das ideias. Os termos de seu manifesto político, as bandeiras políticas que defende, as propostas para a vida pública que gostaria de expressar como aspectos de sua campanha encontram um constrangimento pelo medo. Essa é uma dimensão fundamental da eficácia da violência política como instrumento de poder. A demonstração ostensiva do poder da violência estabelece as fronteiras dos campos de possibilidades das políticas. O assassinato de Marielle opera, assim, como uma demonstração de poder que exerce esse tipo de eficácia. Nem mesmo as ideias de oposição podem circular. Aliás, o discurso, como ensina Hannah Arendt (2008), é a expressão humana imediatamente suspensa em contextos de brutalidade.

Outra questão fundamental levantada por Rute é o conjunto de obstáculos que o medo produz para a construção de processos locais de exercício do poder democrático. Sobretudo do ponto de vista prescritivo, a dimensão local é fundamental para a democracia. É no âmbito local que as mediações da representação são reduzidas e a democracia é mais amplamente experimentada diretamente. Rute lamenta não poder construir plenamente um mandato democrático baseado no princípio participativo¹⁵.

Helena reforça a maneira pela qual as pautas políticas vocalizadas são um elemento de ampliação do risco de morte:

15. Diante dos sintomas da perda de legitimidade democrática pelas contradições contemporâneas acerca da representação, tanto o direito quanto a ciência política nutriram, nas últimas décadas, esperanças na direção de processos mais responsivos ou participativos do que formais. Ver, por exemplo, Pogrebinschi (2011) e Nonet e Selznick (2010).

“O que coloca em risco, principalmente de vida, no estado do Rio de Janeiro é o debate da segurança pública. Não tem como. (...) Isso (...) é o tipo de coisa que eu não posso falar por aí durante minha campanha. Mas são coisas que a gente precisa ter no radar e entender. Por isso que eu falo que tem que entender o território em que você está entrando. Porque você precisa entender o que você pode falar ou colocar lá, ou não. Porque isso é uma situação de risco muito grande. (...) Então, acho que é um tema muito arriscado e que se você não tem domínio do assunto, e se você não sabe como apresentar o assunto, é melhor não falar. Fala do sexo dos anjos, das flores bonitas do campo, mas não fala de segurança pública se você não tem noção de onde está se metendo, porque você corre o risco ou de ser inconsequente, ou irresponsável e passar por lugares em que não deve passar. E entender que o debate de segurança pública no Rio de Janeiro organiza uma disputa nacionalmente de grande poder. É isso que mata muita gente por aí. Então, ter essa ciência. Acho que outro debate também é o de meio ambiente. (...) Acho que meio ambiente e segurança pública são os dois grandes debates de resultar em morte.” [HELENA]

Da perspectiva de Helena, é o debate de segurança pública que evoca os riscos de um ambiente de violência. Falar dessa pauta depende de uma leitura sobre o quando, o onde e o com quem se está dialogando. Abordar os meandros das questões relativas aos problemas de segurança pública no Brasil seria uma via para ferir interesses de grupos que fazem parte do problema.

Já Luiza sintetiza o modo pelo qual sua entrada na política estabelece a consolidação do medo de morrer. Ela expressa esse processo, como algo doloroso:

“Por mais que seja doloroso, por mais que me produza, eu não tinha medo de morrer. Eu tenho medo de morrer hoje, isso não era uma preocupação, não tinha medo de morrer e hoje isso é um medo.” [LUIZA]

Na fala de Luiza se expressa de modo mais contundente uma tensão que irremediavelmente é profundamente dolorosa. O exercício da política, que deveria ser um aspecto constitutivo de uma vida plena, se converte em uma violação do próprio espaço vital de Luiza. Viver com medo de ser morta está longe de ser uma expressão de uma vida plena. É importante frisar aqui que se trata não de medo de morrer, da certeza da precariedade como elemento humanizador

da existência, como possibilidade de criação de um espaço comum, daqueles que compartilham a dor (Butler, 2020). É o medo de ser morta. O medo de ter sua vida suprimida injusta e brutalmente por aqueles que negam repetidamente seu direito de existir.

Teresa descreve o risco da proximidade daqueles que a ameaçam e a colocam em risco de ser morta. Em sua narrativa, a emergência do bolsonarismo ampliou a eficácia dessas presenças ameaçadoras:

“Eu tive dois medos, eu recebi... eu fui constrangida, porque os candidatos mais antigos, os mais tradicionais quando viam entrando em algum território que eles estavam, eles me olhavam assim com aquela cara, me coagiam, assédio, isso é assédio. Assediam meio que tipo, ‘O que você está fazendo aqui?’. Isso rolou, tive medo, depois de 2018, depois que o Bolsonaro ganhou, eu tive medo real, porque foi naquele momento que eu me constitui na liderança também, então eu tive desde a época desde que o Bolsonaro ganhou, aqui, eu venho para a minha casa em uma ciclovia, antes eu pegava essa ciclovia a qualquer horário, sem medo, o Bolsonaro ganhou, eu hoje fico com medo. Porque eu acho que tudo pode acontecer, porque eu acho que ele incita um ódio, que a gente sabe. E na eleição eu fiquei com medo sim, eu tinha medo, teve um assassinato aqui na eleição, mataram um candidato e a narrativa [tentava definir que ele tinha sido morto por questões pessoais e não políticas].” [TERESA]

Mas o medo de Teresa não é decorrente apenas de uma presença que a ameaça tacitamente. O risco é iminente, porque um candidato de sua cidade havia sido morto e isso significava que ela também poderia ser. Ela descreve como sua rotina foi afetada pelo medo:

“Depois que o [um político da cidade] morreu, eu saí de casa. Eu não consegui dormir mais em casa, eu só voltei a dormir em casa depois que eu fiquei sem dormir em casa uns dias. E só voltei para casa depois, eu tive que voltar, mas eu voltei depois que eu fiquei sem dormir em casa, porque eu fiquei com medo de dormir em casa depois que mataram o [...], porque era naquele contexto das eleições de 2020, eu não sei, não, eu tenho as minhas dúvidas.” [TERESA]

Cintia, por sua vez, apresenta preocupação não somente com os limites às suas atividades como candidata e militante, mas também com as chances de poder exercer um direito político básico em contextos democrático: o voto. Ela descreve da seguinte forma essa preocupação:

“Eu espero que eu consiga descer para votar nas eleições. Eu estou com medo até do meu trajeto. Em 2018, em 2020 eu fui com aquela cautela, em 2022 eu tenho medo de explodir a tal da guerra civil que o presidente tanto quer. Mas eu vejo que eles estão dominando os espaços para a gente se sentir cada vez mais coagido. Tem lugar que eu tenho que deixar de passar por causa da quantidade de polícia na calçada, na rua, que aumentou muito.” [CINTIA]

No caso de Carolina, as consequências da violência foram mais profundas e os impactos do medo se exerceram diante de riscos muito mais palpáveis. Ela foi diretamente ameaçada de morte e teve que deixar sua cidade. Ela descreve essa mudança como um ato de sobrevivência:

“(...) eu não mudei de território para continuar militância, não. Eu mudei de território para me manter viva. Quando eu mudo de território, eu tento, inclusive, romper com tudo isso. Eu tento romper com a militância, eu me afasto do partido, eu me afasto do sindicato.” [CAROLINA]

Trata-se, assim, de um processo no qual manter-se viva se sobrepõe às possibilidades de manutenção das atividades políticas. As perspectivas de exercício de seus direitos políticos sofrem um processo de amplo fechamento. Carolina precisou escolher, portanto, entre a vida e a política. Suspendendo assim, a sua vida política.

É importante destacar que o medo esteve muito mais presente nos depoimentos de mulheres que entrevistamos, principalmente, de mulheres negras. Dentre as entrevistadas que citamos nessa seção, apenas Cintia não é uma mulher negra.

Além do cerceamento da expressão das ideias políticas, da construção de um poder político voltado para o cotidiano local e dos riscos acarretados por ameaças diretas, também registramos uma série de relatos nos quais está

presente o fechamento de horizontes de viabilidade eleitoral. Nesses depoimentos está presente a certeza de que a possibilidade real de se eleger significaria a ampliação do risco de serem mortas.

Roberta, nesse sentido, destaca que se a candidatura na qual atuou se tornasse efetivamente viável eleitoralmente elas estariam sob um risco maior:

“Eu acho que assim, quando a gente ameaça o poder dos caras, quando de alguma forma ele se sente, ‘aquele dali pode influenciar muito, aquele ali tem uma atitude que a galera está olhando’, então, eu acho que quando sobressai, quando você cria uma influência, como, assim, você pode ameaçá-los, eu acho que você se torna alvo dos caras aí. Mas aqui na cidade como está tudo eles não levam fé em a gente, está tudo muito repartidinho.” [ROBERTA]

Nesse contexto político no qual tudo já está “repartidinho”, não há espaço para novas lideranças emergentes sem que haja uma reação violenta por parte dos que estão no poder. Entrar na Câmara Municipal, em um cenário no qual não há alternância de poder e elites políticas se reproduzem e perpetuam no poder de modo violento significaria estar em uma situação de grande vulnerabilidade. Ela completa:

“Mas se fosse da forma que a gente estava pensando era uma forte candidata a tirar alguém, alguns desses candidatos da direita, e aí ela estava vulnerável.” [ROBERTA]

Rute, da mesma forma, conta que tinha muito medo durante toda a campanha e que tinha consciência de que não conseguiria se eleger. A “máquina” que ela enfrentava era tanto a fonte de seu medo, quanto a afirmação de suas poucas chances de vitória nas urnas. Ela relata essa situação da seguinte forma:

“A gente sabia que não ia conseguir se eleger, até pela conjuntura. (...) Na primeira semana eu fui sozinha, com muito medo, medo da covid, medo daquela máquina, daquele batalhão de cabo eleitoral que estava nas ruas. A gente ia sozinha [...], nossa bandeira, nosso material, passava por aquele batalhão. Dava medo. Muitas vezes a gente era hostilizada também.” [RUTE]

Rosa é outra entrevistada que relatou que ser eleita significaria correr o risco de ser executada por “tirar a vaga de alguém”:

“Acho que se você tem um crescimento ao ponto de ameaçar que você pode ganhar, que você pode tirar a vaga de alguém, principalmente no processo de eleição de vereança, a chance de você sofrer uma violência política, de ser executado, é muito alta. É muito alta mesmo. (...) E aí eu nunca coloquei meu nome em nada. Só coloquei esse ano porque é [...] estadual, então as coisas ficam bem mais diluídas. Mesmo assim, eu não tenho feito muita divulgação dessa pré-candidatura aqui na minha área.” [ROSA]

A alternativa para Rosa, reiterando uma estratégia que já assinalamos neste capítulo, foi procurar uma vaga para a Assembleia Legislativa estadual, para a qual há mais chances de diluir as disputas locais. Ela arremata, entretanto, dizendo que, mesmo para a cadeira no legislativo estadual, tem procurado não divulgar sua pré-candidatura na área em que mora.

Já Maria relata que não tendo sido eleita em sua candidatura para o legislativo municipal, não pretende se apresentar novamente como candidata em outros pleitos. Seu relato soa como uma mistura entre a frustração e o alívio por não ter ampliado os riscos de ser assassinada:

“Mas como candidata e participar de novo como candidata, eu não quero mais, até porque meu marido nem queria que eu participasse. Eu fui contra a vontade do meu marido, me apoiou e tudo, mas ele sempre falava para mim: ‘Cara, se você entrar e você não entrar no sistema cara eu, os caras vão mandar te matar’. Porque ele falou assim: ‘Mataram a Marielle. Você não viu o que aconteceu com a Marielle? Você vai querer arriscar, vão querer pegar você’. Tanto é que nem na região que eu moro eu pude fazer campanha. Eu moro numa região complicada... complicadíssima. Aqui eu não pude fazer campanha. Porque quem ganhou lá a vaga comanda tudo aqui onde eu moro... então, ficou muito complicado.” [MARIA]

Maria é mais uma que não pode fazer campanha política no bairro onde mora. Mesmo sem ter necessitado se mudar de seu bairro ou sua cidade, como ocorreu com Carolina, para Maria a experiência da candidatura representou um fechamento de horizontes políticos.

Famílias em risco

Já observamos até aqui, alguns relatos nos quais nossas/os entrevistadas/os descrevem situações nas quais seus familiares se encontraram implicados em contextos de violência política decorrente de suas atividades e candidaturas. Houve casos nos quais familiares sofreram hostilidades por estarem com materiais de campanha e outros nos quais podemos observar a manifestação de preocupação pelas vidas dos seus.

Essas circunstâncias se relacionam com situações nas quais nossas/os entrevistadas/os procuram omitir os detalhes de sua atuação política como forma de poupar seus parentes e buscar evitar que corram risco. É o caso das falas de Rosa e Luiza que transcrevemos a seguir. Rosa diz tentar manter sua família o mais afastada possível de sua atuação política:

“(...) Eu mantenho a minha família o mais afastada que eu consigo. Meu pai sempre reclamou e mostrou incômodo com o meu envolvimento político, ele nunca apoiou muito. Muito por isso, pela questão de segurança. Sempre reclamou. Então, é um assunto que inclusive eu não trago muito para a família. (...) Da minha pré-candidatura, meu pai, minha irmã e cunhado sabem, mas ainda eu não falei com a minha mãe, com outra parte da família. Vou deixar só para frente mesmo.” [ROSA]

Luiza, no mesmo sentido, diz não contar tudo a sua mãe sobre tudo o que acontece em suas atividades:

“É muito tensionado, a gente tem muito medo. Aqui em casa eu não falo para a minha mãe todas as coisas que acontecem porque ela vai ficar louca.” [LUIZA]

Além da preocupação com a segurança dos familiares, Luiza demonstra que busca selecionar o que conta para a mãe como forma de cuidar de seu bem-estar emocional.

Violência institucional

Documentamos relatos de três casos, todos ocorridos contra mulheres negras que foram candidatas, que envolvem o exercício da violência institucional com motivação política. Coletamos além disso, diversos relatos de violências institucionais de caráter racista e misógino ocorridos em espaços políticos partidários. Trataremos, entretanto, desse último tipo de violência na seção em que discutiremos mais especificamente a questão da interseccionalidade e violência política.

Dois dos três casos que relataremos aqui nesta seção ocorreram diretamente como retaliação às atividades políticas das mulheres militantes. Eles deixam evidente o uso de mecanismos institucionais como forma de impor sanções e prejuízos a mulheres que se afirmam como vozes ativas na vida pública.

Teresa foi remanejada de um cargo na administração pública municipal como retaliação por ter sido candidata a vereadora. Ela conta que foi transferida de uma função na qual lidava diretamente com o público para um posto na administração interna, uma atividade “vigiada”, nas palavras dela. Ela acrescenta: *“eu considero isso uma violência sutil, mas eu considero isso uma violência”* [**TERESA**]. Ela relata, ainda, que descobriu que o cargo do qual foi removida *“é um cargo da câmara dos vereadores”* [**TERESA**].

Esse último aspecto da violência institucional sofrida por Teresa indica que há a utilização política de serviços públicos municipais. Além de ter um caráter punitivo, a transferência para uma função “vigiada” também representaria um afastamento de Teresa de funções que, na compreensão daqueles que buscaram puni-la, poderiam render capital político para ela.

Carolina também nos contou que era funcionária pública e que sofreu perseguição da estrutura municipal por sua atuação política. No caso de Carolina, as punições funcionais, com a imposição de diversos transtornos de ordem administrativa para o exercício de suas atividades, escalaram para formas menos sutis de violência. Ela nos relatou que foi ameaçada de morte diretamente por parte daqueles que operavam a máquina pública em seu desfavor.

Já Roberta nos relatou uma situação na qual o atendimento bancário que ela e sua companheira candidata precisavam realizar pelas demandas de campanha foi excessivamente demorado. Ela descreve a situação da seguinte forma:

“O pior era para a gente, e banco com negócio de eleição. (...) Teve um dia, e a gente rola um racismo, porque Elaine que tinha que entrar. Então, cara, teve um dia que a Elaine ficou quase a manhã toda sentada no [banco]. Eu gritei, ‘Cara, está rolando racismo aí dentro.’” [ROBERTA]

É importante destacar que as violências institucionais ganharam relevância nos modos de se exercer violência política no cenário nacional. Nesse sentido, além das ameaças, o assédio institucional se tornou uma característica do atual governo federal. É possível, por exemplo, lembrar casos recentes que ganharam a mídia nos quais emergiram relatos de violência institucional de variadas formas ocorridas em setores como o alto escalão da Caixa Econômica, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério da Saúde.

Presença da polícia na política municipal

A violência de Estado é uma expressão fundamental da violência política. Podemos dizer, ainda, que ela é a forma clássica da violência política (Kleinman; Desjarlais, 1995; Besley; Persson, 2011). Ao enfocarmos neste estudo, portanto, as violências exercidas contra o que chamamos de atores políticos, ou seja, pessoas que exercem atividades políticas institucionais ou de militância e ativismo, estamos considerando apenas uma dimensão discreta da violência política exercida no Brasil. Se considerarmos, assim, a incidência de violência de Estado expressa principalmente pelos altos índices de letalidade das ações das polícias brasileiras, temos aí o aspecto mais amplo da violência política no Brasil. Isso se confirma, além disso, pelo fato de que a brutalidade policial é apenas um dos aspectos dos modos discriminatórios e violentos da atuação do Estado brasileiro que se manifestam por outras estruturas do sistema de justiça criminal, como os Ministérios Públicos, a justiça criminal e o sistema penitenciário.

As polícias, contudo, não são um elemento secundário nos contextos de violência política narradas pelas/os nossas/os entrevistadas/os¹⁶. Como já relatamos até aqui, há algumas situações narradas nas quais certas hostilidades foram perpetradas por policiais em serviço. Além disso, é preciso considerar que nas lógicas violentas que envolvem a atuação de poderes armados como grupos de extermínio e milícias, é recorrente a participação de policiais.

Mas há, ainda, outro elemento fundamental a respeito do papel das polícias nos vetores de violência política a ser levado em consideração: a participação de policiais na política institucional municipal. Essa participação ocorre, basicamente, por três processos, conforme nos mostram os relatos de nossas entrevistadas: o emprego de policiais em serviços de segurança de políticos locais, a instrumentalização política do trabalho policial por parte de gestões municipais e a ocupação de cargos públicos na administração municipal por policiais. A instrumentalização da força e racionalidade policial por fora das suas fronteiras estabelecidas.

Carolina descreve como ela percebe a atuação de policiais em serviços privados para políticos e empresários locais:

16. Na publicação do ciclo passado de nossa pesquisa (https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Pesquisa_Violencia_Politica_Baixada_ebook.pdf), identificamos que na Baixada Fluminense há um histórico de grande participação de policiais e profissionais do campo da segurança na política municipal. Em todos os pleitos entre 2004 e 2020, houve um percentual mais alto de candidaturas do campo da segurança na Baixada do que no estado do Rio de Janeiro como um todo. Nesses pleitos, os atores do campo da segurança foram a segunda categoria com mais candidaturas na Baixada (1227 candidatos), ficando atrás apenas dos comerciantes (2065). Além disso, candidatos da segurança foi a quarta categoria que mais elegeu vereadores na Baixada entre 2004 e 2020, com um total de 76 vereadores eleitos. Em 3 municípios da Baixada (Queimados, Japeri e Belford Roxo) profissionais do campo da segurança ocuparam mais de 10% das cadeiras de vereadores. Em Queimados esse percentual chega a 17,4%. Apesar dessa região concentrar 22,4% das candidaturas a Câmaras Municipais no estado do Rio de Janeiro, ela reuniu 34,7% das candidaturas do campo da segurança (Rodrigues *et al.*, 2021, pp. 74-82). Estes dados mostram de modo eloquente a presença intensa do poder armado na política municipal na Baixada Fluminense.

“Então, na verdade, a presença da polícia está na segurança dos vereadores; essa presença da polícia está na segurança do prefeito, essa presença da polícia está na segurança do mercado.” [CAROLINA]

Esse padrão faz com que policiais estejam presentes tanto na política institucional, quanto em outros contextos cotidianos das cidades, exercendo poder armado para além das suas funções públicas. Em alguns casos, a proximidade com política e com o empresariado local se converte em uma via de acumulação de capital político. Há trajetórias de policiais que entraram para a política, nas regiões que estudamos, em virtude de suas carreiras na segurança privada, seja de políticos, seja de estabelecimentos comerciais.

O outro padrão da presença policial na política municipal consiste em um processo no qual as municipalidades buscam, em parceria com o governo estadual, adquirir destaque em processos de dimensionamento e gestão do policiamento. Tem sido recorrente observarmos a construção de equipamentos de polícia militar (principalmente, Destacamentos de Policiamento Ostensivo, Companhias Destacadas e Unidades de Polícia Pacificadora) em processos nos quais políticos locais buscam ganhar destaque na inauguração e na gestão. Esses arranjos sugerem que há um processo em curso de compartilhamento da gestão de segurança pública, com o governo estadual dando grande margem de ingerência a políticos municipais que são seus aliados. Um dos resultados dessa ampliação da influência municipal na gestão do policiamento local são circunstâncias de hiperdimensionamento do policiamento ostensivo com viés político. Rute descreve uma dessas situações:

“No último ato Fora Bolsonaro que a gente fez no centro, devia ter umas 15 pessoas e uns quatro ou cinco camburões.” [RUTE]

A gestão municipal no contexto no qual Rute descreve um exagero do poder policial para reprimir uma manifestação é aliada do governo Bolsonaro, objeto do protesto. Esse caso expressa uma dimensão central da violência política no Brasil que se acentuou nos últimos anos e precisa ser observada com muita atenção: o uso político das polícias e das Forças Armadas.

Já Cintia descreve outro cenário estratégico para pensarmos como as polícias têm ampliado sua presença na política municipal. Ela fala da presença de policiais em cargos comissionados no executivo municipal:

“Muitos estão em cargo público, dentro de prédios, à paisana. (...) Eles se aproveitam financeiramente para estar nesses cargos aí. Eu vi que muitos estão trocando de carro, de casa, muitos que não tinham têm hoje. A gente vê por aí.” [CINTIA]

Esse processo é análogo à ampliação de militares em funções civis no governo federal. O governo Bolsonaro mais do que dobrou o número de militares nessas atividades, resultando em mais de seis mil cargos civis ocupados por militares¹⁷. Ainda que não tenhamos feito um levantamento sistemático do número de policiais em funções da administração pública municipal nas regiões que estudamos, consideramos importante que se tenha atenção a esse cenário descrito por Cintia. Os intercâmbios entre o poder armado e o poder político são sempre uma fonte de preocupação para a democracia e uma vertente fundamental das dinâmicas de violência política.

17. Ver: Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro. JOTA, Brasil. 10 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

INTERSECCIONALIDADE E VIOLÊNCIA POLÍTICA: RACISMO INSTITUCIONAL, MISOGINIA E PARTIDOS POLÍTICOS

Tanto as violências raciais e de gênero sempre possuem componentes políticos, quanto as violências políticas sempre possuem componentes raciais e de gênero. Dito de modo mais direto: as violências raciais e de gênero são formas de violência política (Davis, 2016; Almeida, 2020; Butler, 2020; Bardall, 2016; Preciado, 2014; Un Women, 2018).

A atenção aos modos como opera uma estrutura social racista, sexista, cisheteronormativa e marcada por um limitador também substancial como a classe, é fundamental para analisar as dinâmicas das variadas violências que atingem os sujeitos envolvidos nos contextos que estudamos. É imprescindível, assim, focar as especificidades das mulheres negras, por exemplo, que são atravessadas por esses marcadores sociais de múltiplas formas. Em diversos momentos foi possível perceber nas entrevistas como as dificuldades de articular uma candidatura, uma campanha política, um espaço de militância, se manifestam de forma cotidiana. A falta de recursos, a insegurança financeira que representa se lançar numa disputa política, que demanda, por vezes abrir mão de um emprego formal, são dificuldades apontadas por nossas entrevistas.

Além disso, as candidaturas negras ainda precisam lidar com as discriminações e violências cotidianas, somadas à violência política, que se reconfiguram e são potencializadas por uma sociedade racista. A situação das mulheres negras nesses contextos acumula elementos relativos à discriminação racial e de gênero, que, somadas às especificidades de classe, maximizam as violências que as atingem (Gomes; Gebara, 2011).

Acesso a recursos e a espaços de poder

Os partidos políticos reproduzem, frequentemente, opressões às mulheres, sobretudo às mulheres negras. Nesses processos, essas formas da violência política se materializam nas dinâmicas intrapartidárias, nas composições de diretório, nos espaços de poder internos e que organizam as preferências de grupos em disputa por recursos. A opressão masculina e branca se manifesta também no cotidiano nas convenções partidárias de modo a invisibilizar as mulheres negras. É o que nos relata Helena no seguinte trecho de sua entrevista:

“Primeiro que o racismo faz parte da estrutura social. (...) É para isso que a gente se organiza enquanto coletivo negro [...]. É exatamente para apontar essas inconsistências e incoerências que existem no partido. A gente sabe hoje, por exemplo, que a direita elege muito mais pessoas negras do que a esquerda. Isso está posto. A dificuldade que tem, por exemplo, de financiamento de candidaturas negras, de candidaturas de mulheres... Hoje a gente tem a cota, tem reserva do fundo partidário, mas ainda é ínfimo, porque a gente não consegue estar como deveria nos espaços de representação e de debate político. Por mais que a gente garanta 30% de cotas, muitas vezes o que se faz é colocar no executivo do partido mulher jovem negra, porque aí ela cumpre as três cotas e isso consegue garantir a quantidade de homens brancos de meia idade heterossexuais, porque ela é um corpo que vai bater todas as cotas, e aí você não aumenta essa presença. Tem uma mulher negra, uma pessoa LGBT e um jovem, seriam três cadeiras, e não uma só que conversaria nessas cotas. Isso coloca para nós inclusive a necessidade de amadurecimento dessas jovens mulheres negras que são colocadas nesse espaço com pessoas mais velhas, com maior capacidade financeira de arcar. E muitas vezes a gente sabe que o acordo que vai ser fechado na reunião não foi fechado na reunião. Foi fechado na noite anterior na mesa de bar. E eu falo muito com a galera que é isso: cada vez que a gente entende o jogo do poder, esse jogo muda. Então a gente começa a eleger mais mulheres negras e a gente tem redução do tempo de eleição. A gente começa a eleger mais mulheres negras e temos alteração do jogo eleitoral. Federação é algo que está fazendo as mulheres e as pessoas negras quebrarem a cabeça, porque quando a gente olha para o debate de federação, está estabelecido que a federação tem que cumprir cota de 30%, mas não diz se é cada partido cumprindo a sua cota, ou se um partido da federação pode cumprir todas as cotas. E aí, por exemplo, o [Partido A] no estado do Rio de Janeiro está federado com o [Partido B] e [Partido C]. O [Partido B] até agora não tem quadros colocados, por exemplo, de mulheres negras que vão estar ali. Se o [Partido B] não cumprir a cota e o [Partido A] der conta de cumprir a cota para compensar o [Partido B], o fundo partidário do [Partido B] não vai virar para essas mulheres negras que serão lançadas para cumprir a cota do [Partido B]. O fundo deles vai continuar concentrado nos quadros dele. E as mulheres negras vão ter redução aqui no fundo, porque elas vão ter mais mulheres negras para dividir, inclusive para cumprir a cota da federação. Isso não está colocado na lei, não está especificado que o fundo está vinculado a

essa questão das cotas. É o que a gente está quebrando a cabeça e tem dialogado muito entre nós. É uma preocupação real de o [partido] ter que dar conta de partidos que não vão cumprir a cota na federação. É um desespero, caos.” [HELENA]

Helena destaca, assim, a possibilidade de ampliação da presença de mulheres negras nas eleições, em vista da cota de 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário estabelecida pela Emenda Constitucional 177, aprovada em 2022. Mas ela demonstra preocupação com o uso instrumental de candidaturas negras apenas para atingir as cotas e, assim, garantir o acesso aos fundos de candidaturas de homens brancos de meia idade. Além disso, ela aponta as indefinições acerca de como a cota será considerada diante das federações partidárias, o que poderia favorecer o embranquecimento dos partidos, caso a cota seja geral para a federação ao invés de se impor a cada partido. O acesso a recursos é fundamental para o protagonismo político nos partidos. Por isso, essa é uma preocupação estratégica.

Paulo também manifesta receio com o uso instrumental das lideranças negras nos partidos, justificando, assim, sua resistência inicial em ingressar nessas estruturas institucionais:

“A primeira coisa do meu apartidarismo está relacionada à experiência que eu vejo do [partido]. E as candidaturas negras e como são tratadas as pautas também, nas pautas raciais. (...) Mas a forma como eu olhava que o [partido] abordava as questões raciais com muito daltonismo, muita reserva, e pouco compromisso, porque muitas pautas não foram implementadas, mas muitos votos foram captados, e muitos homens e mulheres negras foram instrumentalizados, e poucos tiveram a capacidade, de fato, ter uma estabilidade partidária por um compromisso partidário com as populações negras. (...) E aí essa experiência que eu observo do [partido] me faz decidir não adicionar energia em um partido que pratica o mais sofisticado do racismo que é o racismo cordial, se apresenta como interessado nas pautas raciais e compromissado com a transformação para esse grupo, mas o que a gente percebe é que tem uma apropriação de pauta, e durante o exercício dos governos pouca incidência, de fato.” [PAULO]

Paulo chama a atenção, ainda, para o modo pelo qual candidaturas negras podem funcionar como puxadoras de votos para os partidos, mas sem que

isso necessariamente se traduza no compromisso partidário com as agendas dos movimentos negros. É o que ele chama de “apropriação de pauta”.

Já José descreve que em sua experiência partidária sempre encontrou muita resistência na discussão de pautas raciais:

“Quando a gente colocava o tema do racismo como o tema importante e central para a plataforma de campanha que a gente estava construindo, que as pessoas questionavam: ‘Poxa você só fala muito de racismo, tem que falar de mais outras coisas’. Nós tínhamos que fazer um trabalho de convencimento com as próprias pessoas que faziam parte da nossa campanha e de o quanto isso era importante, não só para o perfil do candidato que apresentava naquele momento, como também para o conjunto de movimentos sociais sobre o qual ajudar a constituir esse perfil de candidatura que era nosso, como também dos militantes que tocavam as tarefas de coordenação da candidatura.” [JOSÉ]

Ele acrescenta, ainda, que em sua campanha não conseguiu acessar o recurso do partido destinado exclusivamente para candidaturas de pessoas negras e que, além disso, havia correligionários do partido que considerava injusta a alocação de cotas para pessoas negras:

“Tinham alguns candidatos [do seu próprio partido], inclusive, que achavam que esse recurso era injusto para candidaturas negras.” [JOSÉ]

Roberta conta que a primeira vez que seu nome foi cogitado para ser candidata ocorreu pela questão das cotas:

“As candidaturas femininas e principalmente negras vivem de cotas, precisa de nome de mulher, foi a primeira vez que meu nome apareceu também, porque eu acho que era a única que estava mais atuante ali do grupo.” [ROBERTA]

Mas o preenchimento da cota, em sua visão, não se traduz necessariamente em apoio e estrutura para a campanha:

“E aí também o que acelerou a minha decisão foi essa, porque ela [Elaine] ficou candidata, mas o [partido] largou ela de mão. Eles tinham outras prioridades, eles queriam compor uma nominata grande. Então, eles só assim, eu entendi na época que eles só usaram um pouco a [Elaine] e o nome dela e não valorizaram.” [ROBERTA]

A falta de apoio dos partidos para as candidaturas femininas, principalmente, de mulheres negras, foi um tema muito recorrente nas entrevistas de pessoas que haviam sido candidatas. Isso fica explícito no relato de Sonia:

“Essa foi uma questão muito complicada, tem desdobramento até hoje em nosso partido. Mesmo na militância de esquerda, socialista, a gente tem as limitações, a gente está lidando com humanos que têm traumas, questões, em uma sociedade machista, capitalista, racista. A gente teve muito embate com os homens do nosso partido. [...] Pela legislação eles não podiam lançar um candidato sem ter uma candidatura feminina. Eles precisavam da gente. Quando a gente lança a candidatura e começa a campanha, a gente fica sozinha. [...] O resto do partido apoiou a outra candidatura, que era de um homem, não era militante, não se organizava no partido antes, se filiou para poder concorrer à eleição. Todos eles foram fazer campanha para esse rapaz, que nunca participou de reunião, militância. Não é que ele não seja legal, em todo momento a pessoa pode chegar lá, mas a gente fica com o pé atrás com a pessoa que só vem para ser candidata. Rolou um racha terrível no partido porque a gente já tinha tido alguns casos de machismo e racismo dentro do próprio diretório do [partido], mas tenho companheiras negras que sofreram e foram silenciadas. (...) A gente não teve apoio, fomos só nós [...], o maior apoio que a gente teve foi de fora, foi na rua, no boca a boca, em plena pandemia, a gente com medo saindo às ruas de máscara, ansiedade a mil, a gente ficava o tempo todo com medo de levar covid para dentro das nossas casas, não tinha vacina ainda.” [SONIA]

Segundo Sonia, o partido precisava por lei de uma candidatura feminina, mas depois de formalizada essa exigência, todos os esforços do partido se dirigiram para uma candidatura de um homem. Ela contou que ninguém do diretório, a não ser o grupo de mulheres, participou da campanha. A estética como conteúdo, o vazio como ação.

Carolina apresenta outro relato no qual o cumprimento da cota não representava um esforço partidário no sentido da construção de candidaturas negras e femininas:

“Fui candidata a vereadora em [...], mas não fiz campanha porque, na verdade, eu não queria me candidatar. Na verdade, eu fui candidata porque eles precisavam cumprir a cota de mulheres do partido. Então, eles me pediram, eu falei que não, que não queria e não tinha nenhuma outra mulher e tal. Começaram a fazer pressão porque senão o partido não ia poder lançar candidato. Eu deixei me inscrever, mas não fiz campanha. Primeiro, porque não tinha como. Como é que eu iria fazer campanha nos rincões de [...] e ameaçada de morte. Alguém me matava dentro de um bairro doido desses e pronto, acabou. Talvez ninguém nem iria encontrar o meu corpo. Então, foi mais ou menos isso.” [CAROLINA]

Ela já estava ameaçada de morte, quando emergiu a possibilidade de sua candidatura e sabia que não haveria nenhuma possibilidade de efetivamente desenvolver uma campanha para a Câmara Municipal. Sua candidatura foi apenas uma formalidade.

Já Teresa nos relatou que se empenhou muito em sua campanha e que quase conseguiu se eleger sem nenhum apoio partidário. Ela manifesta sua compreensão do resultado eleitoral que obteve com frustração:

“Ficou uma frustração que eu falei para o partido, se eles tivessem investido um pouquinho mais em mim, eu teria sido a primeira vereadora negra eleita no município. Foi só uma coisa de pouco mais de dinheiro que poderiam ter colocado para que eu entrasse no páreo, na disputa até de dentro do partido, a gente podia ter feito alguma coisa.” [TERESA]

Estigmatização e veto à participação

As decisões sobre quais candidaturas serão apoiadas ou não, sobre quais candidatas ou candidatos receberão mais ou menos recursos, ou até mesmo por qual campanha o partido sairá às ruas, são dimensões pelas quais o racismo e as violências de gênero se manifestam nas práticas partidárias, ao preferir

as candidaturas de mulheres negras. O afastamento sistemático dos lugares de poder, dos espaços de tomada de decisão, afeta, sobretudo, a participação das mulheres na construção dos partidos, vetando a possibilidade de formulação de uma pauta que de fato abarque suas demandas.

Somados aos processos de dificuldade de acesso aos recursos e aos lugares de decisão, os processos intrapartidários hegemônicos também operam ataques e constrangimentos às mulheres negras com estereótipos e estigmas majoritariamente racistas, quando elas questionam as práticas dominantes (Gonzalez, 2020, p.76; hooks, 2017, p. 137-140). É o que Roberta expressa no seguinte trecho de sua entrevista:

“A gente sempre sofre, dentro do partido é isso, incomoda mulher preta falando que tem atitude, que vai buscar construir coisas, propor coisas, é muito audacioso uma mulher preta fazer isso eles acham. Então, ali [no partido] rola o tempo inteiro, você vê que tem um racismo ali, um machismo.” [ROBERTA]

Ao falar das práticas partidárias em sua entrevista, Roberta descreve diversas circunstâncias nas quais sua fala, sua postura e suas propostas políticas foram invalidadas a partir de acusações estigmatizantes. Ela afirma que com frequência era acusada de ser descontrolada, como vemos abaixo:

“No próprio partido tem, tem isso já, sabe? Não tem paciência para te ouvir os homens brancos. (...) ‘Você é louca! Você é maluca! Você fala muito’. Isso a gente ouve muito, estou te falando.” [ROBERTA]

Além dos estigmas de “louca” ou de “raivosa” (hooks, 2017), Roberta descreve que também tentam fazer recair sobre ela é a acusação de ser “atrevida”, ou descortês:

“Eu acho que assim, que eu falar de violência, acho que é falar dessa violência que as mulheres negras sofrem também dentro da política, também dentro da esquerda. E a gente tem uma forma assim própria, eu comecei a ler a [...] e vi algumas coisinhas que falavam dela: que é atrevida, que é isso, que fala, que não sei o que lá.” [ROBERTA]

O repertório de estigmas que Roberta enfrenta no partido vai além. Há ainda a pecha de “encrenqueira” e inconveniente:

“Mas rola muito assim uma violenta, assim até outro dia na reunião eu fazendo críticas a uma direção que é inoperante, que é machista, que é misógina de coisas complicadas de direção do [partido]. Assim, de comportamento de personalidade, por umas coisas que a gente hoje não perdoa mais para os homens. Então, tem as coisas assim bem graves também, digamos assim. E aí você faz crítica a essa gestão, e os caras falam para tu, ‘Porra, fica com esse mimimi aí’. Você tem que ouvir isso numa reunião. (...) Aí, eu que tive que ir para cima e eu por isso que eu sou encrenqueira (...) ‘É chata ela, vai’. Então tem essas histórias assim, essa violência ainda ela é muito presente. (...), Mas aí é uma violência, assim, é muito violento ainda. E pode pirar, se não segurar a onda você pode pirar.” [ROBERTA]

Chama a atenção o final do fragmento acima, quando ela sinaliza a possibilidade de “pirar”. Os processos de estigmatização das mulheres negras, nesse sentido, não desempenham apenas o papel de impedir de modo imediato que elas acessem lugares de poder. Eles desencadeiam também um trabalho de eliminação lenta de suas presenças nos espaços da política, pelos possíveis efeitos de adoecimento físico e mental que os sofrimentos relativos aos estigmas podem acarretar.

Roberta aponta, ainda, que, se ela fosse uma mulher branca, não seria tratada dessa forma no partido:

“Eu acho que se fosse uma mulher branca, eu sempre penso assim, que tem umas companheiras lá que você vê que são mais valorizadas. (...) Mais respeito... aquela parada. E comigo não. A galera diz que eu quero reconhecimento, que eu quero isso, que eu quero aquilo. (...) E é o barato que é isso: as pessoas não se sentem... não têm confiança em ser dirigido por nós os pretos. (...) Então eles vão te negar até o último momento. Eles não se sentem confortáveis nessa situação como eles ficam com qualquer outra pessoa branca, a gente vê isso.” [ROBERTA]

Rute também relatou circunstâncias nas quais ocorreram processos de invalidação de suas falas e posicionamentos, em mecanismos discursivos que procuram disfarçar o racismo e a misoginia com crítica política. O seguinte fragmento traz essa narrativa:

“Acho que existe [racismo]. Inclusive, dentro dos coletivos. Na minha vida cotidiana, sim, várias vezes. Ir ver uma vaga de emprego e alguém mandar que eu alise meu cabelo: ‘Se você for com esse cabelo, a pessoa não vai nem a receber, não vai ser nem entrevistada. Alise, faça uma chapinha’. Dentro dos coletivos também existe, na vida política existe. Quando você fala, tem sempre aquele que vai dizer: ‘Você está sendo radical demais, isso não existe’. Existe, sim. Inclusive eu penso muito nisso.” [RUTE]

Portanto, além da invalidação e desconsideração dos questionamentos produzidos pelas mulheres, quando as mulheres negras se colocam no debate chegam a ser lidas como “violentas”, seja por outras mulheres brancas, seja por homens. Essas percepções remetem a como o racismo ainda mobiliza estruturas desiguais que geram estranhamento à participação feminina negra nos espaços de poder e decisão (Gonzales, 2020).

Silenciamento e vozes insurgentes

Com frequência, nos relatos que coletamos, é possível perceber como as pautas e opiniões de lideranças, ativistas e militantes negros e negras são silenciadas (Carneiro, 2011, pp. 18-19). O esvaziamento das falas de mulheres negras nos espaços partidários é mais uma camada de sua eliminação desses espaços da política que corresponde a um processo estrutural de manutenção das mulheres negras à condição subalterna. O controle masculino e branco do poder prefere destruir os espaços da política do que entregá-los aos grupos historicamente subalternizados (Spivak, 2010). Os partidos políticos, apesar de padecer de uma crise de representação, distantes de suas bases, vistos com desconfiança pelas classes populares, permanecem operando mecanismos hostis à participação de pessoas negras, principalmente, mulheres.

Teresa, no trecho abaixo, relata como sua voz gera incômodo às estruturas de poder:

“Bom, ser uma ativista negra... são todas as dificuldades, porque, primeiro, é uma coisa que eu falo, é saber que a minha existência gera incômodo e a minha voz gera um incômodo, o meu posicionamento gera um incômodo, as pessoas, em geral, elas se incomodam com uma mulher preta que se manifesta, elas não... elas admiram depois de ver que a gente... a admiração é muito atrasada, ela só vem depois de muita negativa. Então, a admiração vem depois que a gente se afirmar muito, para mim, eu acho que eu definiria essa resposta nesse sentido, a dificuldade que tem... a dificuldade que eu tenho é isso, a dificuldade que eu tenho, por exemplo, de um mandato da vereadora do meu partido, do meu diretório estar apoiando uma candidatura de uma outra estadual e não estar apoiando a minha candidatura, porque esse boicote interno, a dificuldade que eu tenho é o prefeito me demover da ideia de eu ser candidata, a dificuldade é dentro do meu partido... eu também... são muitas... quando uma mulher negra decide isso todo mundo quer capitalizar isso, porque você tem que ser produto de todo mundo e ao mesmo tempo todo mundo quer que você... quer destituir desse lugar que você se apoderou com tanto sacrifício. Então, para mim ainda é esse constrangimento, gera um constrangimento, a gente tem que estar sempre carregando pires e ao mesmo tempo a gente tem que estar sempre... não aceitando esse convite de se retirar desse lugar.” [TERESA]

O trajeto argumentativo de Teresa nesse fragmento traduz sempre uma trajetória tensa e acidentada, repleta de resistências, para a emergência da voz da mulher negra nos espaços de política. Há, primeiro, o incômodo, o constrangimento. Depois, uma admiração atrasada. Em seguida, o boicote. E, por fim, a tentativa de destituição. Subalternizadas, destituídas de representação e da possibilidade de se autorrepresentar, às mulheres negras os espaços de política não se concretizam como espaços de interação dialógica, onde possam falar e ser ouvidas.

Luiza, ciente dessa permanente negação do espaço de enunciação das demandas, das ideias e das exigências das mulheres negras para a política, descreve um princípio ético fundamental em sua trajetória política: reivindicar sempre a prerrogativa de ser ela a falar de si. Relatar a si mesma é uma forma de reivindicar um lugar político, de afirmar suas existências, de recusar os mecanismos de sua aniquilação e de explicitar os liames sociais que constituem as injustiças que a oprimem (Butler, 2015, p. 18). Essa é uma postura política e um postulado ético. Ela narra essa postura no seguinte fragmento de sua entrevista:

“Quando eu comecei a militar, eu queria falar tudo porque eu não queria que ninguém pudesse narrar nada sobre mim que não fosse eu, eu queria eu poder falar sobre a minha condição. (...) Não queria que ninguém dissesse primeiro nada sobre mim, queria eu poder narrar minha história, queria eu poder falar sobre mim, eu poder falar sobre as minhas construções. (...) Então, dizer tudo sobre mim tinha relação com uma necessidade de poder construir inclusive uma outra imagem sobre mim.” [LUIZA]

Uma estratégia adotada para que suas vozes não sejam silenciadas e que ninguém fale por elas tem sido a condução de suas atuações partidárias tendo como referência os coletivos de mulheres negras. O posicionamento coletivo nas estruturas partidárias tem sido uma forma de proteção das violências políticas internas aos partidos. Essa forma de organização tem feito com que diversas candidaturas de mulheres negras procurem se consolidar em torno de mandatas coletivas. Esse expediente, porém, sofre pressão por parte dos partidos, segundo nossas entrevistadas, tendo em vista que estão, muitas vezes, preocupados com a formação de nominatas numerosas para acesso ao fundo partidário.

Controle e censura aos corpos

Em sua entrevista, Luiza enfatiza a recorrência com que as estruturas partidárias impõem censuras e controles ao seu corpo e sua forma de vestir como parâmetros para o enquadramento de sua candidatura sobre padrões normativos brancos e masculinos. Ela relatou que frequentemente suas roupas são criticadas, como se fossem inadequadas para os espaços da política porque mostrariam muito seu corpo. Ela narra:

“Me falaram várias vezes (...): ‘Não vai com os peitos de fora’. E qualquer coisa que eu colocasse não importava, teve um dia que eu botei um macacão que era até aqui, mas ele tinha uma renda aqui, e aí me ligaram depois dizendo: ‘Você está com o peito de fora’. Eu não consigo mais escolher roupa sozinha. Porque qualquer roupa eu fico pensando: ‘O que vão falar?’. É uma dimensão. Pode ser um detalhe, mas é enxergar de ter que comprar uma roupa e não conseguir fazer isso, então você se perde um pouco nesse processo. Eu tinha uma

demanda muito grande que era ninguém poder falar de mim antes de mim, e esse processo faz que isso não seja possível, você vai se perdendo um pouco. Eu acho que é tão importante esse processo coletivo, porque se não tiver ninguém para te puxar e para dizer onde é que você está, te dizer todo dia: ‘O lugar que você está é esse aqui’. Você se perde de verdade. Então acho que é um pouco sobre isso, você contar com as pessoas que vão te puxar e que vão te retornar para o lugar, que nunca vão permitir que você fale uma coisa dessa de negociar com a vida das outras, de não implementar processos estruturais porque você precisa que aquela pessoa te ligue e que ela precise de você. Isso é muito desumano, isso para mim é muito pesado, é o que me coloca nesse lugar. Eu quero construir pontes e quero construir política de um outro lugar, quero construir política para um outro lugar.” [LUIZA]

A interferência institucional sobre algo tão pessoal quanto a forma de se vestir é uma verdadeira invasão e a violência desse ato se expressa pelo impacto que desempenha na dimensão subjetiva. Ao dizer que essa invasão a atordoia, Luiza indica o quanto esse processo é violento. Essas circunstâncias são ainda mais agressivas quando Luiza relata que percebe que o mesmo tipo de censura não se aplica a mulheres brancas, nos mesmos espaços, utilizando o mesmo tipo de roupa. Trata-se da reafirmação do corpo da mulher negra como um objeto a ser invadido, controlado e normatizado pelos parâmetros brancos e masculinos (Kilomba, 2008).

Luiza expressa essa opressão pelo signo da solidão:

“E muitas vezes é solitário, porque é para mim que vão falar sobre o corpo, sobre o [jeito de falar], que vão falar sobre o cabelo, que vão questionar se sabe ou se não sabe, é para mim que vão falar. Eu sei que mesmo que não seja para outras, falar com essas pessoas produz gatilho porque elas também viveram processos muito similares, então, às vezes é solitário.” [LUIZA]

A dupla exposição

As mulheres negras, ao se afirmarem nos espaços da política, principalmente, aqueles mais institucionalizados e, portanto, sobre os quais se assentam de modo mais intenso os padrões normativos da branquitude e do patriarcado, recebem a pressão de múltiplas camadas de violência. Sua presença é, em si, uma luta, independente das pautas para as quais estão se dirigindo. Dessa forma, a depender da agenda de suas intervenções, o peso da violência pode ser reforçado e um processo de dupla exposição: estão vulneráveis e expostas por serem mulheres negras em espaços políticos e estão novamente expostas se o tema em discussão também ativa reações violentas. As cargas de risco são muito menores para um homem branco, por exemplo, se ele critica a brutalidade policial em um espaço da política do que para uma mulher negra defender o mesmo ponto.

O fragmento a seguir da entrevista de Antonia expõe de modo muito preciso essa preocupação com a exposição e os riscos de sofrer violência política:

“Tem uma coisa que é muito forte, é que a Marielle foi assassinada depois de ela ter participado de um encontro com mulheres negras, um encontro que eu não fui, mas tinha tudo para eu ir (...), já participava de vários encontros daquela natureza. Então, assim, tem uma coisa de que a gente nunca sabe exatamente o nível da nossa exposição e que no fim das contas a gente está sempre muito vulnerável, então todos os cuidados que a gente pode ter são bem-vindos.” [ANTONIA]

Nunca saber exatamente o nível de sua exposição, significa, por consequência, nunca saber se está segura em um espaço da política. Conforme a agenda em discussão, essa exposição pode ser ampliada, como Antonia elucida ao seguir com sua reflexão:

“Como as mulheres que se engajam no [movimento] tem uma atuação muito forte nos seus territórios, relacionada às vezes a outros temas, para além da questão de mulheres negras e política, de sub representação. [...] A gente tem mulheres engajadas na questão da saúde, sanitária, segurança pública, de meio ambiente, então, para além do engajamento do [movimento], boa parte de nós também compõe outras agendas. Então é quase como uma exposição em dobro.” [ANTONIA]

Roberta também aponta preocupações com a exposição das mulheres negras no espaço público. É importante ressaltar que Roberta reforça o pertencimento a um coletivo como uma estratégia de proteção aos riscos da exposição:

“É violento e assim a gente fala, a gente faz atos, a gente fala publicamente, às vezes, a galera (...) fala na rádio... Às vezes, tem caras que para: ‘Vocês tem que falar isso, vocês só estão falando disso’. Então, às vezes se expõe muito. Se você não tem um coletivo, para te proteger nessa.” [ROBERTA]

Ela prossegue, detalhando quais os riscos estão em jogo quando se trata de se expor muito:

“Eu sei que a gente não atinge a muita gente, mas vai que alguém se sentiu incomodado, eu na minha fala eu tenho cuidado de não ofender para aqueles papos que a gente sempre teve nas aulas, cuidado para não ofender para eu não me expor muito, porque eu moro na periferia (...) Então, assim para sofrer qualquer retaliação eu sou mais vulnerável que está ali. (...) E repensado muito essa coisa de me expor nas falas, porque a gente não tem um grupo (...) e eu não sei nem se eles vão me defender, se acontecer alguma coisa, assim, de ser incriminada de alguma coisa. Eu não sei, eu acho que eles vão achar assim: ‘Viu aí? É faladeira, se fodeu!’” [ROBERTA]

As preocupações com a dupla exposição da mulher negra nos espaços políticos manifestadas por nossas entrevistadas demonstra uma faceta das estratégias de silenciamento das mulheres negras. O recurso não somente à desqualificação direta ou velada, mas também ao medo como operador coercitivo.

Política e empobrecimento

Um dado importante que identificamos nas entrevistas que realizamos consiste no relato de circunstâncias de aprofundamento do empobrecimento, principalmente, de pessoas negras, ao participarem da vida política como candidata/os ou tendo exercido cargos eletivos. As/os entrevistadas/os relatam, em sua maioria, que vêm de famílias pobres, com baixa escolaridade e ocupações e

profissões sem a devida valorização, o que significa que enfrentam um duplo desafio: as barreiras para acessar a política são tanto de ordem de classe, quanto de ordem racial.

Nesse sentido, Rute relatou que está desempregada e que ter sido candidata dificultou o acesso a trabalho:

“Eu acho que as coisas ficaram mais complicadas, principalmente em relação ao trabalho. Acho que ficou mais complicado. A gente não tinha suporte antes, o partido não deu nenhum suporte para a gente. (...) Eu acho que é um conjunto de coisas, tem várias coisas aí. (...) O fato de ter sido candidata dificulta um pouco. A questão da crise econômica e civilizatória que a gente está passando também dificulta. (...) Acho que é um conjunto de coisas. Tem a questão de ser negra, de ter um perfil que não é aceitável dentro de algumas escolas. Eu afirmo isso com propriedade porque tenho colegas que já passaram por isso. Tem a questão de ter sido candidata, isso também afeta um pouco. É óbvio que afeta, as pessoas me conhecem, as pessoas sabem quem eu sou. (...) Não vou dizer que é só isso, mas influencia também, ser reconhecida, ter um perfil público.” [RUTE]

Em diversas entrevistas, nossas/os interlocutoras/es disseram ter empregado recursos próprios em campanhas, tendo em vista a falta de apoio financeiro pelos partidos. Soma-se a isso o fato de que o tempo dedicado às eleições representa, via de regra, ter que abrir mão de alguma atividade que lhes garanta alguma renda. Temos, assim, um cenário no qual a precariedade das estruturas partidárias para quadros compostos por pessoas negras acarreta empobrecimento das lideranças políticas empenhadas no acesso a espaços de poder. É o que relata José:

“E também pelo fato de ter que me reorganizar financeiramente depois ao longo desse processo da campanha, que foi um período que demorou um pouco, a campanha foi novembro, eu fui começar a me estabilizar financeiramente novamente a partir de maio, junho do ano passado.” [JOSÉ]

Se a pessoa estiver sob uma situação de ameaça e precisar arcar com os custos de segurança, como mudanças e acesso a carro blindado, esse abismo financeiro pode se tornar exponencialmente maior, mesmo se tratando de políticas/os eleitas/os.

ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA

As entrevistas revelaram não somente uma preocupação grande com a segurança, decorrente da alta exposição ao medo e as violências, mas também a adoção de um repertório variado de medidas de segurança. O dado mais relevante a esse respeito consiste no fato de que a maioria das medidas e protocolos de proteção e segurança emanam dos movimentos sociais e não dos partidos políticos. No conjunto de entrevistas que realizamos, os partidos políticos demonstram baixa capacidade de formulação e execução de protocolos de proteção de suas/seus correligionárias/os. Esse é um dos fatores que fazem com que haja uma compreensão entre as mulheres negras que entrevistamos de que seus vínculos políticos se dirigem preferencialmente aos movimentos de mulheres e não aos partidos.

É o que expressa Antonia no seguinte fragmento:

“Acho que enquanto partido, a gente ainda está engatinhando nesse processo da segurança. Muito mesmo. Assim, tudo que a gente fez de segurança, pensando a segurança, pensando ações, foi junto com os movimentos que já discutem a questão da segurança. Eles já discutem essa questão da segurança e é outro modus operandi. E eu acho que enquanto partido, a gente ainda precisa avançar muito nesse debate, que o partido é muito cru nisso.” [ANTONIA]

Carlos também expressa que o suporte de proteção e segurança se encontra fora do partido:

“Eu, acaba que tive acesso a essas coisas por fora do partido também. Quem garantiu minha segurança, formação política e circulação das informações nacionais já não era mais o partido que eu fazia parte.” [CARLOS]

Se é nos movimentos sociais e nos coletivos que as técnicas e protocolos de proteção são formulados e operados, a própria expressão coletiva nos espaços da política é também uma medida de proteção. Isso nos relata Teresa:

“A gente não tem colocado a nossa cara, tudo o que vai postar, posta pelos coletivos para poder não ficar visado, porque é isso, a cidade é pequena e você fica visado e a gente se manifestou, a gente foi contra a gente, mas a gente não quis dar entrevista, por exemplo, porque a menina que... uma das meninas foi perseguida pela polícia, de chamarem ela para depor, porque ela que tinha organizado... o que eles estão fazendo agora? Criminalizando as manifestações, eles ficaram atrás de quem organizou.” [TERESA]

Não colocar a cara não significa se ausentar, estar fora dos espaços, mas ocupá-los coletivamente. Não individualizar a atuação política é uma maneira de conter as pressões decorrentes da violência política.

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PASSA POR MULHERES NEGRAS NO PODER

A escritora Carolina Maria de Jesus escreveu, em 1955, nas páginas de seu diário que foi publicado, em 1960, com o título “Quarto de Despejo”, um postulado político fundamental para a democracia em países estruturados sobre bases profundamente desiguais e violentas como o Brasil: “(...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (1995, p. 26.). A autora indica um princípio político elementar: uma ordem opressora só pode ser superada pela emancipação daqueles que são por ela subalternizados. E a emancipação consiste no acesso aos espaços de poder. Não basta que o Brasil seja governado por alguém sensível ao sofrimento dos que passam fome, mas pelos próprios sujeitos à fome. Carolina Maria de Jesus, ao relatar os seus sofrimentos, procura por emancipação, a sua própria e a daqueles que estão sujeitos às mesmas opressões.

Uma leitura semelhante aos horizontes propostos por Carolina Maria de Jesus está presente no discurso de Luiza, ao enunciar suas perspectivas para os caminhos para a democracia no Brasil:

“Então a gente faz uma leitura, e inclusive explicitaram que o governo Bolsonaro era um governo de fome, porque foram esses movimentos de levantar comida que explicitaram que Bolsonaro é um governo de fome, que pressionaram por renda básica. Então a gente entendia que o questionamento do bolsonarismo passava por mulheres negras e que tinha uma demanda. O que estava colocado para o ano de 2022 estava na ordem do imprevisível e que tinha muito espaço para as mulheres negras assumirem esse lugar. A gente faz uma leitura também que essas mulheres que lideraram esses processos, quando esses processos tomam capilaridade e visibilidade, essas mulheres são deslocadas e desaparecem, elas não são aquelas que ganham capital com isso, que são lidas como liderança, geralmente são homens, e mesmo dentro do movimento negro são homens negros. Então a gente fazia uma avaliação que tinha uma demanda de construir uma agenda de mulheres negras e de construir e fortalecer candidaturas nacionalmente de mulheres negras, apresentar isso como um projeto liderado por essas mulheres.” [LUIZA]

Se por um lado as candidaturas de mulheres negras são invisibilizadas, silenciadas e atacadas de diversas formas, por outro, é a partir delas que se organizam as principais alternativas e potencialidades para o enfrentamento das mais variadas formas de opressão. Elas explicitam as dimensões mais profundas e difusas da violência política e estruturam práticas políticas que se preocupam com as mobilizações coletivas e o autocuidado. Essas perspectivas evidenciam na prática a potência da coletividade e apontam horizontes de transformação. É nessas lideranças negras que se materializam os princípios de superação dos modos violentos e autoritários de fazer política. Suas práticas requerem institucionalidades que as protejam e que não reproduzam os padrões de dominação que buscam combater.

Um dado importante que extraímos das conversas com nossas interlocutoras na pesquisa é que, apesar das múltiplas violências que enfrentam nas suas atuações políticas, em geral, elas fazem um balanço de suas experiências na política institucional que sustenta a lógica da resistência. O fragmento da entrevista de Rute com o qual fechamos o capítulo sintetiza bem esses horizontes:

“Mas a candidatura foi muito bonita. Nossa ideia naquele momento ali era dar visibilidade ao [partido], e a gente conseguiu dar uma visibilidade ao partido. A gente não pensa política de quatro em quatro anos, a gente pensa política o ano inteiro. Tem essa política tradicional em que os caras aparecem de quatro em quatro anos, fazendo promessas. A gente pensa política para a cidade o ano inteiro, a política que abarca nossos corpos negros, mulher preta, homem preto, criança, jovens que estão morrendo na periferia. A gente pensa uma política que atenda nossas ausências e nossas resistências. Se tem ausência, têm resistências.” [RUTE]



VIOLÊNCIA COMO PLATAFORMA POLÍTICA

Na modernidade, a interiorização física é um dos deslocamentos topológicos fundamentais da violência.

[BYUNG-CHUL HAN]

ESCOPO E OBJETIVOS DO MAPEAMENTO

O PRESENTE CAPÍTULO FOI CONSTRUÍDO com base no acompanhamento das redes sociais virtuais de um conjunto de dez políticos identificados como possuindo base eleitoral e/ou atuação política nas regiões da Baixada Fluminense e Baía da Ilha Grande, distribuídos pelo campo político-ideológico compreendido entre a direita e a centro-direita¹⁸, e com algum nível de posicionamento em relação à pauta da segurança pública e temas correlatos. Uma vez que violência e segurança constituem pautas de grande engajamento político e considerando o notório sucesso eleitoral de agendas ditas “conservadoras” nessa área em eleições recentes, optamos por compor nossa amostra qualitativa com foco em atores políticos que, no período analisado (entre janeiro e junho de 2022), já manifestavam desejo de se candidatarem à reeleição para cargos no legislativo e/ou executivo federal, estadual ou municipal. Dentre os dez selecionados, dois eram mulheres, um número proporcional à baixa participação feminina na política na capital e região metropolitana do Rio de Janeiro (Alves, 2020). As idades dos perfis, por sua vez, variam de 30 a 64 anos, com uma maior concentração na faixa entre 41 e 50 anos.

De modo a equacionar questões de anonimato na análise do material coletado, foi produzida uma tipologia de perfis. Essa tipologia nos ajudou a relacionar a performance e o uso das redes sociais entre os perfis e a forma como esses promovem a pauta da segurança pública com vistas a atingir audiências específicas e objetivos eleitorais determinados. Além de conteúdos produzidos por suas páginas oficiais, o presente mapeamento considerou ainda fontes de imprensa, bem como informações disponíveis sobre o histórico político desses

18. Tomando como referência o quadro de espectro político do portal Poder 360 (PODER360. Página inicial. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.), que considera a carta dos partidos e parâmetros reconhecidos pela comunidade política, 50% dos perfis acompanhados estavam situados em partidos de centro-direita; 30% em partidos de centro e 20% de direita.

atores¹⁹ para o estabelecimento desses perfis. Dessa forma, dada a proximidade do pleito de 2022, buscou-se identificar rupturas e continuidades no discurso dito “conservador” sobre segurança pública a partir da comparação entre os perfis identificados, contribuindo para a compreensão do papel da manipulação simbólica do medo e do emprego da violência à serviço da construção de carreiras políticas que conquistam (ou buscam conquistar) mandatos sucessivos nesse segmento político-ideológico.

Os resultados da análise, dentre outras coisas, mostraram a reprodução de modos de falar sobre violência e segurança pública que evocam dicotomias e simplificações que tendem para a lógica do “bem” contra o “mal”, como a oposição entre “cidadãos de bem” e “bandidos”. Essas posturas se mostraram fortemente ancoradas na inserção local dos políticos acompanhados. Mas também observamos modulações discursivas importantes nos conteúdos dirigidos a audiências situadas para além de suas regiões de origem. Essas modulações, entretanto, sinalizam para uma perigosa tendência em curso, observada em diversas pesquisas, de “militarização” da questão urbana (De Souza, 2012; dentre outros), das políticas públicas, notadamente na área de educação (Alves; Toschi, 2019; dentre outros), e da vida cotidiana em geral (Farias *et al.*, 2020), em especial nas favelas do Rio de Janeiro (Rocha, 2019; Souza, 2020).

De modo a organizar a apresentação dos dados do mapeamento, o presente capítulo encontra-se dividido em três partes principais. Na primeira, apresentamos uma contextualização sobre o uso das redes sociais no Brasil. Essa contextualização inicial é importante para situarmos as escolhas e usos das redes pelos atores políticos acompanhados. Na segunda parte, apresentamos

19. Para a produção do histórico de candidaturas foram consultadas fontes como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. TSE, Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?groups=candidatos>. Acesso em: 13 de ago. de 2022], do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) [TRIBUNAL Regional Eleitoral. Eleições. TRE-RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais/no-tre-rj/no-tre-rj>. Acesso em: 13 de ago. de 2022], bem como o Portal Poder 360 [PODER360. Página inicial. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/>. Acesso em: 13 ago. de 2022] e o site Política Estadão [ESTADÃO. Eleições 2022. ESTADÃO, Brasil. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/>. Acesso em 13 de ago. de 2022].

os tipos de perfis de políticos encontrados na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande em função de sua aproximação com o campo temático da segurança pública e da violência. Iniciaremos essa seção com uma breve apresentação das características gerais da atuação desses atores nas redes sociais, para, em seguida, nos dedicarmos ao detalhamento da tipologia de perfis propriamente. Essa tipologia, de caráter preliminar e exploratório, buscou traduzir posicionamentos, estratégias de legitimação e engajamento promovidas por um certo discurso sobre segurança pública presente nas plataformas políticas monitoradas. Por fim, na última seção, exploramos algumas possíveis implicações dessa forma de retratar a questão da segurança para a formulação de políticas públicas, para a obtenção de bases eleitorais e de apoio político, bem como para as diversas formas de violência sofridas por atores políticos nas regiões sob análise.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO USO DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

A presença ostensiva das redes sociais virtuais no cotidiano das sociedades modernas desautoriza qualquer pretensão de relegá-las à desimportância. Hoje, elas desempenham papel inegavelmente relevante em diferentes culturas, para diferentes tipos de relações sociais, não sendo exagero afirmar que em alguns contextos possuem lugar de centralidade para a compreensão de determinados fenômenos sociais. Não é por acaso que, desde a virada do século XX para o século XXI e, sobretudo, na última década, elas têm adquirido destaque cada vez maior naquilo que diz respeito à democracia e às questões políticas²⁰. Através de suas estruturas e mecanismos, a velocidade com a qual informações são compartilhadas e indivíduos, grupos e organizações distantes entre si são capazes de se conectar, somada aos baixos custos para a utilização dos seus recursos em um momento de expansão massiva do acesso à internet,

20. Um exemplo da centralidade das redes sociais para o comportamento político e eleitoral é o papel que tem desempenhado a cantora Anitta, que possui imenso alcance nas redes, nas movimentações eleitorais em 2022. Diversos políticos procuram se aproximar ou estabelecer antagonismos e polêmicas em relação a ela, como forma de ampliar suas chances eleitorais.

têm permitido a proliferação de discursos, imagens, ideias e imaginários em escalas e níveis de complexidade jamais vistos. Nesse sentido, viabilizam a construção de imagens públicas dentro de uma economia de performances que podem servir ao engajamento ou, no mínimo, garantir uma visibilidade mínima em que a atuação política pode ser demarcada.

É importante notar que nenhuma dessas características apontadas significam que o resultado do uso das ferramentas disponibilizadas pelas redes sociais virtuais será necessariamente positivo no sentido da expansão e aprofundamento da democracia. Ao contrário, em que pese as novas modalidades de ativismo pelos meios virtuais, os acontecimentos recentes não apenas no Brasil, mas também em outros países, têm demonstrado que a internet e as suas possibilidades podem ser mobilizadas para a disseminação de conteúdos antidemocráticos e incitação ao ódio e à violência.

Diante de tal cenário, compreender o funcionamento das redes sociais virtuais e as possibilidades de sua operacionalização tem configurado um desafio por vezes incontornável àqueles que buscam tomar parte maior na política. Essa tem sido uma atitude fundamental para aqueles que almejam cargos políticos eletivos em todo o mundo e na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande isso não tem sido diferente. No que diz respeito aos temas da segurança pública e da violência, o monitoramento dos perfis dos políticos por nós analisados evidenciou que esses não são apenas tratados enquanto “problemas públicos” (Gusfield, 1981), mas também como plataforma política. Nesse sentido, as escolhas na aplicação de recursos e esforços na busca por audiências estratégicas demandam um entendimento mínimo sobre os ecossistemas de cada rede. Embora possuam semelhanças, mecanismos de interface, propiciem uma interação mútua entre si e operem a partir de estruturas algorítmicas similares, as redes sociais virtuais possuem funcionalidades diferentes e perfis de usuários distintos. Essas características merecem atenção.

Segundo relatório produzido pela *We Are Social* em parceria com a *Hootsuite*²¹, duas das maiores agências de *marketing* digital especializadas em redes sociais virtuais do mundo, os brasileiros passam, em média, 3 horas e 47 minutos por dia conectados às redes sociais, sendo superados nesse quesito

21. Ver: Relatório de Visão Geral Global Digital 2022. We Are Social; HOOTSUITE. Disponível em: <https://www.amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2022-resumo-e-relatorio-completo>. Acesso em 13 de ago. de 2022.

apenas por nigerianos, filipinos e sul-africanos. O mesmo relatório também aponta que as redes sociais mais utilizadas no Brasil são: o *WhatsApp* (165 milhões de usuários), o *YouTube* (138 milhões), o *Instagram* (122 milhões) e o *Facebook* (116 milhões). Dentre essas plataformas, o *Facebook*— que pertence ao mesmo conglomerado empresarial de tecnologia proprietário do *WhatsApp* e do *Instagram*, a Meta —, embora tenha perdido o posto de rede social virtual mais utilizada pelos brasileiros, ainda é capaz de colocar o Brasil como o quarto país com mais contas ativas no mundo, atrás somente da Índia, Estados Unidos e Indonésia.

Pesquisa realizada pelo Instituto *QualiBest*²², uma das mais recentes e mais confiáveis com informações sobre as práticas, preferências e tendências dos internautas brasileiros, infere que duas das principais razões para evasão do *Facebook*, de acordo com entrevistados, seriam o interesse em outras redes (45%) e as chamadas *fake news* (42%). O tema das *fake news* tem gerado debates importantes sobre a regulação das redes sociais virtuais. Em 2021, no caso que ficou conhecido como “*Facebook Papers*”²³, uma cientista de dados ex-funcionária da plataforma, Frances Haugen, que esteve no Brasil para uma audiência pública sobre o tema na Câmara dos Deputados, vazou documentos e acusou a Meta de priorizar o lucro em detrimento da segurança dos usuários da rede. De acordo com Haugen, o *Facebook* não contemplaria de maneira eficaz o Brasil no combate às operações coordenadas de desinformação eleitoral. Ao contrário, medidas como a política de zero-rating (o fornecimento de acesso à plataforma sem a necessidade de um plano específico de internet), adotada em parceria com operadoras nacionais, contribuiriam para a disseminação de *fake news*. Isso porque em um país em que mais da metade da população não possui acesso à internet, muitos usuários podem acessar o *Facebook* regularmente, mas podem não ter meios para acessar outros sites da internet e checar a veracidade de informações que circulam na rede. Apesar

22. Ver: QUALIBEST. Página inicial. Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com/download/redes-sociais-brasil/>. Acesso em 13 de ago. de 2022.

23. Ver: SUBRAMANIAM, Tara. “*Facebook Papers*”: veja o que os documentos vazados revelam até agora. CNN Brasil, Brasil. 30 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/facebook-papers-veja-o-que-os-documentos-vazados-revelam-ate-ago/>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

disso, pesquisa realizada pelo Instituto da Democracia (2022)²⁴ demonstrou que o *Facebook* é a rede preferida dos brasileiros para acompanhar a política.

A pesquisa do Instituto *Qualibest* revelou ainda a existência de diferenças importantes naquilo que diz respeito ao perfil socioeconômico dos usuários das redes sociais virtuais no Brasil. Os resultados obtidos indicaram que, de maneira geral, o *Instagram* possui mais usuários mais jovens comparativamente ao *Facebook*, tendo um número maior de contas ativas pertencentes a pessoas com até 29 anos. Em relação à classe social dos usuários, apesar de atualmente o *Instagram* possuir mais contas ativas do que o *Facebook*, a rede ainda parece ser relativamente elitizada, com a classe C passando a utilizá-la em maior número apenas no último ano (30% dos usuários da rede pertencentes à classe C a utilizam há menos de um ano). De outro modo, podemos dizer que o *Facebook* possui um perfil de usuário mais popular do que o *Instagram*, que apenas recentemente passou a ter a presença dos mais pobres. Em certo sentido, isso se vê corroborado pela impressão dos entrevistados da pesquisa acerca dessas mesmas redes: enquanto o *Facebook* foi percebido como uma rede que “tem de tudo e todos os tipos de pessoa”, o *Instagram* foi descrito como uma rede na qual há maior exposição de *status* social.

De certa forma, esses dados vão ao encontro dos achados de pesquisa do antropólogo Juliano Spyer (2018), que passou 15 meses em um povoado de aproximadamente 15 mil habitantes, de maioria pobre, no norte da Bahia, para pesquisar como eles utilizavam as redes sociais virtuais. De acordo com o pesquisador, de maneira geral, plataformas como *Instagram*, *Twitter* e *Snapchat* receberam uma atenção muito menor do que o *Facebook*, comparativamente.

O *Twitter*, por sua vez, apresenta-se como uma rede social virtual mais utilizada por jovens²⁵, tal como o *Instagram*, mas que possui um perfil ainda mais elitizado do que o dessa última rede. Mesmo não sendo a mais utilizada no Brasil (são apenas 19 milhões de usuários no Brasil), o *Twitter* frequentemente é apontado como a rede preferida de formadores de opinião (jornalistas, analistas, personalidades públicas e políticos) por sua capacidade de repercussão,

24. Ver: A Cara da Democracia no Brasil. INSTITUTO da Democracia e da Democratização da Comunicação, Brasil. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Acesso em 13 de ago. de 2022.

25. Ver nota 36.

sobretudo, de temas de interesse coletivo, inclusive internacionalmente²⁶, já que o *Twitter* é bastante utilizado em diferentes países — à diferença do *Facebook*, por exemplo, que possui maior entrada nos Estados Unidos e em países como Índia e Brasil, como ressaltado anteriormente. Nisso, a sua própria arquitetura, voltada mais à difusão de publicações escritas do que ao compartilhamento de conteúdo multimídia, contribui decisivamente. Levantamento realizado pela equipe de pesquisa do próprio *Twitter*²⁷, constatou que para os seus usuários, uma das grandes diferenças dessa para outras plataformas seria o espaço maior oferecido ao debate e à expressão de opiniões e a quantidade e velocidade da informação disponível. Além disso, dentre as pessoas que possuem um perfil no *Twitter* e que responderam à pesquisa, um terço declarou que a rede seria uma de suas principais fontes de informação e notícias e 61% citaram a plataforma como uma fonte confiável de informações sobre a política.

Essa contextualização sobre as redes sociais no Brasil e as características mais gerais de seus usuários nos ajuda como pano de fundo a compreender a atuação dos atores políticos cujos perfis monitoramos para essa pesquisa. Como demonstraremos a seguir, entre os tipos de perfil que identificamos, há certas preferências por determinadas redes que repercutem nas escolhas estratégicas desses políticos em relação a como eles procuram ser vistos por suas audiências e se refletem na forma como eles abordam os temas da segurança pública e violência.

-
26. Ver, por exemplo, matéria da revista Valor Econômico que revela como o *Twitter* é enxergado por alguns dos principais marqueteiros eleitorais brasileiros — KLEIN, Cristian. Marqueteiros veem rede social como elitista, mas estratégica. Valor Econômico. 28 abr. 2022. Política. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/28/marqueteiros-veem-rede-social-como-elitista-mas-estrategica.ghtml>.
 27. TWITTER BRASIL. Como as pessoas usam o Twitter para se informar e debater sobre política. Blog. 30 jun. 2022. Disponível em: https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2022/como-as-pessoas-usam-o-twitter-para-se-informar-e-debater-sobre-politica.

TIPOLOGIA DE PERFIS: FALANDO DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS REDES SOCIAIS

Partimos do entendimento de que a divisão entre pesquisas desenvolvidas na internet e “fora” dela é não só artificial, em vista das inúmeras passagens e deslocamentos entre o “mundo real” e o “mundo virtual” (Guimarães, 1999; Miller; Slater, 2004; Gomes, 2012; Leitão; Gomes, 2013; Polivanov, 2013)²⁸, mas defasada, em especial, devido ao acentuado processo de digitalização durante a pandemia de COVID-19. Nesse caso, atuar politicamente por meio das redes sociais expressa tanto uma ação que visa à representação, buscando falar por alguém (pelo eleitorado, pela comunidade, pela cidade, pelo estado, pelo país), quanto uma forma de reapresentação de si mesmo para o público.

Entretanto, é importante lembrar também que a rotina dos políticos retratada em seus perfis funciona como uma espécie de avatar, extratos das complexidades existenciais articuladas por suas relações temporais, significados projetados virtualmente à serviço da manutenção e ampliação de redes de apoio político e base eleitoral. Nesse sentido, foi importante a realização de investimentos empíricos complementares ao monitoramento e análise de redes, como a realização de entrevistas e a consulta a outros veículos de comunicação, de modo a capturar os significados produzidos a partir desse processo de recorte e enquadramento de conteúdo para as redes sociais virtuais. A análise a seguir avalia que a atuação política desses atores seja compreendida numa economia das representações. Ou seja, deve ser considerada tanto em um sentido mais pragmático, como sinônimo de uma ação deliberada, racional e programática,

28. Sobre os dilemas do trabalho de campo em ambientes virtuais, frente aos dilemas de “estar lá” e “estar aqui” (Geertz, 1998), Guimarães Jr. (1999) nos fala de uma importante distinção entre “plataformas” e “ambientes”: [...] a partir de sua distinção com o de plataforma, consistindo essas nas configurações técnicas que dão suporte à sociabilidade online, os programas e suas conexões. Os “ambientes”, por sua vez, correspondem aos espaços simbólicos engendrados pelos grupos, dentro dos quais transcorrem as práticas societárias, podendo ser constituídos por mais de uma plataforma (p.11). Segundo Daniel Miller e Don Slater (2004) a oposição entre *on* e *off-line* não deve ser tomada como um ponto de partida metodológico. Os autores recomendam a realização de um campo que articule as duas dimensões simultaneamente, postura em grande parte adotada pela presente pesquisa que contou também com a realização de entrevistas em profundidade com políticos atuantes na região da Baixada Fluminense e Baía da Ilha Grande.

quanto em um sentido mais performático (Goffman, 2014), em que atuar politicamente nas redes sociais significa também interpretar um determinado papel para um determinado público.

Nesse sentido, o monitoramento das redes sociais virtuais nos permitiu conhecer melhor o posicionamento desses atores em relação à pauta da segurança pública e tomar contato com os recursos retóricos e imagéticos utilizados para fundamentar suas posições e interagir com o público em suas postagens, que foram analisadas segundo três dimensões. Mensagens e linguagens: que compreendem atributos estético-discursivos utilizados nas postagens. Audiências e interlocuções: que se referem aos canais de mensagens e suas respectivas audiências e articulações institucionais. E ações e performances: que diz respeito ao desempenho nas redes, referente às ações, performances e contextos retratados. Com base nesses parâmetros, foram definidos três perfis políticos principais: bolsonaristas, corporativistas e tradicionais.

O quadro abaixo apresenta uma definição geral desses perfis, mas também propõem uma distribuição dos políticos acompanhados no que se refere às dimensões do discurso com foco em seus posicionamentos sobre segurança pública, conforme apontado acima. Para tornar essa distribuição minimamente significativa, sem, entretanto, identificar os componentes da amostra, esses foram identificados por letras (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J). É importante ressaltar que apesar de distinções importantes, identificamos diálogos, alianças e conexões possíveis entre eles no que se refere às ações e conteúdos apresentados.

QUADRO 1 | TIPOLOGIA DE PERFIS

TIPOLOGIA DE PERFIS		
BOLSONARISTAS	CORPORATIVISTAS	TRADICIONAIS
A característica principal dos perfis bolsonaristas é o seu alinhamento com os discursos e pautas identificados com o presidente Jair Bolsonaro e o bolsonarismo, enquanto fenômeno social relativamente independente da figura que lhe dá nome.	Os corporativistas, por sua vez, se apresentam como políticos que pertencem, pertenceram ou possuem estreita vinculação com as corporações policiais e as forças armadas e que se valem dessa proximidade na construção de uma identidade que os coloca em uma posição supostamente privilegiada para tratar do “problema da segurança pública”.	E, por fim, os perfis políticos classificados como tradicionais possuem uma atuação mais convencional, priorizando postagens que cobrem o dia a dia de seus mandatos. Eles mobilizam, entretanto, uma linguagem sobre a segurança pública que simplifica o debate público em torno de outros problemas e submete as políticas sociais a uma visão criminalizante de prevenção à violência.

DISTRIBUIÇÕES DOS POLÍTICOS ANALISADOS DE ACORDO COM O PERFIL EM RELAÇÃO AO USO DAS REDES SOCIAIS

A

D; J; G

B;C; E; F; H; I

FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Como podemos identificar pela tabela acima, a divisão que traçamos, tal como sugere o conceito de tipo ideal²⁹, não é radical, nem estanque, inclusive em razão da proximidade, senão ideológica, ao menos no que tange aos posicionamentos em relação ao tema da segurança pública, entre as diversas audiências mobilizadas nas postagens. Nesse sentido, políticos ditos bolsonaristas e os corporativistas podem apresentar-se desde os seus vínculos diretos ou

29. Notável por sua importância à doutrina epistemológica de seu idealizador, Max Webber, o conceito de tipo ideal refere-se a uma construção parcial da realidade, efetuada por um observador que dela extrai um recorte e procura ordenar e compreender seus fenômenos em função de suas manifestações típicas. Não se trata de uma norma prática, de objetivo cristalizado, nem tampouco de um espelhamento exato da “realidade autêntica”, mas de um recurso metodológico que permite o acesso e a assimilação de alguns dos seus elementos constituintes para interpretá-la. Em seu uso, embora algumas características sejam privilegiadas em detrimento de outras, a sua importância reside na capacidade de abstração e de avaliação de um objeto de estudo de maneira mais abrangente (Weber, 1994).

indiretos com as corporações policiais ou as Forças Armadas. Da mesma forma, aqueles a que chamamos políticos tradicionais também fazem acenos às pautas do bolsonarismo, como no caso das escolas cívico-militares, por exemplo, podendo também se valer da relação com as organizações de segurança pública em seus posicionamentos públicos. Ainda que possamos identificar um certo alinhamento de pensamento entre os perfis selecionados, há importantes distinções que, mesmo sutis, merecem destaque, uma vez que evidenciam que não estamos diante de um conjunto uniforme de posicionamentos.

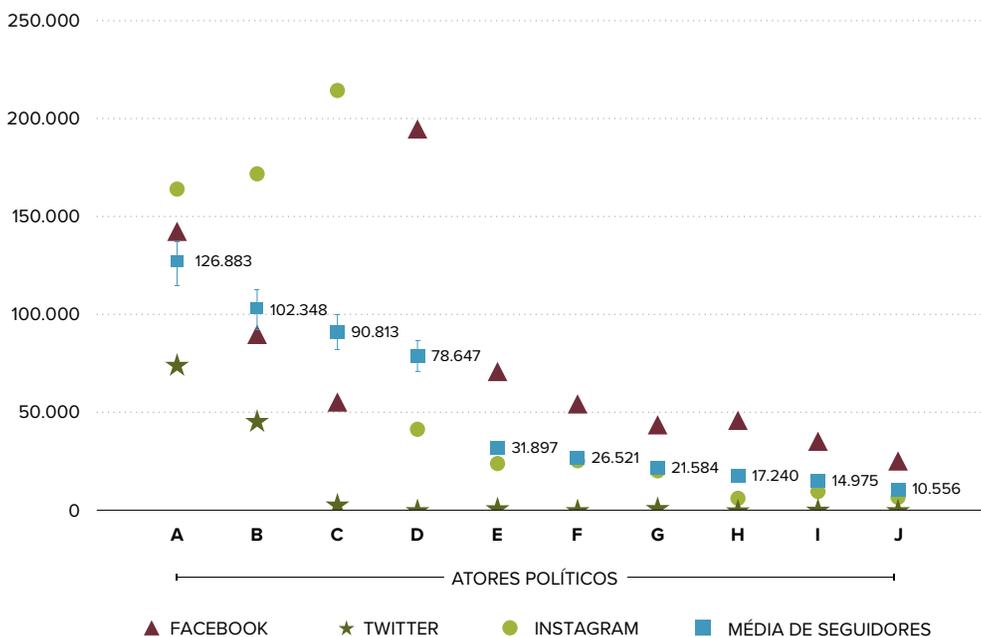
Características gerais do uso das redes sociais na amostra

Juntos, os 10 políticos possuem 756.140 seguidores no *Facebook* e produziram um total de 1389 postagens nessa rede ao longo do período estudado. Os sete que usam preferencialmente o *Facebook* respondem por aproximadamente 62% do total de seguidores (469.071) e publicaram um total de 512 postagens, aproximadamente 36,8% do total das postagens monitoradas. Já os perfis do *Instagram* de todos os políticos juntos reúnem um total de 682.058 seguidores e 1.214 postagens ao longo do período analisado. Por sua vez, o *Twitter* computou um total de 126.187 seguidores e 574 postagens nos perfis dos políticos analisados, além de uma baixa média percentual de engajamento no período, de 0,60%; diante dos 1,38% e 1,81% de engajamento médio nas redes *Facebook* e *Instagram*, respectivamente. O fato de o *Instagram* ter uma média percentual de engajamento superior ao *Facebook* deve-se, em grande medida, à performance de três atores políticos que, juntos, possuem 80% dos seguidores do total da amostra analisada (549.881 dos 682.058 seguidores no *Instagram*), além de responderem juntos por 41% das postagens na rede (501 de 1214).

No que se refere às características gerais do uso das redes sociais entre os políticos acompanhados, verificou-se que as postagens que utilizam imagens têm o *Facebook* e o *Instagram* como meios preferenciais de veiculação, respondendo por 25% de todas as publicações acompanhadas no período. Em 42% dessas publicações essas imagens eram acompanhadas de algum texto explicativo. Os chamados “carrosséis”, combinação de fotos, textos e vídeos, publicados especialmente no *Instagram*, somaram 14,8% do universo de postagens. Publicações que veiculam apenas textos somaram 11,1%, seguidas pelas postagens que veiculam apenas vídeos, com 7,3%. O alcance das postagens que

contam apenas com recursos visuais, como vídeos e fotos, mostrou-se bem superior em relação àquelas que veiculam apenas textos. À título de exemplo, dentre os conteúdos de maior alcance no universo analisado, ou seja, que receberam o maior número de interações (curtidas e comentários) por parte dos usuários, ambos veiculados pelo *Facebook*, a postagem que figurou em primeiro lugar entre os *top-vídeos*³⁰ apresentou um volume de interações 388% superior à que aparece entre os *top-texts*³¹. Constatamos também que os representantes políticos analisados tendem a ser produtores de seus próprios conteúdos; 92,8% das postagens são conteúdos originais e apenas 7,1% são replicações de postagens de outras páginas e perfis. Outro comportamento comum foi uma maior frequência de postagens concentradas nos últimos dias úteis da semana, notadamente quinta e sexta-feira.

GRÁFICO 5 | DISPERSÃO E MÉDIA DE SEGUIDORES POR MÍDIA SOCIAL (FACEBOOK, INSTAGRAM E TWITTER) (Nº ABSOLUTO)



FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

30. Postagens em vídeo com o maior número de visualizações e interações no período analisado.

31. Postagens em texto com o maior número de visualizações e interações no período analisado.

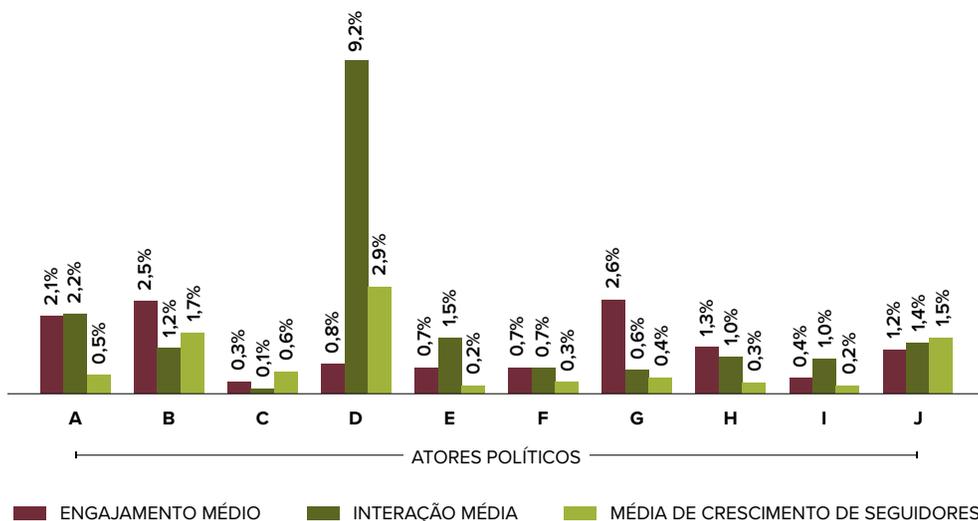
Pelo gráfico acima, é possível notar que os quatro representantes que atribuem maior peso às redes sociais em termos de volume de seguidores se distribuem entre perfis bolsonaristas (A), corporativistas (D) e tradicionais (B e C). Apesar dessa aproximação entre os perfis dos quatro maiores volumes de seguidores, é interessante notar o *gap* entre esses e os demais políticos monitorados (E, F, G, H, I e J) em termos de volume de seguidores, todos pertencentes ao perfil tradicional. É importante destacar também a tendência visível de priorização do uso do *Facebook* por esse segmento. À exceção de dois políticos que tiveram um crescimento recente e claramente inorgânico em seu número de seguidores no *Instagram* (B e C), todos os outros identificados como “políticos tradicionais” possuem basicamente o dobro de seguidores no *Facebook* em relação ao *Instagram*. Como apontado na seção anterior, levando em consideração o perfil mais popular de seus usuários, essa opção do perfil *tradicional* não é de forma alguma fortuita. Por meio de suas redes, esses políticos atuam no sentido de buscar associar “conquistas do mandato” a grupos políticos específicos. Dado o perfil socioeconômico dominante na região da Baixada e Baía da Ilha Grande, isso lhes possibilita uma maior conexão e interação com o eleitorado e com as comunidades locais.

No geral, a despeito de suas preferências, os políticos mapeados detêm contas ativas nas três redes sociais monitoradas. O *Twitter*, entretanto, é a rede menos popular na amostra. Dos dez políticos acompanhados, nove possuíam contas ativas no *Twitter*, dos quais apenas dois faziam uso regular da mídia. Importante notar também que foi observada uma tendência entre os políticos acompanhados de não habilitar comentários em suas contas no *Twitter*, apenas compartilhamentos (*retweets*), diferente das demais redes, em que os comentários são por vezes abertamente estimulados por meio da linguagem das postagens.

As diferentes formas de atuar nas redes sociais entre esses políticos possuem diferentes resultados práticos a suas carreiras políticas. O único perfil classificado como *bolsonarista* dentre os políticos acompanhados (A), ostentava o maior número de seguidores nas três redes sociais virtuais, com uma média absoluta de 126.883 seguidores. Extremamente envolvido com o universo das redes sociais, o representante, aparentemente, orienta sua performance nas distintas redes para um público estabelecido. Como é possível notar, o gráfico abaixo apresenta uma relação aparentemente orgânica no que se refere à interação, a manutenção de sua audiência e seu engajamento. Há uma resposta

quase que direta entre volume de seguidores e alto índice de interação, mas que não resultou num aumento expressivo de seguidores no período analisado, como se A operasse em uma espécie de “bolha virtual”.

GRÁFICO 6 | PERCENTUAL MÉDIO DE ENGAJAMENTO, INTERAÇÃO E CRESCIMENTO DE SEGUIDORES POR SEMANA, ENTRE FEVEREIRO E JUNHO DE 2022



FONTE: LEVANTAMENTO PRÓPRIO DA PESQUISA.

Já os corporativistas que aqui identificamos como D e J, de acordo com o gráfico acima, foram aqueles que apresentaram as performances que podemos considerar como as mais profícuas nas redes. Ainda que D apresente um baixo engajamento, as respostas do público em suas poucas postagens ganham enorme alcance em termos de interações, o que talvez tenha lhe rendido o melhor desempenho em termos de média de crescimento de seguidores entre os perfis acompanhados. Na outra extremidade, mas com performance igualmente profícuo, encontra-se J, identificado como um corporativista, que, a despeito de sua baixa média de seguidores (10.556), apresenta o perfil mais consistente em termos de comunicação com seus principais interlocutores.

Constatamos, assim, que os políticos classificados como tradicionais priorizam o *Facebook* como rede social para veicular seus conteúdos e possuem, de forma geral, alcance menor nas redes. Por outro lado, os perfis bolsonaristas

e corporativistas possuem maior presença nas redes e priorizam a utilização do *Instagram* em sua comunicação. Ao menos no que se refere ao conjunto de perfis que analisamos, o bolsonarismo e o corporativismo policial parecem possuir componentes importantes de suas plataformas políticas voltados especificamente para o mundo virtual e as redes sociais. É importante frisar a esse respeito que esses perfis possuem muita proximidade: tanto o bolsonarismo pode ser uma expressão do corporativismo policial, quanto esse último pode ser uma dimensão do bolsonarismo.

Tipologia de perfis em relação à pauta de segurança pública

Do ponto de vista dos conteúdos compartilhados sobre segurança pública, os políticos de perfil corporativista se destacam por apresentarem a pauta como uma espécie de catalisador de debates cujo intuito bastante explícito é acumular votos advindos majoritariamente da classe policial. Em menor medida, eles também se dirigem para outras categorias de profissionais da segurança pública e privada, bem como agentes penitenciários e guardas municipais. Nesse sentido, esse perfil é caracterizado pelo posicionamento contundente em relação a pautas ideológicas da categoria, mas também em demandas de ordem trabalhista, buscando melhorias para as corporações e seus agentes, como a abertura de concursos, compra de equipamentos, aumento de salários, concessão de gratificações e outros benefícios. Em suas postagens, esses atores caracterizam a classe policial como uma categoria profissional injustamente desprestigiada, sempre ressaltando o caráter heroico dos policiais em razão de seus baixos salários, condições de trabalho e sua exposição ao risco de morte.

Igualmente calcados sobre uma forte interlocução com as organizações policiais, bolsonaristas também colocam a ação direta das forças policiais enquanto principal instrumento para “trazer segurança para a população”. Perfis bolsonaristas e corporativistas têm em comum a intenção de transmitir a ideia de uma segurança pública feita a partir da “ponta da linha”, utilizando amplamente imagens de agentes, veículos táticos e equipamentos, documentando a sua presença em cerimônias e unidades policiais, de modo a serem identificados enquanto promotores de políticas alinhadas com as experiências vivenciais do trabalho da polícia em suas redes sociais.

Em alguns casos, perfis políticos bolsonaristas e corporativistas aparecem portando armas de fogo, trajando fardamento militar, posicionando-se em defesa de ações policiais desastrosas, como as “chacinas policiais”³² ocorridas no Jacarezinho e na Vila Cruzeiro, ou da concessão do excludente de ilicitude amplo e irrestrito às ações policiais com resultado letal. Em *lives* e vídeos supostamente “espontâneos”, em tom de desabafo e indignação, direcionam críticas ofensivas à imprensa que critica a ação da polícia e espalha mentiras, “aos Direitos Humanos que defendem bandidos”, ao Poder Judiciário (em especial, à atuação do STF) que “impede a polícia de fazer o seu trabalho”, às “velhas formas” de fazer política e à legislação vigente, que “protegeria infratores que a imprensa insiste em chamar de crianças”, como no caso da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os perfis identificados como tradicionais, tendem a usar a pauta da segurança como *proxy*³³ e condição de possibilidade para outras agendas, que se veem capturadas por uma lógica de militarização do cotidiano até então alheia ao seu funcionamento. Diferente de bolsonaristas e corporativistas, altamente calcados em sua interlocução direta com as organizações de forças estatais, esse perfil busca enfatizar a mensagem de que “segurança pública é mais que só polícia”. Nesse sentido, para esse perfil, a pauta de segurança pública tende a ser associada a ideias como “qualidade de vida”, “desenvolvimento econômico”, “promoção da cidadania” e “inclusão social”. Subordinando simbólica e materialmente outras políticas públicas a uma noção vaga e criminalizante

32. Ver o relatório: CHACINAS policiais. GENI/UFF, Brasil. Maio de 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

33. Segundo o Dicionário Oxford, um *proxy* é uma figura que pode ser usada para representar o valor de algo em um cálculo ou a autoridade para representar outra pessoa, especialmente em processos de votação.

de prevenção e combate à violência³⁴. Os perfis ditos tradicionais defendem, por exemplo, que a “integração de determinados territórios à cidade”, só seria possível após a presença ostensiva e cotidiana das forças policiais, afirmando que projetos de esporte, cultura ou de acesso à educação “livram a juventude de caminhos errados”.

A linguagem utilizada por esses perfis tradicionais também se vê fortemente impregnada por terminologias securitárias, como na ideia de “retomada territorial”, no amplo emprego da dicotomia entre “ausência/presença do Estado”, “proximidade” ou mesmo do termo “presente”, como em “Asfalto Presente”, em uma clara referência ao programa Operação Segurança Presente³⁵. Em termos de pautas, projetos como as escolas cívico-militares, investimentos na expansão de programas como o próprio Operação Segurança Presente e o Programa Estadual de Integração da Segurança (PROEIS)³⁶, bem como as inúmeras homenagens às forças armadas e de segurança, como no Dia do

34. Próximo ao que David Garland (2001) caracterizou como “complexo do crime da pós-modernidade”, enquanto uma formação cultural e histórica emergente nos Estados Unidos e na Inglaterra em torno do fenômeno das altas taxas de criminalidade e de insegurança crescente durante os anos 70, e que confere à experiência do crime e da violência uma forma institucional caracterizada por um conjunto específico de atitudes e crenças: altas taxas de criminalidade são tidas como um fato social normal; o investimento emocional no crime é disseminado e intenso, abrangendo elementos de fascinação como também de medo, raiva e indignação; temas criminais são politizados e regularmente representados em termos emotivos; a preocupação com as vítimas e com a segurança do público dominam as políticas públicas; o sistema penal é visto como inadequado ou ineficaz; rotinas defensivas privadas são comuns, existindo um grande mercado de segurança privada; a consciência do crime está institucionalizada na mídia, na cultura popular e no ambiente circundante.

35. Segundo o *site* do programa, “a Operação Segurança Presente é um modelo de abordagem de proximidade que suplementa a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de promover ações de segurança pública, cidadania e atendimento social, as operações visam um ambiente mais seguro e acolhedor aos moradores, comerciantes e turistas das regiões onde atua”. Ver: OPERAÇÃO Segurança Presente. Página inicial. Disponível em: <https://www.seguranca presente.rj.gov.br/>. Acesso em: 03 de ago. de 2022.

36. O Programa Estadual de Integração da Segurança (PROEIS) é uma iniciativa que visa contratar policiais nos seus dias de folga para promover a ampliação do efetivo através de convênios estabelecidos com os municípios.

Policial Civil ou no caso da celebração da memória da Batalha dos Guararapes³⁷, acabam por aproximar os perfis de tradicionais, bolsonaristas e corporativistas.

É bastante comum que os perfis corporativistas se valham de seu livre acesso para circulação em unidades policiais para a produção de conteúdo que tenham como pano de fundo imagens familiares ao cotidiano desses profissionais, a partir do qual emitem comentários e legitimam posições acerca de episódios e pautas que sejam caras aos agentes. Como no caso dos perfis bolsonaristas, identifica-se uma tendência entre os corporativistas de direcionamento de conteúdos que falem a um segmento amplo de adeptos do uso de armas de fogo e munições, como no caso de vigilantes, membros de clubes de tiro, colecionadores, atiradores desportivos, dentre outros³⁸. Muito embora seu alinhamento com o bolsonarismo não seja uma mensagem de primeira ordem em suas comunicações, os perfis corporativistas tendem a propagar a imagem do presidente Jair Bolsonaro como “candidato da classe policial” em razão do já identificado alinhamento de pautas e posicionamentos entre eles. A promoção de uma visão militarizada e maniqueísta da segurança pública constitui um outro ponto de aproximação importante entre corporativistas e bolsonaristas, que parecem habitar um mundo dividido e altamente polarizado entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, policiais e “paisanos”, apoiadores incondicionais e detratores do trabalho das polícias.

Os tradicionais são mais velhos em relação aos políticos dos outros perfis, oriundos de setores profissionais-liberais (empresariado, comércio, advocacia) e apresentam trajetórias políticas consolidadas, marcadas pela interlocução com diversas instâncias governamentais, servindo de referência para grupos emergentes na utilização de estratégias de construção de carreiras políticas bem sucedidas. Nesse sentido, destaca-se a sua capacidade de rerepresentar

37. Apesar do confronto militar ter ocorrido em terras pernambucanas, em nome do Império Português, contra as chamadas “invasões holandesas”, a data foi simbolicamente adotada como marco oficial do surgimento do Exército Brasileiro.

38. Seguindo o argumento do filósofo Rodrigo Nunes, seria possível identificar o bolsonarismo como sendo composto por sete “matrizes discursivas” que refletem grupos sociais e tendências políticas que, interseccionadas, geram uma identidade política comum: policialismo (ou militarismo), empreendedorismo, anti-intelectualismo, libertarianismo econômico, anticomunismo, oposição à corrupção e conservadorismo social. Para uma leitura mais aprofundada do argumento e das “matrizes discursivas” mobilizadas por Nunes, ver: Nunes (2021).

o seu “trabalho” para a “comunidade”³⁹ e de representá-la segundo a sua perspectiva. As publicações produzidas por esses perfis ganham “marcas” específicas de determinados grupos políticos, de lideranças locais e representantes que seriam os “responsáveis” por ações como a inauguração de equipamentos, a realização de obras e intervenções de ordenamento urbano. Nesse contexto, as lideranças comunitárias tendem a desempenhar um papel fundamental ao atuarem como cabos eleitorais com vistas a usufruir do prestígio, poder e influência dos chefes locais.

Em suas postagens, percebemos a presença constante de moradores e atores estratégicos de suas comunidades posando na inauguração de obras e lançamento de projetos. A divulgação desse tipo de conteúdo busca veicular a autoria de grupos políticos sobre os “melhoramentos” divulgados e reforçar a identificação do político tradicional com uma determinada área, que passa a ser identificada como sua base eleitoral. Na região da Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande, essa relação paroquial, em determinadas áreas das cidades, passa frequentemente pela intermediação de grupos armados ilegais. Não por acaso, sobre quase todos os políticos tradicionais incluídos em nossa amostra recaem suspeitas e investigações policiais de participação pregressa ou atual em grupos de extermínio e/ou milicianos locais.

Em termos das inúmeras passagens entre o religioso e o secular (Asad, 2003) observadas nas postagens, chama a atenção a difundida utilização de terminologias, valores e imagens identificados com o campo cristão-evangélico, em especial no que se relaciona à apresentação de pautas relevantes para

39. Ademais, nos apresenta um outro sentido para a *comunidade*. Sem embargo da tentativa dos políticos tradicionais de falar em seu nome, nesses casos, a *comunidade* não se traduz facilmente como a totalidade dos moradores de uma determinada localidade, bairro ou região, mas como o conjunto dos moradores que se sentem contemplados pela gestão oferecida pelos grupos milicianos dos quais esses políticos fazem parte. Ainda, nessas circunstâncias, a comunidade pode ser entendida como o conjunto de pessoas ou grupos que se forma em torno de “problemas específicos”, sem que isso necessariamente implique algum tipo de organização entre seus integrantes, mas cuja imagem ou representação pode ser explorada por uma figura política (Kuschnir, 2000, p. 109).

a segurança pública⁴⁰. Entre os(as) políticos(as) identificados(as) como tradicionais, essa dimensão de religiosidade aparece como subtexto de mensagens como “libertar/salvar a população da tirania do crime” ou de “transformar vidas e mudar realidades”, em iniciativas como as comunidades terapêuticas, que visam “recuperar as pessoas do vício”, ou na própria ideia de “cidadão de bem” como portador de uma conduta apropriada segundo as leis terrenas e celestiais, referência que perpassa os perfis acompanhados pela pesquisa. Entre aqueles identificados como bolsonaristas e os que chamamos corporativistas, as manifestações dessa dimensão religiosa e seu aspecto constitutivo do campo da segurança pública tendem a ser menos sutis, projetando um cenário de “guerra” no plano temporal e espiritual.

Nos perfis ditos corporativistas, atribui-se um forte sentido moral e religioso às ações das polícias, supostamente engajadas em uma batalha contra o “mal”, identificado com o crime e a violência de modo geral, mas encarnado também em tipos sociais, coletividades e lugares específicos, como na associação recorrente entre “tráfico de drogas” e “favela” na produção dos “inimigos” da política de segurança fluminense nas últimas três décadas (Birman; Novaes; Crespo, 1997; Mafra; Paula, 2002; Albernaz, 2009, 2010; Leite, 2013; dentre outros). Para os perfis identificados como bolsonaristas, essa visão de um “mundo dividido”, onde a “metáfora da guerra” contra o crime no plano terreno (Leite, 2012; Birman, 2020) encontra a “dialética persecutória” característica do discurso evangélico neopentecostal (Mafra, 1998) e sua atuação na esfera política (Mafra, 2006; Geraldo, 2012), observa-se uma exacerbação dessa característica.

Os perfis bolsonaristas fazem amplo uso de imagens e terminologias religiosas associadas à presença de armas de fogo e a defesa do “armamento do cidadão de bem”. Nesse sentido, merece destaque a insinuação de resistência armada por parte dessa “tropa bolsonarista”, como um tipo de exército de escolhidos de Deus, em defesa de valores ditos “tradicionais” e da lisura do pleito eleitoral de 2022. Um dos perfis acompanhados, inclusive, faz menções explícitas

40. Mais sobre como o “religioso” pode ser um elemento mobilizador de plataformas eleitorais no pleito de 2020 no Brasil, ver o relatório do ISER, Instituto de Estudos da Religião: RELIGIÃO e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. ISER, Brasil. 28 de abril de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/cHJYSI>. Acesso em: 02 de ago. de 2022.

à Donald Trump e ao episódio que ficou conhecido nos Estados Unidos como “capitol riots”, chamando atenção para o fato de que o mundo era mais “seguro” quando o então presidente americano ainda governava o país.

A principal diferença entre bolsonaristas e corporativistas, entretanto, reside na ampla utilização, pelos primeiros, de imagens e menções ao presidente Jair Bolsonaro, seus filhos, familiares e aliados políticos, além de sua intransigente filiação a pautas de segurança caras ao bolsonarismo, como no caso da defesa do armamento da população civil enquanto um direito (“direito à legítima defesa”), com a associação entre “desarmamento”, “autoritarismo” e “servidão”, ou na celebração de relações espúrias entre o aumento da concessão de novos registros de armas de fogo e a recente redução dos homicídios no Brasil. A defesa de direitos e da “liberdade de expressão”, por exemplo, em pautas como o uso das redes sociais para a proliferação de “*fake news*”, servem para veicular agendas autoritárias por meio desses perfis.

Outra distinção importante, nesse sentido, reside no forte viés de criminalização da esquerda e dos movimentos sociais, bem como de equalização entre a criminalidade comum e a corrupção na política. Emergindo justamente no momento em que o país assistia a uma progressiva libertação de um ressentimento com a política de maneira ampla e com “a esquerda” (ou com a imagem construída sobre as esquerdas) de maneira mais específica, desde o seu nascedouro o bolsonarismo dava mostras claras do seu potencial de violência. Num contexto em que se acreditava estar em uma cruzada contra um inimigo comum, o bolsonarismo foi capaz de se cristalizar e tornar viável a eleição de um legítimo representante do militarismo brasileiro à presidência. Fiando-se em uma espécie de culto à personalidade, perfis bolsonaristas afirmam, por exemplo, que “corruptos e bandidos odeiam Bolsonaro” ou que “maconheiros” e “defensores de criminosos” seriam a base da oposição ao seu governo. Essas oposições revelam uma substancial ameaça à democracia, uma vez que recorrentemente é veiculada a ideia da iminência de uma guerra civil. Cada gesto, cada ato encontra-se envolto em uma imagética que se esforça em apresentar Jair Bolsonaro como um virtuoso patriota e representar a nação a partir de um compromisso coletivo em torno dos ideais do presidente. Esses perfis se

referem a Bolsonaro como o “capitão da nação”, explicitando seu forte viés de militarização para a segurança pública e vida cotidiana⁴¹.

O político bolsonarista analisado reproduz completamente o modus operandi da comunicação bolsonarista, orientada em todos os seus aspectos por uma retórica discursiva e imagética fundamentalmente violenta que conjuga chauvinismo e um culto permanente à violência. Imagens como aquelas que nos últimos anos “viralizaram” nas redes sociais virtuais e se tornaram ordinárias na imprensa, retratando o presidente, seus aliados e apoiadores vestidos de verde e amarelo, simulando armas de fogo com as mãos, quando não as exibindo orgulhosamente, são invariavelmente reproduzidas na imensa maioria dos conteúdos publicados pelo político bolsonarista que monitoramos. Sua atuação nas redes, portanto, não pode ser compreendida sem um entendimento estético do bolsonarismo.

A VIOLÊNCIA COMO POLÍTICA

Como vimos, as estratégias adotadas por perfis classificados como bolsonaristas, corporativistas e tradicionais nas redes sociais virtuais em relação à pauta de segurança pública visam angariar votos e apoio político por meio da manipulação de mensagens e imagens e a mobilização de audiências em duas escalas principais. Bolsonaristas e corporativistas buscam alcançar uma audiência nacional por meio do endereçamento de nichos específicos em suas performances, notadamente, as corporações policiais, agentes de segurança e adeptos do “armamentismo” e do “policialismo” de modo geral. Já os ditos tradicionais, por sua vez, fazem o movimento contrário, buscando comunicar a

41. Nesse diapasão, a própria linguagem discursiva e visual utilizada pela campanha do atual presidente brasileiro, ainda em 2018, em muito já lembrava a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que se notabilizou no Brasil dos anos 1930 justamente por meio da exploração das cores da bandeira nacional e de coreografias de forte inspiração militar. De lá para cá, discursos e imagens com esse tipo de conteúdo foram normalizadas e se tornaram fundamentais na arregimentação e consolidação de uma base de apoio essencialmente identitária, que acima de tudo, procura demarcar fronteiras em relação aos seus adversários políticos — rapidamente tornados inimigos e que, por essa condição, não devem ser vencidos, mas eliminados.

pauta da segurança pública como uma agenda ampla, que afeta a população em geral, para falar a regiões localizadas em suas bases eleitorais.

Bolsonaristas, como esperado, lançam mão de imagens e referências à figura de Bolsonaro e apoiadores, posicionando-se favoravelmente em pautas caras ao bolsonarismo, enquanto características distintivas de seu discurso sobre segurança pública. Perfis corporativistas, por sua vez, manipulam imagética e retoricamente sua pertença ou proximidade com as forças policiais para veicular a ideia de promoção de uma segurança pública feita a partir “da ponta da linha”. Como no caso dos demais perfis, os tradicionais também lançam mão de terminologias altamente militarizadas para se referir à política de segurança pública, com o diferencial de extrapolar o seu emprego às demais políticas de governo, defendendo, por vezes, a intervenção policial como pré-condição para a sua implementação nos territórios, como no emprego de noções como “invasão social”. Essa proliferação discursiva, entretanto, extrapola o campo da expressão simbólica e apresenta implicações concretas bastante dramáticas, não só para a área de segurança pública ou para os moradores das regiões analisadas pela pesquisa, mas para a vida de brasileiros e brasileiras de um modo geral.

Em termos concretos, a postura de bolsonaristas e corporativistas nas redes sociais virtuais têm incentivado fortemente o mercado de armas e munições e a flexibilização da legislação de controle, celebrando a difusão descontrolada do porte e posse desses artefatos⁴² como suposta solução para o problema da criminalidade violenta. A difusão de um discurso da “guerra” e da visão de um “mundo dividido”, traço marcante desses dois perfis, ameaçam principalmente a vida e os direitos políticos de grupos minoritários, opositores e de moradores de áreas periféricas. Além de promover a desinformação acerca da relação entre crime, letalidade policial e armas de fogo, sua defesa

42. De acordo com os números levantados pelo Instituto Sou da Paz (Instituto Sou da Paz. Página Inicial. Disponível em: <https://soudapaz.org/>. Acesso em 13 de ago. de 2022.), o registro de armas no Brasil quase triplicou entre 2019 e 2021. Foram mais de 150 mil novos armamentos autorizados por ano. O número representa aumento de mais de 220% em relação ao triênio anterior. Somente entre janeiro e novembro do ano passado, houve quase 190 mil registros, maior montante dos últimos 13 anos. Uma parte significativa dos equipamentos é adquirida sob a justificativa de aumentar a segurança pessoal. O número de pessoas com licença de colecionador, atirador esportivo e/ou caçadores, os chamados CACs, aumentou 262% entre julho de 2019 e março deste ano.

ideológica de meios violentos de resolução de conflitos e criminalização da oposição ao governo Bolsonaro encontram-se na base de tragédias recentes, como o assassinato do Guarda Municipal Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu⁴³. Sua defesa incondicional das ações das polícias favorece um clima de impunidade e de uso excessivo da força, respondendo pelos elevados índices de letalidade policial observados desde 2018 e pela ocorrência de chacinas policiais⁴⁴. Além disso, ao atribuir total ascendência aos saberes corporativos na definição das políticas de segurança, esses perfis promovem a desqualificação de outras formas de conhecer o mundo implicadas na construção de políticas públicas de segurança realmente efetivas e que salvam vidas, como o saber acadêmico e a perspectiva das organizações comunitárias e de Direitos Humanos.

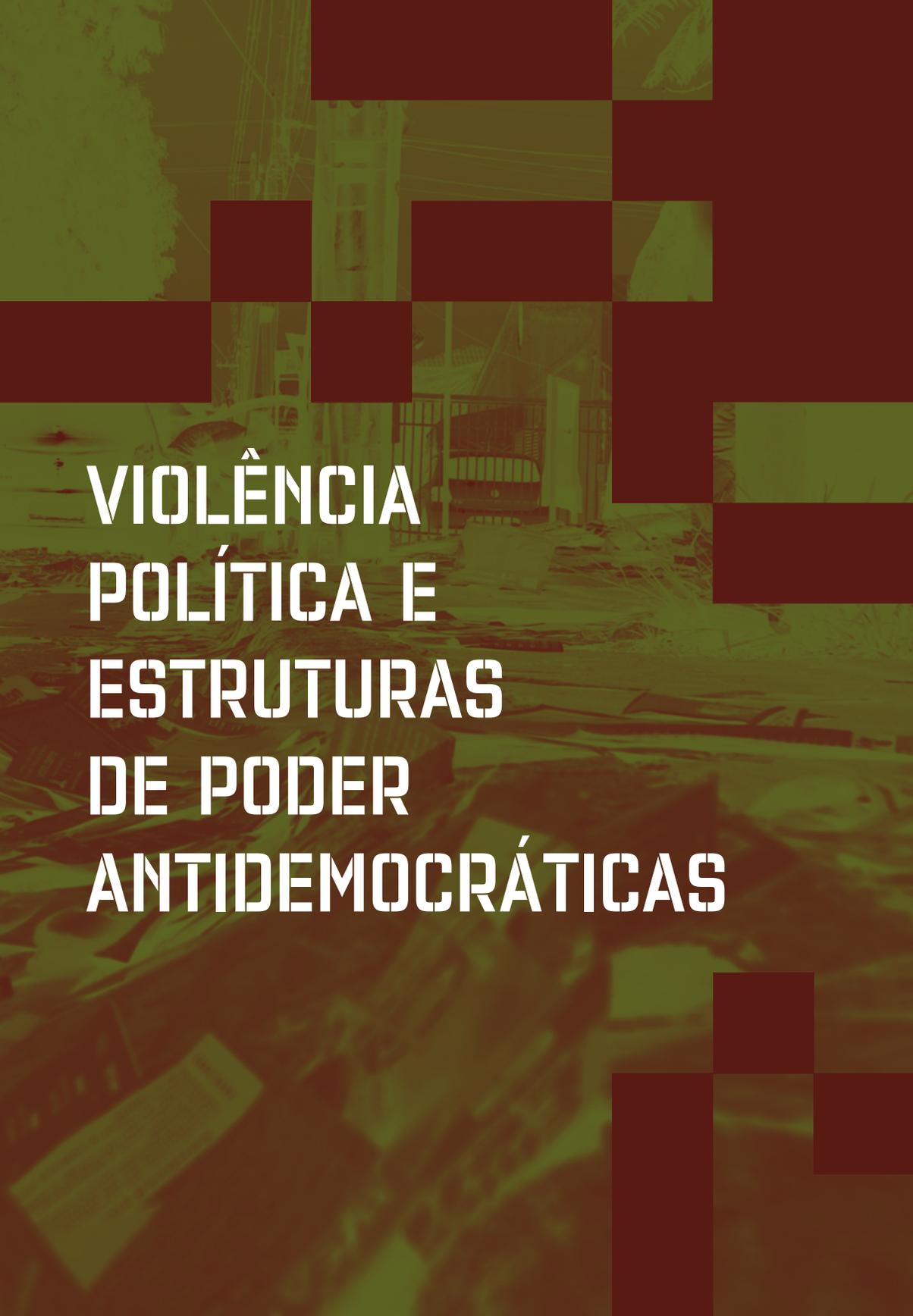
Já entre tradicionais, como vimos, a forma de tratar a segurança em associação com determinados territórios tende a aproximar a sua atuação política das formas de controle territorial implementadas por milícias e facções do tráfico de drogas que, dentre outras coisas, têm o poder de definir o acesso das campanhas eleitorais a essas áreas. Como apontado na pesquisa anterior (Rodrigues *et al.*, 2021), o auxílio desses grupos armados ilegais para a consolidação de verdadeiros “currais eleitorais” em seus municípios de origem aparece como uma característica central para a implementação de estratégias violentas de hegemonia por parte de grupos políticos locais. Nesse sentido, a abordagem tradicional da segurança pública como um problema amplo de “qualidade de vida” acaba por justificar um tipo de intervenção localizada e majoritariamente direcionada às áreas de favela, enquanto forma de promover a segurança da

43. O Guarda Municipal Marcelo Arruda foi assassinado durante sua festa de aniversário com temática de apoio ao Partido dos Trabalhadores em Foz do Iguaçu, no Paraná. O autor dos disparos, um agente penitenciário federal, se auto-declarava bolsonarista. (PR: Guarda municipal é morto por bolsonarista em festa de aniversário com temática de Lula). ISTOÉ, Brasil. 10 de jul. de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/UHpGQW>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

44. Segundo dados levantados pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 5,2 mil pessoas morreram como resultado da violência policial no Brasil em 2017. Em 2020, o número saltou para 6,4 mil e, no ano passado, manteve uma taxa elevada de 6,1 mil mortos. Ver: CHADE, Jamil. Governo omite violência policial de raio-x sobre direitos humanos no Brasil. UOL, Brasil. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/TOFmbU>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

população em geral. Além disso, seu foco na militarização e securitização de agendas sociais tende a contribuir para uma perigosa emancipação política das corporações, elevando a segurança pública à condição de possibilidade e marco civilizatório para a suposta inclusão de segmentos periferizados que, reduzidos à condição de meros veículos para o bem-comum, acabam por figurar também entre as maiores vítimas da violência policial.

É comum aos três perfis, a despeito de suas diferenças em termos de modulações retóricas, estéticas e discursivas, a reprodução de uma crença de base: a centralidade do poder de matar, das armas e do uso ilegal da força como as únicas vias possíveis para a construção da ordem. Trata-se, dessa forma, de diferentes expressões de uma ideologia miliciana (Rodrigues; Del Ríó, 2021). Esses perfis políticos que analisamos representam aspectos fundamentais dos modos pelos quais a violência penetra no cotidiano, nas instituições e nas formas ideológicas que organizam os contextos políticos que estudamos, mas não apenas eles. As plataformas políticas bolsonaristas, corporativistas e tradicionais são expressivas das formas pelas quais a política brasileira é atravessada pela violência e de como a brutalidade é acionada como recurso positivo e legítimo de poder.



**VIOLÊNCIA
POLÍTICA E
ESTRUTURAS
DE PODER
ANTIDEMOCRÁTICAS**

*But my hand was made strong [Mas minha mão se fez forte]
 By the hand of the Almighty [Pela mão do Todo-Poderoso]
 We forward in this generation [Nós avançamos nessa geração]
 Triumphantly [Triunfantemente]*

[BOB MARLEY]

NESTE CAPÍTULO PROCURAMOS ESTABELEECER UMA REFLEXÃO que interpele empiricamente os parâmetros normativos da ordem democrática de corte liberal. Para isso, faremos uma breve recapitulação dos componentes básicos da teoria democrática liberal, tal como estabelecida a partir da segunda metade do século XX, e contrastá-los com aspectos do nosso trabalho de campo. Esse movimento busca dar rendimento analítico ao material empírico que coletamos, mas também objetiva mostrar o quanto os contextos empíricos nos quais este estudo se desenvolveu possibilitam formular análises que colaborem para um amplo debate sobre as contradições, limites e possibilidades da democracia.

NOTAS BÁSICAS SOBRE DEMOCRACIAS E ALGUNS DE SEUS MODELOS

Comparada a versões, sentidos e práticas anteriores, a definição de democracia estabelecida por Joseph Schumpeter costuma ser vista como excessivamente acanhada e pouco ambiciosa. A despeito do acanhamento, contudo, temos que reconhecer que essa foi uma formulação bem-sucedida e se tornou paradigma para uma longa tradição teórica constituída desde então⁴⁵. Além disso, e talvez mais importante, o sentido schumpeteriano para o conceito tem funcionado como preceito orientador para um sem-número de regimes e

45. Existe uma longa tradição de estudos sobre os diferentes sentidos do conceito e de práticas que foram definidas como democráticas. Nosso foco aqui está voltado para aquelas configurações e sentidos que se tornaram, de certo modo, hegemônicas, no campo dos ordenamentos representativos-liberais. Sobre as diferentes versões histórica e filosoficamente formuladas ver, entre outros, Finley (1988), Held (1987) e Dunn (2016).

formas de governo que se autodefinem como ordenamentos democráticos. O contexto de sua formulação é relevante e talvez tenha alguma influência em seu formato e em sua recepção.

Em 1942, quando do lançamento de seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia”, Schumpeter é um exilado nos Estados Unidos, como tantos outros intelectuais europeus foragidos da guerra. Como boa parte deles, divisa já o fim do conflito e a importância de retomar uma antiga ideia, minada ao longo das primeiras décadas do século vinte pelo advento gradual e barulhento de regimes e movimentos totalitários por toda a Europa. O foco privilegiado dessa vaga foram exatamente os regimes liberais e republicanos, como concebidos e estruturados nas últimas décadas do século XIX. O novo conceito de democracia, tal como formulado por Schumpeter, guarda muito do que já fora desenhado por diferentes linhagens liberais do século XIX, mas faz jus à definição de minimalista em função de suas limitadas ambições normativas e sua ênfase na formulação de procedimentos mais do que em ideais substantivos a serem promovidos.

Em linhas gerais, de acordo com essa versão, um regime democrático é definido por um conjunto de processos de seleção de governantes e, principalmente, pelas condições em que tal seleção se dá. Ele deve funcionar como uma espécie de disputa entre demandas concorrentes pelos cargos de governo em que os contendores postulam, em situação o mais próxima possível da equidade de condições, pela preferência dos governados. Esses por sua vez, são definidos nos termos o mais abrangente possível, estando aptos não somente a escolher por quem serão governados, como a, periodicamente, reiterar ou alterar suas escolhas. Regimes serão tão mais democráticos quanto menores forem as barreiras para o acesso à participação nessa disputa, seja como postulantes aos cargos, seja como participantes habilitados a expressar suas escolhas. Nas palavras do próprio autor:

(...) assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir governo, ou melhor, um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo (...) o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população (Schumpeter, 1984 [1942], p. 336).

O regime democrático, nessa perspectiva, seria, então, aquele em que há uma seleção regular e regrada de titulares do poder político segundo regras públicas, universais e válidas para todos os participantes. Os critérios de incorporação para participar da escolha é tão amplo e aberto quanto possível, o acesso à postulação aos cargos em disputa é igualmente amplo e as condições do pleito são isonômicas, havendo espaço suficientemente amplo para que todos os postulantes possam, com a liberdade garantida por lei, submeter as razões, motivações e orientações que motivam e embasam seu pleito.

Formulado pela mão de um economista austríaco, a democracia política ganha a aparência de um grande mercado em que diferentes atores podem competir pela escolha de um público amplo, com livre acesso à informação e equipado para, definidos seus interesses e preferências, fazer regularmente suas escolhas políticas mediante o voto. Através do voto, governos e representações são formados e sujeitos ao controle e a avaliações regulares por aqueles que os instituíram e dos quais extraem sua legitimidade.

Os postulados de Schumpeter são explorados, aperfeiçoados e reenquadrados por uma longa, robusta e influente linhagem de analistas normativos e pesquisadores empíricos lastreando diferentes concepções e formatos institucionais autodefinidos como democráticos⁴⁶. Os limites bastante estreitos e as ambições igualmente modestas, se comparadas a outras concepções do que definiria um regime democrático, não foram suficientes para desqualificar o rendimento desse arranjo e a adesão a ele, mesmo entre aqueles que reconheceram seu relativo acanhamento. Para nosso estudo, não é caso de seguirmos qualquer uma das direções exploradas a partir de seus desdobramentos, mas apenas reter suas balizas fundamentais, aceitá-las como versão mínima das concepções contemporâneas da democracia representativa e confrontá-las com nosso campo de estudo: a política e as formas como se dão suas disputas na Baixada Fluminense e na região da Baía da Ilha Grande. Para isso, chamaremos, mais adiante, a versão de democracia Schumpeteriana de dimensão minimalista da política democrática, em consonância com o tratamento a ela dado por muitos de seus críticos e/ou comentadores. Antes disso, porém, cabe mencionar uma segunda dimensão do conceito de democracia, não propriamente contraditória, mas, claramente, mais ambiciosa do que aquilo

46. Apenas a título de exemplo, lembramos aqui a chamada teoria econômica da democracia, de Anthony Downs [1999 (1957)], e a teoria poliárquica, de Robert Dahl (1971).

que encontramos na formulação de Schumpeter e que, como ele, goza de grande prestígio teórico e prático.

Essa segunda abordagem para a questão da democracia, de certa complementar à primeira, ganha fôlego a partir dos anos sessenta do século passado, e diz respeito às condições sociológicas que seriam favoráveis à emergência e perenidade dos formatos institucionais estabelecidos nas formulações matriciais de Schumpeter. Essa orientação tem no clássico de Almond e Verba, “The Civic Culture” (1963), uma espécie de obra paradigmática. Segundo suas linhas gerais, os traços culturais compartilhados em escala, um histórico de associativismo civil, a vigência de práticas de poder local e um conjunto de hábitos e representações articulados à vida pública seriam condições necessárias, embora não suficientes, para a vigência de uma ordem democrática. A ausência de tais características, por outro lado, seria um feixe explicativo convincente para a dificuldade de consagração e perenidade das instituições democráticas.

Embora essa linhagem tenha se constituído fundamentalmente de estudos empíricos, seu componente normativo é indisfarçável e reside no pressuposto segundo o qual instituições democráticas estão condicionadas, para serem bem-sucedidas, a um conjunto de práticas que as antecede lógica e diacronicamente. Tais práticas, por sua vez, estariam lastreadas em valores comunitários e a formas de participação e associação territoriais. O sucesso teórico de tais abordagens se traduz num conjunto relativamente vasto de estudos que não somente tentam identificar as condições para o sucesso e a estabilidade de regimes democráticos, nos termos entendidos pelos formuladores da versão minimalista da democracia, mas, principalmente, para dar conta do fracasso dessas mesmas instituições em vários cantos do planeta (na maior parte deles, diga-se de passagem).

A despeito da datação associada ao estudo de Almond e Verba, os principais pressupostos da abordagem sociológica, destacada como segunda perspectiva democrática para nossos fins de análise, remontam ao clássico de Tocqueville (1977 [1835]) sobre a democracia na América, inspirador, igualmente, do que trazemos como terceira abordagem para a democracia. Pensamos, nesse caso, na concepção deliberativa de democracia. Diferentemente da perspectiva sociológica, que pode ser encarada em seus aspectos normativos e descritivos como complementar à versão minimalista (uma vez que frequentemente os estudos nela inscritos têm buscado estabelecer as condições sociológicas para explicar o sucesso e/ou fracasso dos arranjos minimalistas), as teorias deliberativas têm uma clara ambição crítica a versão schumpeteriana e de seus herdeiros teóricos.

Segundo essa versão, a redução da democracia a um mero conjunto de procedimentos formalmente regulados para a escolha de governantes e formação de representação é insuficiente e amesquinha o conceito (Benhabib, 1996; Lubenow, 2010; Faria, 2010; Young, 2014). Numa posição assumidamente normativa, os defensores da democracia deliberativa postulam, em linhas gerais, que um regime democrático supõe a existência de uma esfera pública aberta, suficientemente dinâmica e com capacidade de incidência direta sobre os processos de decisão, para além daqueles vinculados a partidos e instituições do sistema de representação formal. Do ponto de vista da democracia deliberativa, os arranjos dos mecanismos de escolha dos titulares para os nichos decisórios são insuficientes para caracterizar um regime como democrático. É importante definir o próprio formato das esferas de tomadas de decisão, e sua abertura para setores e atores mais amplamente definidos é que caracterizaria o caráter democrático ou não de um regime. Temos, então, a expectativa que os canais de representação não esgotem ou delimitem as esferas decisórias, mas que elas sejam suficientemente abrangentes para que delas façam parte o maior volume possível de interessados em participar deles.

Do ponto de vista de um de seus mais ilustres representantes, Habermas, a esfera pública é exatamente o espaço de oxigenação política e vascularização da vida das instituições (Habermas, 1994). Essa capacidade se materializa sobretudo no caráter amplo dos canais dialógicos e de interação por diferentes maneiras, de diversos atores radicados na vida associativa de diferentes modos.

Temos então, três dimensões que compõem uma parte expressiva do universo semântico e das práticas efetivas ou esperadas para o que contemporaneamente julgamos caracterizar um regime democrático. A dimensão minimalista, que delimita o conceito e as práticas a ele associadas aos processos livres e universalizados de construção da representação; a dimensão cívico/cultural, que condiciona a vigência de regimes democráticos à observância de valores e práticas no âmbito sociológico, e, finalmente, a dimensão deliberativa, que associa a democracia à robustez de espaços públicos não estatais de associação, debate e acesso a canais de decisão. A influência delas tem sido decisiva não somente nos debates teóricos como, também, nos embates políticos propriamente ditos. Essa tem sido uma tendência especialmente relevante para o caso brasileiro e pode ser observada, por exemplo, nos confrontos e iniciativas que marcaram a formulação da Constituição de 1988. Vejamos

brevemente, e em linhas gerais, como elas incidem e pautam algumas das disputas sobre os marcos constitucionais que deveriam fundamentar o formato da Nova República, segundo os responsáveis pela definição do ordenamento democrático fundado ao fim de nosso último ciclo autoritário.

O MARCO CONSTITUCIONAL E SEUS LIMITES

As três dimensões destacadas na seção anterior, a partir de duas teorias democráticas (a minimalista e a deliberativa) e de uma linhagem de investigação sobre as condições sociológicas para sua vigência (as teorias focadas na ideia de cultura cívica), nos são relevantes, entre outras razões, pela centralidade que ocuparam, de diferentes modos, no momento constituinte, marco zero de passagem do último ciclo autoritário vivido pelo Brasil para a ordem constitucional que hoje vigora. Possivelmente, em nenhum outro momento de sua história a relevância das condições institucionais mínimas de um regime representativo foi reconhecida como tão importante por setores significativos da política brasileira. Mesmo segmentos que criticavam seus limites e consideravam suas ambições excessivamente modestas, reconheciam a importância do fortalecimento das instâncias representativas e dos mecanismos de produção de governo como tarefas essenciais para robustecer o novo regime, de modo que ele estivesse devidamente protegido de novos assédios e tentações autoritárias. O fortalecimento das instituições representativas e a definição dos mecanismos decisórios foi uma bandeira empunhada por um espectro que cobria desde representantes moderados da esquerda até o centro liberal em todos, ou quase, todos os matizes, ainda que não houvesse propriamente uma coincidência entre eles sobre em que tal defesa se traduziria na prática.

É notável o empenho de vários segmentos políticos na criação de mecanismos que concorressem para o fortalecimento das instituições representativas, conferisse robustez aos partidos e às casas legislativas. Na medida do possível, e com inevitáveis conflitos normativos e/ou de interesses, buscou-se combinar a diversidade das possibilidades de representação partidária, com a adoção do sistema de representação proporcional, combinando essa pretensão a mecanismos que viabilizassem, ainda que muito precariamente, a capacidade de produção de maiorias parlamentares para a viabilização de coalizões governamentais. Ainda que sempre objeto de críticas, foram encampados mecanismos

que evitassem ou reduzissem os impactos decorrentes da disparidade de magnitude dos distritos eleitorais nacionais (as unidades federativas), reduzindo, dentro do possível, os riscos de tirania dos centros menos densamente povoados pelos estados mais ricos e com maiores colégios eleitorais.

Enfim, para além de uma série de medidas focadas na regulamentação das dinâmicas políticas institucionais e das relações entre as diferentes instâncias e níveis dos poderes estatais, a Assembleia Constituinte revelou uma clara ambição de regular a competição política de modo que, bem alinhada às prescrições minimalistas schumpeterianas e de seus sucessores, a nova ordem democrática fosse pautada por um sistema aberto, público e regado de produção de governos e de representação. A questão que levantaremos a seguir é: em que medida, a despeito de avaliações quase autocongratulatórias e positivas a respeito do sucesso posterior dos esforços constituintes, podemos dizer que esse foi um intento bem-sucedido. Antecipando nossa apreciação, a resposta, à luz do que observamos em nosso campo, tenderia a ser negativa. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Um pouco menos amplo em seu alcance, mas igualmente sensível, foi o apelo por parte da Assembleia Constituinte à participação popular — para além daquele corpo constitucional, das casas legislativas e dos partidos com representação — na formulação de projetos e artigos para a nova Carta, mediante emendas populares. Tal expectativa referia-se não somente àquele momento fundador, mas, a partir dele, à vida legislativa futura da República em reconstrução. Esse componente, bastante próximo do modelo deliberativo no último processo constituinte brasileiro, expressou não somente uma aposta na ampliação dos mecanismos decisórios. Ele também buscava destacar o que supostamente seria uma novidade no cenário público: a presença de um vasto e variado número de grupos organizados no seio da sociedade civil pressionando por uma ampliação da esfera pública e dos canais de debate, de produção de propostas e de incidências sobre o novo desenho constitucional⁴⁷. Para além do processo constitucional, como se disse, a Carta previu mecanismos participativos de tomada de decisão como plebiscitos, consultas e equivalentes, mas, mais importante, estipulou a criação de mecanismos tais como conselhos

47. Há uma vasta literatura sobre o processo constituinte e sobre a Constituição de 1988. A título de exemplo, mencionamos aqui Araújo (2013) e Rocha (2013). Sobre o associativismo no Brasil, ver, entre outros, Dagnino (2002), Gohn (2003) e Avritzer (1997).

temáticos e conferências através dos quais as prerrogativas de regulamentação e formulação de políticas públicas poderiam extrapolar as fronteiras das instituições de Estado.

O traço aparentado ao que poderia enquadrar-se ou aproximar-se do desenho deliberativo respaldava-se, entre os que faziam tal aposta, na convicção de que os trabalhos constituintes eram antecidos por uma guinada inédita no associativismo e em práticas comunitárias únicas em nossa história republicana. A julgar por essa percepção, os anos finais do regime autoritário tinham testemunhado o lançamento das bases de uma nova cultura cívica, pautada pela emergência de grupos organizados a partir de diferentes perspectivas de interesses e valores coletivos. Um novo associativismo civil, apostava-se, germinara e dava lastro para um potencial nunca antes experimentado de pujança comunitária. É comum que em conjunturas como essas ao menos uma parcela de seus protagonistas acredite estar vivendo efetivamente um momento fundador e que um novo recorte histórico esteja em vias de se desenrolar.

Para além de outras entradas normativas e empíricas possíveis, nosso material de pesquisa e nossas incursões nas regiões estudadas do Rio de Janeiro concorrem para problematizar dolorosamente a realização dos dois primeiros aspectos e/ou dimensões democráticas orientadoras da política brasileira pós redemocratização. É necessário fechar os olhos para muito das dinâmicas competitivas da política na Baixada e na Baía da Ilha Grande para considerar que cumprimos os requisitos mínimos previstos pela democracia schumpeteriana. Um exercício quase ficcional. Do mesmo modo, é necessário ignorar a história recente dessas regiões e as dinâmicas políticas atuais para considerar que há uma tradição de cultura cívica em vigor. Por outro lado, temos que admitir que no terceiro aspecto anteriormente explorado — a aposta na emergência de uma nova esfera pública lastreada pela emergência de atores públicos engajados — residem potenciais importantes para percursos mais virtuosos do que aqueles cumpridos até aqui pelo regime pretensamente democrático instituído no Brasil após seu último ciclo abertamente autoritário. Vejamos em que termos se assentam nossos diagnósticos.

DEMOCRACIA NA BAIXADA FLUMINENSE E NA BAÍA DA ILHA GRANDE: NOTAS SOBRE A DURA INTERPELAÇÃO EMPÍRICA

Nas páginas a seguir, trazemos a Baixada e a Baía da Ilha Grande para uma confrontação empírica à ordem política decorrente dos esforços de engenharia institucional encampados pela Assembleia Constituinte, na ambição de lançar as bases de um sistema democrático. Mesmo diante das taxas de violência letal intencional, da incidência e diversidade de crimes e de violência política, dos números de mortes provocadas por agentes do Estado e da vigência do medo entre ativistas, principalmente, mulheres, negros e LGBTQIA+, é quase inacreditável, que ainda haja entre analistas e lideranças quem afirme que as instituições democráticas funcionam e estão bem, a despeito dos açoitamentos perpetrados sistematicamente por segmentos reacionários. O material levantado em nossa pesquisa nos leva a direções bem distintas. Nossa pesquisa empírica apresenta, principalmente nas falas de nossas/os entrevistadas/os, uma exposição da fragilidade dos padrões políticos daquilo que nosso ordenamento jurídico-institucional chama de democracia. E, por consequência, estabelece outros sentidos que deslocam a democracia dos contornos e limites pelos quais ela foi historicamente formulada em termos teóricos. Os requisitos abstratos e universalistas da teoria democrática passam aqui pelo crivo de experiências, saberes, práticas e discursos que têm outras vozes e outras cores.

Nosso campo de pesquisa parece uma versão metonímica e dramatizada das fissuras do ordenamento político brasileiro. Diante do que observamos, precisamos destoar e afirmar: não, as instituições democráticas não estão funcionando e, possivelmente, jamais funcionaram segundo o que o poder constituinte previra. Isso não quer dizer que só recolhemos notícias ruins em nosso estudo. Daí as próximas páginas se dedicarem não somente às justificativas que sustentam a nossa tese — as instituições não estão funcionando — mas também a um contraponto possível — há sinais evidentes de caminhos alternativos, nos quais ficam claros os traços do que podemos discernir como advento de uma cultura cívica efetivamente democrática, uma espécie de cultura cívica de resistência. Começamos pelo lado sombrio de nossas conclusões.

Não é necessário descer até discussões técnicas sobre o formato do sistema eleitoral, a solidez institucional dos partidos, os padrões de funcionamento das casas legislativas, os arranjos decisórios e as relações entre poderes em seus diferentes níveis para perceber que as instituições democráticas não

estão funcionando bem no Brasil ou, vá lá, para evitarmos generalizações, nas regiões da Baixada Fluminense e Baía da Ilha Grande. As altíssimas taxas de letalidade intencional deveriam funcionar como indicador a ser levado a sério. Não sendo suficientes, a desconcertante participação de agentes do Estado no total desses números, conforme apontado no início do capítulo 1, não deveria deixar quaisquer dúvidas: as instituições não têm funcionado adequadamente para uma parcela expressiva da população fluminense. A julgar pelas conceituações de alguns dos primeiros formuladores dos direitos fundamentais, como Sieyès e Condorcet, ou eles valem para todos ou não se sustentam. Desse modo, e levando-os a sério, devemos admitir que na impossibilidade de levar segurança, liberdades, transparência de regras e procedimentos, acesso à informação e, o mais elementar de todos, o direito à vida, a nova ordem democrática brasileira segue à espera de fundação.

Mas ainda que seguíssemos a tendência dominante de isolar a violência e a violência letal intencional das variáveis relevantes para estimar o grau de maturidade e solidez do sistema político e das instituições democráticas, o material levantado não nos daria motivos para celebrar. A incidência de mortes envolvendo agentes políticos, totalizando doze vítimas fatais no período analisado, é eloquente. Não estamos lidando com casos específicos e localizados. O recurso à violência extrema nas áreas estudadas obedece a uma lógica estrutural e rotineira das disputas políticas locais. Ela nos coloca numa dinâmica bem distante dos postulados minimalistas de Schumpeter a respeito do enquadramento legal, impessoal e público previsto para pautar o concurso a cargos e lugares no contexto de sistemas democráticos competitivos. Ao contrário do acesso a condições equivalentes de recursos para a competição por tais lugares, bem como o regramento dos termos em que travam tais competições, vemos claramente um padrão seletivo. Nesse caso, o acesso aos mecanismos de coação, intimidação e uso ilegal da força funcionam como um diferencial decisivo na capacidade de formação das preferências a se traduzirem em voto por aqueles que são habilitados a participar do jogo como eleitores.

A própria autorização ao exercício livre da persuasão por parte dos postulantes é obviamente comprometida e bastante limitada. O que extraímos da observação das dinâmicas competitivas nas áreas estudadas é a proliferação de áreas fechadas a determinados postulantes, regiões com trânsito reduzido

de pessoas e informações, amplos territórios de circulação exclusiva de “seus donos”. Elza⁴⁸ nos relata esse panorama em sua entrevista apontando que:

“Esses xerifes são os coronéis que mandam no local (...), é isso, alguém que faz parte de um grupo político que domina o bairro, ou a rua, ou aquele trecho.” [ELZA]

Os partidos existem, é verdade. Eles lançam seus candidatos e organizam estratégias, o que seria uma boa notícia de nossas observações. Mas a dinâmica local também aí se impõe e nessas estratégias soa prudente, quase naturalizado pelos atores, que os limites não públicos, não legais e abertamente antidemocráticos sejam respeitados. Esses limites podem ser percebidos em conversas distintas, quando Helena e Rosa nos apresentam seus relatos:

“Antes de ser [...] eu falava sobre segurança pública com muita tranquilidade, por exemplo. Sempre bati, sempre me coloquei de forma bem incisiva. Hoje não. [...] Então vou debater segurança pública por outro viés. Não é nesse enfrentamento de frente, não é apontando nomes [...], apontando territórios fixamente. Ou eu vou falar [...] de uma forma genérica [...] ou eu não vou falar e vou trabalhar a segurança pública no processo de construção do bem viver, que é uma outra relação.” [HELENA]

“Mas eu acho que fica muito mais arriscado quando você cita nomes, cita coisas específicas que podem implicar as pessoas de maneira específica. Porque uma coisa é eu falar: ‘o transporte está horrível, a gente precisa melhorar’, e outra coisa é você começar a apontar e falar: ‘o transporte está horrível porque tem uma relação dos donos das empresas aqui da [...] com os governos locais. É uma relação super antiga de coronéis, e (as vans)’, sabe? Se você aprofunda você se coloca em risco. Ou se nos âmbitos locais você também começa a oferecer uma ameaça de tirar eles de um espaço.” [ROSA]

A consequência dessa dinâmica são as reiteradas confissões de medo pela segurança e pela própria vida que parecem atravessar a conduta de ativistas e lideranças emergentes. Cada um/a dos/as que foram por nós entrevistados/as

48. Como indicado no capítulo 2, todas/os as/os entrevistadas/os aqui citadas/os serão tratados por nomes fictícios.

revelou sua própria estratégia para definir por onde circular, como atuar e de que maneiras colocar seus familiares e parceiros sob proteção. Tais cuidados parecem fazer parte de uma espécie de manual básico de sobrevivência e atuação política nesses territórios.

Ainda assim, a incidência de violências políticas de variados matizes é lugar comum e parece querer evidenciar, sem muito sucesso talvez, que as instituições precisam de reparo e/ou aperfeiçoamento, se é que elas existem. Ainda assim, a violência política em sua versão mais radical incide com frequência constrangedora. Por que será?

Não temos elementos suficientes para afirmar conclusivamente, mas há indícios de que boa parte dessas mortes decorrem dos riscos do dissenso. Aparentemente, ao menos uma parcela delas atinge atores que tentam se dissociar ou fazer frente a grupos e atores a quem estiveram ligados em algum momento passado. Temos, então, um outro preceito da democracia minimalista falsificado: o direito ao dissenso e à mudança de posicionamento frente às questões do mundo público. Os fatos narrados por Rosa, nos subsidiam essa apreensão, uma vez que os trâmites ao entorno das negociações políticas, se dão de forma específica nos contextos analisados. Nossa interlocutora narra que:

“Enfim, aí ele começou a se colocar, e aos poucos foi se colocando como pré-candidato, e ele foi morto [a] tiros de manhã na porta de uma escola estadual aqui. Foi isso, e ficou por isso mesmo, como sempre ficam. Essas coisas acontecem por aqui com uma certa frequência. E depois conversando com uma pessoa que era próxima a ele, ela me disse que foi nesse processo. Ele falou: ‘ligaram para ele mandando retirar a pré-candidatura, e ele falou que não ia retirar. Oferecendo dinheiro, e ele não quis retirar. Depois ligaram uma segunda vez com um tom mais tenso falando para tirar, e ele falou que não ia tirar. Na terceira vez aconteceu isso.’” [ROSA]

Se levarmos em consideração as imagens que a teoria política elaborou historicamente a respeito da ordem civil, a combinação dos componentes descritos anteriormente parece deixar nosso campo de estudo numa espécie de fronteira entre um estado de natureza entrópico e um estado civil inconcluso. Isso porque a despeito das instituições, das eleições regulares, do funcionamento das casas legislativas, da divisão de prerrogativas entre os poderes, do suposto monopólio do uso legítimo da força, o medo não está erradicado.

Ao contrário, ele atravessa depoimentos, trajetórias, rotinas. Luiza narra dois fatos que nos escancaram as dimensões que esse medo provoca no cotidiano de sua atuação política.

“O que a gente tem avaliado é isso, a gente está sendo monitorado, porque de fato a gente foi um dia antes nesse lugar. E aí aconteceram outras coisas, três semanas atrás em um dia eu estava saindo da sede do partido e quando eu estava chegando quase no final vieram dois homens e um virou para o outro e falou assim: ‘tu tem coragem agora?’, o outro enfiou a mão no bolso e veio na minha direção. Aí eu corri, cheguei em uma barraquinha de pipoca que tem ali no [...]. E assim, muito desesperada, porque não sabia o que ele queria fazer, aí peguei o Uber e fui para [...] porque tinha outra agenda lá. E aí cheguei lá em [...] quando [...] começou um laser [sendo apontado] em mim. (...) Aí a gente olhou, não estava entendendo de onde estava vindo, aí eu falei para ela: ‘vamos levantar e ver se continua’. A gente levantou, tomou uma distância da mesa e aí o laser continuou em mim, veio para onde eu estava. Aí eu falei: ‘cara, vamos entrar, porque se for uma criança brincando vai botar em outra pessoa’, aí a gente entrou para o bar e o laser sumiu, não apareceu mais. Aí eu tive uma crise de ansiedade, isso foi no mesmo dia, pode ser que não tenha nenhuma relação de um evento com o outro, mas tive uma crise de ansiedade, peguei o Uber e vim para casa super gatilhada achando que eu ia morrer, que iam me matar e tal.” [LUIZA]

Pode-se dizer que temos uma espécie de estado de natureza pós contrato social, o que nos remete a um cenário mais sombrio do que a construção hobbesiana pré-pacto. Isso porquê, torcida por uma lógica que combina tradição e história, pelo uso de novas tecnologias de intimidação e apropriação privada dos equipamentos públicos, a esfera pública com que nos deparamos soa o inverso do criadouro de virtudes cívicas destacada na segunda dimensão da democracia explorada anteriormente. Tomando como referência o clássico de Putnan, sobre a diferença de institucionalização das reformas democráticas

na Itália⁴⁹, nossa região de estudos se assemelha muito mais ao sul italiano, com suas dinâmicas informais de exercício do poder e suas tradições pouco afeitas à vida democrática, do que ao norte “moderno”, próspero e liberal, no sentido político e civil do conceito.

Há, portanto, um segundo problema quanto à saúde de nosso sistema político e de nossas instituições democráticas que está relacionado à exiguidade de respaldo junto, sobretudo, às elites políticas locais. Ou, dito de outra forma, olhamos para as dinâmicas do poder local e às formas como ele se desenrola e não encontramos qualquer traço em que ele possa ser visto como alavanca para a vigência da democracia nos termos sugeridos por Tocqueville ao se deparar com a experiência da América do século XIX. Na Baixada e, em certa medida, também na Baía da Ilha Grande, o poder local mais proeminentemente manifestado reproduz, atualiza e reforça dinâmicas privatistas e não democráticas de vida pública e de atuação política, mesmo se levarmos esses termos a seus significados mínimos.

Chegamos, então, ao fim de nossa investigação, a um ponto de não termos muito mais a acrescentar à percepção dominante, que reconhece o caráter anômico de nosso campo de estudos? Tais regiões seriam, de certo modo, um desastrosos ponto fora da curva frente aos avanços democráticos consagrados pela Carta Constitucional de 1988 e em ampla vigência no Brasil como um todo? A resposta a essas perguntas compõem uma dupla negativa.

Em relação à segunda pergunta, consideramos que a Baixada Fluminense e a região da Baía da Ilha Grande não devem ser encaradas como exceções a uma regra de sucesso das instituições democráticas. Pelo contrário, elas são a expressão trágica e visível de um traço que atravessa o Brasil. São periferia, dada sua posição social e geográfica na Região metropolitana do Rio de Janeiro (no caso da Baixada) e proximidade com as fronteiras da capital

49. Putnan vai investigar as razões para que os resultados de um conjunto de iniciativas de engenharia institucional, com vistas ao aprimoramento do sistema representativo de corte liberal, sejam tão distintos em duas regiões da Itália. Enquanto no Norte a iniciativa é bem-sucedida, o sul italiano se mostra refratário às inovações e o aparato institucional não obtém sucesso. A análise, que lança mão de variados recursos metodológicos, chega à conclusão de que as práticas e a cultura local são decisivas para o funcionamento adequado dos mecanismos institucionais e são fatores que não podem ser negligenciados na construção de um aparato jurídico-institucional voltada para regulação da vida coletiva (Putnan, 1994).

do estado, no caso da Baía da Ilha Grande. Mas estão, ao mesmo tempo, no coração do terceiro colégio eleitoral nacional e numa das áreas de maior visibilidade nacional e internacional do país. Elas não são, decididamente, apenas um ponto fora da curva e encará-las dessa forma representa um erro sociológico e político gigantesco. Elas dizem muito sobre os termos em que nossas instituições têm funcionado (mal).

Por outro lado, elas tampouco abrigam apenas a miséria socioeconômica e a insegurança com que muitas análises e discursos se acostumaram a descrevê-las, reiterando estigmas, escudados com as melhores intenções de reformistas sociais exógenos às regiões. A descida ao campo, a inquirição qualitativa operada pelo diálogo com atores locais nos revelou mais do que isso. Vimos em nossos diálogos muito mais do que a reiteração do lugar comum já amplamente consagrado sobre a Baixada e seu estigma de espaço irremediável da pobreza, da violência e da ausência de cultura cívica. Ao contrário, percebemos, também, uma cultura de resistência, que vai sendo tecida exatamente por alguns dos personagens sociais mais brutalmente atingidos pela lógica dominante. E ao divisar tal movimentação, é reforçada a percepção, novamente acionada pela lembrança da proposição dos primeiros formuladores das declarações de direitos, de que a Baixada e a Baía da Ilha Grande não são um ponto fora da curva, mas uma espécie de expressão trágica dos dilemas da democracia no Brasil. É com o desenvolvimento dessa percepção que fechamos este capítulo, utilizando como âncora teórica um elemento específico da democracia deliberativa, trazida anteriormente como terceiro elemento da reflexão contemporânea para o tema.

DEMOCRACIA E CULTURA DA RESISTÊNCIA

Assim como em todos os outros modelos analíticos, as teorias da democracia deliberativa têm várias versões e componentes. Pretendemos explorar um especificamente. Isso será feito com uma preocupação maior de situá-lo como ferramenta analítica para abordagem de nosso caso empírico do que para realizar um exercício analítico de seu conteúdo propriamente conceitual. Trata-se, basicamente, da ideia de esfera pública, segundo a abordagem dada por Habermas desde o início da década de 1990 e de seu lugar para a preservação da natureza propriamente democrática e republicana dos regimes políticos contemporâneos alinhados a tais perspectivas.

A esfera pública, tal como tratada por Habermas, funciona como o par de um dualismo com o qual ele começa operar cerca de uma década antes, em suas formulações originais sobre a ação comunicativa. Segundo essa versão propriamente política, a esfera pública é uma espécie de outro complementar do mundo do sistema, entendido como o conjunto de instâncias institucionais da vida social que operam segundo a lógica do interesse e do cálculo racional. Como espécie de contraponto a ele, na esfera pública residem as interações propriamente associativas, criativas e não reguladas pelos códigos cifrados da ordem jurídico-política formalizada, nem pela égide do interesse, que orienta o comportamento dos atores inscritos na lógica do mercado.

O isolamento entre o mundo do sistema e a esfera pública acabaria criando um abismo entre ambos com consequências desastrosas. As práticas, termos e valores da esfera pública tenderiam a reconhecer-se cada vez menos nas instâncias do sistema. Esse caráter isolado da esfera pública, tenderia a insular-se e seu destino seria, então, uma autonomização que, em última instância levaria à gradativa necrose do sistema e o esvaziamento de sua legitimidade. Dito de forma direta: a autonomização das instâncias formais e institucionais levaria à ruptura de um determinado arranjo sistêmico sem, necessariamente, o advento imediato de outro arranjo.

Nos termos postos por Habermas na obra supracitada, a esfera pública, pode ser entendida como algo muito próximo ao que costumamos chamar de sociedade civil organizada, mas está longe de ser resumida a ela. Nela estão, ou podem estar, os cafés, os teatros, as praças públicas, tanto quanto os botequins, os bailes e as quebradas em que o ajuntamento de indivíduos promove uma percepção do coletivo que os ultrapassa. A esfera pública é aquela em que o *status quo* do sistema é interpelado, desafiado e posto em questão. Na qual atravessamentos não formalizados regulam e codificam práticas coletivas e forjam éticas de convivência pública.

Precisamos avançar somente até aqui, na versão de esfera pública formulada por Habermas, para explorarmos o ponto que efetivamente nos importa. Há uma percepção generalizada, e correta, de que as diferentes concepções de democracia deliberativa partem do diagnóstico sobre a insuficiência das versões e desdobramentos da definição minimalista à Schumpeter sobre democracia e, no bojo dessa crítica, postulam a ampliação das instâncias e do acesso a lugares decisórios para a definição de sistemas como realmente democráticos. Evidentemente não observamos essa ampliação na Baixada

ou na região da Baía da Ilha Grande. Pelo contrário, percebemos que as dinâmicas políticas nessas regiões sequer contemplam os postulados acanhados previstos pela versão minimalista. Essa é a faceta do que definimos como o diagnóstico sombrio extraído de nosso trabalho. Mas ele não nos revela apenas esse lado sombrio e é com a ajuda de um frankfurtiano, por irônico que pareça, que desvendamos o lado solar de nosso campo. São as práticas e saberes de forças políticas historicamente subjugadas que despontam como as vias possíveis de habilitação de parâmetros democráticos formulados por pensadores que ignoram as dinâmicas de manutenção da ordem autoritária que foram legadas pelos processos coloniais (Collins, 2019). São essas forças que revelam que a própria democracia tem outros significados e parâmetros que só se manifestam pelos modos de organização e luta daquelas/es que foram continuamente vetados dos salões do poder. Eles seguem reivindicando para si os próprios sentidos da democracia e da igualdade.

Um aspecto do modelo deliberativo explorado como poucos por Habermas diz respeito à ampliação e esgarçamento da esfera pública. Quanto mais diversificada, intensa, densa e dissidente em relação à lógica sistêmica, mais a esfera pública funcionará como vetor capaz de pressionar de fora essa mesma lógica e incidir em suas dinâmicas. Maior será a porosidade do sistema e mais vascularizado estará para as mudanças e reenquadramentos que possam reverter os processos em vigor. Iniciativas como a de Teresa e a de José nos (re)oxigenam as esperanças quando nos descreve suas estratégias:

“Então a gente marcou um ato, teve muitos compartilhamentos, visibilidade, a [...] ajudou muito na costura de alcançar outros movimentos, eu conheci a [...] nessa época, eles ajudaram muito a construir também com articulação, montar outros atos.” [LUIZA]

“Eu acho que desde que eu entrei para faculdade, acho que escolher essa formação, uma família que sempre falou da questão racial, do movimento negro, cresci com isso, mas eu vi me vi na liderança, acho que é isso, eu vi que era uma liderança política em 2017 quando eu comecei a receber muitos convites, [...], eu comecei a receber muitos convites e ser muito identificada como uma mulher negra na cidade para falar de negritude e eu já era chamada para fazer palestra, para falar de coisas como [...], então tinha esse lugar por conta da profissão, mas a pauta racial, a questão racial, o combate ao racismo, o movimento de mulheres negras me colocou muito nesse... me colocou

nesse lugar, eu acho que isso, [...], oficialmente, mas sempre um pouco político, por isso que comecei a ser identificada, as pessoas me chamando para organizar isso.” [TERESA]

“A minha campanha, ela basicamente ela surge no fim das lutas que a gente está organizando aqui no movimento estudantil como um todo, tudo bem que tem o fato de eu ser do [...], ter uma trajetória ligada a juventude aqui em [...] de ter inserção no município. Mas ela também surge muito a partir do acúmulo de como a gente enxerga a visão de mundo sobre os conflitos que existem em [...]. E a princípio ela surge com a necessidade de constituir um campo social junto com esses atores que a gente está imerso dentro do movimento, do movimento estudantil, do movimento negro em que a gente pudesse expressar que tipo de política que a gente quer organizar a partir dessa perspectiva. Que tenha ampliação de mais direitos para a juventude, que tenha ampliação de direitos para o movimento negro, isso é importante a gente destacar.” [JOSÉ]

É exatamente esse potencial que extraímos dos depoimentos de jovens lideranças, mulheres, negros e negras, ativistas com diferentes inserções na vida associativa e militantes de coletivos com variados níveis de institucionalização. Eles e elas sentem medo, têm familiares, amigos e parceiros abduzidos pela lógica discricionária do sistema tal como ele opera, mas seguem forçando suas fronteiras. Mais importante: parecem perceber que também do lado da esfera pública não é aconselhável rejeitar as brechas localizáveis no sistema e ocupam posições, lançam mão de *expertise* adquiridas nos centros de pesquisa, nos cursos universitários, em experiências profissionais e nos cantos em que encontram e constroem instrumentos adequados para suas próprias lutas. Operam também esforços de transformação desses espaços, antes ocupados exclusivamente pelas elites brancas. Transitam, além disso, de um coletivo a outro, reconhecem as dimensões perversas e excludentes dos partidos, mas atuam neles e de modo a torná-los, como parte do mundo do sistema, um canal de incidência pelo mundo da vida e pelas dinâmicas da esfera pública, de onde retiram vigor e os saberes que orientam suas trajetórias. Luiza e Ana nos indicam caminhos possíveis para essas aspirações.

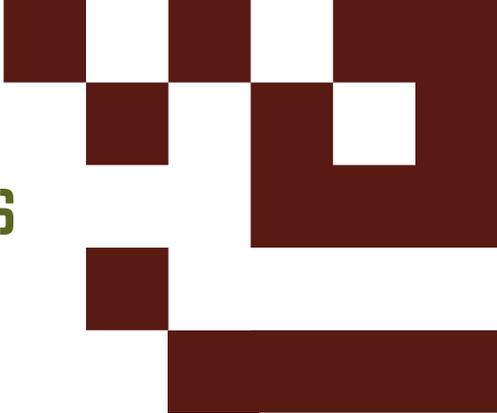
“Porque primeiro, eu acredito em processos coletivos, acho que é a única possibilidade de a gente conseguir pautar construções e sustentar, porque é isso, eleição e partidos são muito machistas e

muito racistas e super classistas, e tem uma costura que tem relação inclusive com esse projeto que é individual. E não é por isso que a gente aceitou essa candidatura, então a gente o tempo todo afirma que as decisões são coletivas, que esse é um projeto coletivo, e aí se me colocam contra a parede eu falo: ‘eu vou falar lá o que vocês estão falando, mas vocês não têm que falar comigo não, tem que falar com os outros’. É uma forma inclusive de proteção para mim, porque qualquer coisa que me pressionam... E isso no início acontecia muito, me ligavam e falavam de forma bem escrota comigo e eu dizia: ‘não tem que me convencer, convence as pessoas. Não tem que falar comigo’.” [LUIZA]

“E aí eu venho com essa luta política dentro do partido, tenho alguns enfrentamentos também internos, porque não é fácil ser mulher na política, tanto que em 2020 eu via a... e o crescimento nos últimos anos, em termo de articulação, eu faço parte de diferentes conselhos na cidade de [...], faço parte do conselho da mulher, conselho da saúde, conselho da educação, fiz parte da cidade, hoje não faço mais parte, tenho atuação em linha direta no conselho de cultura, tenho amigos meus que fazem parte, em assento titular, enfim, mas tenho participado de espaços, articulado com algumas instituições, que [...] atue em rede com outras ONG's, outras instituições de [...], no combate à fome, enfim.” [ANA]

É evidente que parte do que foi exposto nos últimos parágrafos é um misto de diagnóstico, fartamente corroborado por depoimentos e entrevistas, com uma certa dose de aposta normativa. Mas onde não existe essa última quando o objeto de estudo é a política? A percepção de que a ênfase nos mecanismos associativos, a participação em coletivos, o engajamento nos confrontos da esfera da sociedade civil, no mundo em que Habermas situa a esfera pública, não é contraditório à inserção na política partidária, por exemplo.

Encampar a atuação política no interior mesmo do sistema que os ameaça sugere a força da resistência expressa pelas lideranças e ativistas por nós entrevistadas/os. Esperamos que essas forças políticas sejam um traço de mudanças sólidas, duradouras e, mais importante, que representem um veto às violências tão difusas e estruturais que aqui retratamos. Isso faz parecer que em seu desfecho final, a despeito da dor, das perdas, e da brutalidade que pautam a política no campo estudado, nossa pesquisa traz notícias promissoras para a democracia que pode estar por vir.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

OS DADOS QUE ANALISAMOS ao longo deste estudo mostram consistentemente, tanto a contundência da violência política nos contextos da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande quanto sua penetração no cotidiano das relações de poder. O quadro que resulta de nossa análise sugere que há uma ampliação do alcance de padrões autoritários de poder baseados no recrudescimento da violência política, principalmente das hostilidades e agressões baseadas no poder de matar. Esses arranjos de poder violentos estão historicamente instalados nas regiões estudadas e parecem estar ganhando fôlego. Há, além disso, um terreno político fértil para o alcance de linguagens políticas baseadas no ódio à alteridade, no poder das armas e no desejo de aniquilação do outro. Os horizontes de consolidação de parâmetros democráticos de poder político e de instituições parecem ter perdido as últimas rodadas para o avanço da violência, especialmente do poder de matar, como ferramenta do poder.

No capítulo 1, mostramos, nesse sentido, a recorrência da violência política, especialmente na Baixada Fluminense. Apesar das precariedades da cobertura jornalística sobre violência política nas regiões estudadas, nosso levantamento expõe um variado repertório de violências políticas, com o poder das armas exercendo papel central. Execuções, atentados contra a vida e ameaças de morte encabeçaram a lista de casos que mapeamos. Mas há três casos que nos parecem emblemáticos para o exercício da violência política que analisamos. Trata-se dos casos de invasão e depredação de espaços políticos e do ataque armado a uma manifestação política. Essas ocorrências expressam o conteúdo dos ódios políticos contra negros, mulheres e LGBTQIA+ como motores da violência. São os casos nos quais o conteúdo político das agressões se exibe de modo mais direto e para além das disputas de poder das elites políticas baseadas no poder de matar. Evidenciam ainda a forma mais elementar da violência política que dá sustentação ao cenário desigual nos espaços institucionais, ao atacar incisivamente qualquer expressão contra hegemônica.

A disponibilidade e recorrência do poder de matar e o aprofundamento de práticas violentas relativas ao ódio definem um cenário propício para a reprodução e manutenção de padrões políticos autoritários.

A centralidade dos processos de violência política contra pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ foram analisados de modo detalhado no capítulo 2. O conjunto robusto de relatos que sistematizamos naquele capítulo demonstra que o quadro apresentado no primeiro capítulo é subestimado. Há um rol muito mais amplo de violências políticas que são revelados por uma perspectiva que tem as intersecções entre raça, gênero e classe como parâmetro. É importante destacar, ainda, as violências políticas exercidas nas estruturas institucionais e partidárias nas quais ativistas e lideranças dos movimentos negro, de mulheres e LGBTQIA+ procuram se organizar. As diversas camadas de vetos, barreiras administrativas e simbólicas que nossas/os entrevistadas/os nos relataram revelam um quadro que precisa urgentemente ser superado para a ampliação das chances de reversão dos contextos violentos que analisamos.

O capítulo 3, por sua vez, foi fundamental para a compreensão dos mecanismos ideológicos e de comunicação que são mobilizados para a construção de plataformas políticas baseadas na violência como valor. Essa análise permitiu mostrar, além disso, que a violência como plataforma política e eleitoral não se expressa apenas pelas tonalidades mais explícitas ou raivosas como as que são características dos fundamentalismos de extrema-direita hoje tão presentes na política nacional. O conjunto de dados com que trabalhamos para analisar o conteúdo veiculado nas redes sociais por políticos da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande que mobilizam a violência e a segurança pública como plataformas ideológicas, mostra que a linguagem da violência também penetra nos modos discursivos da política tradicional. Isso mostra que há, assim, um terreno fértil nas regiões estudadas para o avanço da violência como linguagem política nas regiões estudadas.

Por fim, no capítulo 4, procuramos fazer um balanço dos dilemas e horizontes para a consolidação de formas políticas democráticas nas regiões estudadas. Nossa análise procurou assinalar que os parâmetros da teoria democrática se encontram fortemente combalidos diante das fontes, vetores e formas de expressão da violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Mas também buscamos avaliar, principalmente, a partir do material que nos foi fornecido por nossas/os entrevistadas/os, que lutam cotidianamente pela construção democrática em suas áreas de atuação, quais os caminhos que se enunciam para a superação dessas violências e opressões.

Diante daquilo que debatemos neste trabalho e dos dados que apresentamos e sobre os quais refletimos, apresentamos, a seguir, um conjunto de recomendações para o combate à violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Apesar do recorte localizado dessas propostas, compreendemos que elas sejam importantes para escopos geográficos mais amplos do que os tratados aqui. Elas não buscam, entretanto, ser exaustivas e nem se sobrepor às recomendações que vêm sendo indicadas por organizações que há muito tempo procuram fazer incidência e *advocacy* contra a violência política no Brasil. São propostas que buscam se somar aos esforços coletivos que têm sido desenvolvidos visando contribuir com a prevenção e o enfrentamento da violência política no país.

RECOMENDAÇÕES

À Justiça e aos Ministérios Públicos Eleitorais

- Ampliar e refinar os mecanismos de controle, investigação e coerção que se dirijam para evitar e coibir a construção de candidaturas e mandatos políticos baseados em poderes criminais e na prática de crimes eleitorais;
- Estabelecer mecanismos especializados de controle que se dirijam especialmente para evitar que agentes de segurança pública e militares utilizem o poder armado como ferramenta de poder político;
- Coibir a veiculação de discursos de ódio e de incentivo à violência por parte de políticos em quaisquer meios, observando, ainda, a prioridade para os casos de violência política de gênero e raça sob os parâmetros definidos na Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021;
- Garantir a efetividade dos mecanismos de prevenção e coerção de violência política contra a mulher previstos na Lei nº 14.192;
- Fiscalizar e cobrar os partidos políticos a adequação de seus estatutos à referida lei, conforme prevê o seu Art. 7º;

- Fiscalizar a adoção das cotas de gênero e raciais do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, visando garantir que não haja candidaturas apenas formais e sem apoio político efetivo por parte dos partidos;
- Criar grupos de trabalho participativos especialmente dirigidos para a discussão e prevenção da violência política no estado do Rio de Janeiro, com foco nas regiões da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande;
- Estabelecer mecanismos de proteção à vida de políticas/os ameaçadas/os de morte, dando prioridade para mulheres, negros e LGBTQIA+.

Ao Poder Legislativo

- Criar legislação que estabeleça recursos específicos nas verbas de gabinete, bem como do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que se destinem para arcar com os custos de segurança de parlamentares e candidatas/os ameaçadas/os de morte;
- Estabelecer estruturas especializadas nas casas legislativas para a prevenção de violência política e proteção de parlamentares ameaçadas/os.

Aos Tribunais de Contas

- Ampliar e refinar mecanismos de controle que garantam que os recursos públicos, principalmente municipais, não sejam utilizados para fins de clientelismo eleitoral;
- Ampliar e refinar a fiscalização de contratos de prestação de serviços ao poder público por empresas financiadoras de campanhas eleitorais.

Aos partidos políticos

- Estabelecer a adequação de seus estatutos aos parâmetros de combate e prevenção da violência política de gênero previstos na Lei nº 14.192;
- Garantir a alocação de recursos das cotas de gênero e raciais do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;
- Assegurar que as cotas de gênero e raciais para campanhas eleitorais não se convertam apenas em distribuição formal de recursos nas prestações de contas de campanhas, mas em apoio político efetivo a candidaturas de negras/os, mulheres e LGBTQIA+;
- Estimular a criação de coletivos negros, femininos e LGBTQIA+ nos diretórios partidários e a construção de candidaturas e mandatos coletivos como metodologia para a qualificação de suas bancadas legislativas;
- Coibir práticas sexistas, misóginas, racistas e LGBTQIA+fóbicas no cotidiano das práticas partidárias;
- Ampliar a participação de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ nas direções dos diretórios partidários;
- Criar grupos de trabalho voltados para a construção de práticas de segurança e proteção de candidaturas da Baixada e da Baía da Ilha Grande, buscando diálogo e aprendizado com os coletivos e movimentos sociais que já acumulam *expertise* qualificada sobre essas práticas e protocolos;
- Estabelecer cotas de recursos partidários dirigidos para os custos de segurança a candidatas/os ameaçados.

NOTA METODOLÓGICA

TENDO EM VISTA OS OBJETIVOS PROPOSTOS para a pesquisa, optamos pela aplicação de uma metodologia semelhante àquela empregada no estudo anterior, operando a partir de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Visando ampliar e aprofundar o material coletado no primeiro ciclo de pesquisa, ao levantamento de casos feito a partir de notícias jornalísticas e às entrevistas em profundidade com atores afetos ao tema, realizamos também um monitoramento e análise das mídias sociais de políticos locais ligados ao campo da segurança pública. Operamos, dessa forma, tanto com fontes primárias quanto com fontes secundárias para a realização do estudo.

LEVANTAMENTO DE CASOS

A coleta do material jornalístico segue o mesmo critério utilizado anteriormente: foram consultados *sites* e portais de notícias, além de acervos digitalizados de jornais. O recorte temporal dessa vez considera apenas as notícias publicadas entre janeiro de 2021 e junho do ano corrente. Para garantir o máximo de resultados e a checagem das informações levantadas, as buscas têm sido realizadas tanto manualmente por nossos pesquisadores quanto através de uma ferramenta de clipagem (*Knew-in*). Em todo seu processo, o levantamento realizado compreendeu quatro etapas.

Na primeira etapa, selecionamos dois veículos jornalísticos específicos e realizamos buscas manuais em suas respectivas plataformas digitais: os jornais O Globo e Extra. Como no ciclo passado consideramos as vítimas do período entre o ano de 2015 e o ano de 2020, no ciclo atual, analisaremos os casos de violência política ocorridos entre janeiro de 2021 e junho de 2022.

Nos acervos virtuais e digitalizados dos veículos selecionados utilizamos um conjunto de palavras-chaves específicas definidas pela equipe como sendo fundamentais para alcançar resultados mais amplos e mais consistentes. Para

dar conta do novo rol de violências analisadas nesse novo ciclo, foi necessário adicionar novas palavras-chave às buscas. Todas as palavras-chave foram divididas em três grandes grupos de descritores correspondentes aos elementos mais significativos à pesquisa: ação, isso é, o tipo de violência perpetrado contra a vítima; perfil, isto é, a posição política ocupada pela vítima; e lugar, que é capaz de fornecer informações tanto sobre o lugar de origem da vítima quanto sobre o lugar onde a violência foi cometida. Abaixo temos as palavras-chave utilizadas nas buscas, divididas de acordo com o grupo de descritores aos quais pertencem:

AÇÃO “tiro” OR “tiros” OR “morto” OR “morta” OR “homicídio” OR “execução” OR “executada” OR “executado” OR “atentado” OR “assassinato” OR “assassinado” OR “assassinada” OR “agressão” OR “agressões” OR “agressões físicas” OR “facada” OR “soco” OR “chute” OR “pontapé” OR “tapa” OR “perseguição” OR “sequestro” OR “ameaça” OR “extorsão” OR “chantagem” OR “injúria” OR “xingamento” OR “insulto” OR “ofensa” OR “racismo” OR “homofobia” OR “misoginia” OR “machismo”

PERFIL “candidato” OR “candidata” OR “vereador” OR “vereadora” OR “prefeito” OR “prefeita” OR “deputado” OR “deputada” OR “senador” OR “senadora” OR “político” OR “política” OR “gestor” OR “assessor” OR “assessora” OR “cabo eleitoral” OR “ativista” OR “militante”

MUNICÍPIO “Queimados” OR “Japeri” OR “São João” OR “Magé” OR “Nova Iguaçu” OR “Nilópolis” OR “Paracambi” OR “Mesquita” OR “Guapimirim” OR “Belford Roxo” OR “Itaguaí” OR “Seropédica” OR “Mangaratiba” OR “Duque de Caxias” OR “Angra dos Reis” OR “Paraty”.

Nos *sites* e acervos digitalizados de cada jornal foi necessário utilizar combinações de até três palavras-chave, uma para cada grupo de descritores, para obter resultados (por exemplo: tiro [descriptor de ação] + candidato(a) [descriptor de perfil] + Queimados [descriptor de lugar]). Isso porque a utilização de combinações com número de palavras-chave superior a esse limite com frequência não oferecia nenhum resultado ou fornecia poucos resultados. Os resultados

de todas as buscas realizadas foram compilados em relatórios organizados de acordo com os veículos jornalísticos e as cidades pesquisadas. Além desses procedimentos, realizamos buscas diárias nas versões digitalizadas dos referidos jornais.

Na segunda etapa do levantamento, recorremos a uma ferramenta de clipagem digital capaz de realizar uma busca automática pelos principais jornais do Rio de Janeiro. Nessa etapa, ampliamos o número de veículos jornalísticos pesquisados e aos que foram consultados anteriormente adicionamos os jornais “O Dia” e “Meia Hora”. Com o uso da ferramenta de clipagem, diferentemente do que ocorre nos acervos digitais dos próprios jornais, foi possível agregar todas as palavras-chave no campo de busca. A exceção se deu com os nomes das cidades, que precisaram ser adicionados um por vez a cada busca.

Na terceira etapa, ampliamos as buscas para outros veículos midiáticos e passamos a considerar também os resultados de buscas feitas em ferramentas de pesquisa como o *Google*, o que nos levou a outros jornais, mídias alternativas, *sites* e portais de notícias locais e de grande alcance, mídias sociais e endereços eletrônicos de instituições como prefeituras municipais e tribunais eleitorais, (em anexo há a lista completa de *sites* utilizados pela pesquisa).

Como forma de ampliar o alcance de nosso levantamento, também acionamos o alerta de notícias do *Google*, ferramenta que a partir da seleção de palavras-chave pode ser acionada para detectar novos conteúdos indexados pela plataforma e notificar usuários cadastrados por *e-mail*. Para sermos notificados sobre notícias que poderiam interessar à pesquisa utilizamos palavras-chave abrangentes, pois, novamente, o uso de muitas palavras comprometeu os resultados. Assim, utilizamos o seguinte conjunto: Baixada Fluminense; Baía da Ilha Grande; violência; racismo; homofobia; machismo; política; político; vereador; prefeito; deputado; senador; polícia.

A partir dos resultados obtidos em todos os procedimentos de buscas, construímos um quadro com dados sistematizados a partir da identificação das seguintes variáveis: nome da vítima; vulgo da vítima; idade da vítima; partido político; ocupação; gênero; cor/raça; cargo político que ocupava; se ocupou cargo político anteriormente, qual?; relação política da vítima; cidade de atuação; cidade do fato; bairro do fato; local do fato; ano do fato; situação política; ano candidatura; dinâmica do fato; meio empregado na agressão; *link* matérias.

Finalmente, na quarta etapa do levantamento sobre os casos de violência política ocorridos entre o início de 2021 e junho de 2022, foram construídos dossiês com informações sobre cada caso e sobre as carreiras e relações políticas de cada uma das vítimas. Para tanto, utilizamos tanto informações jornalísticas disponibilizadas nos canais citados anteriormente quanto dados disponibilizados nos perfis das vítimas em suas mídias sociais.

ENTREVISTAS

Assim como no estudo anterior, o ciclo de pesquisa que deu origem a essa publicação também contou com a realização de entrevistas com atores afetos ao tema. O critério estabelecido para a seleção da/os entrevistada/os se manteve: foram ouvidos atores que têm ou já tiveram algum tipo de atuação, profissional e/ou política nas regiões analisadas. Entrevistamos ativistas, militantes, ex-candidatas/os e pré-candidatas/os a cargos eletivos e gestores públicos.

As entrevistas foram realizadas a partir de dois roteiros semiestruturados: um para a realização de entrevistas com políticas/os e ex-políticas/os (pré-candidatas/os, ex-candidatas/os, ex-administrador público) e outro para entrevistas com atores não ligados a carreiras políticas institucionais (ativistas, militantes). Diferentemente do que ocorreu no ciclo de pesquisa anterior, em decorrência da gravidade da pandemia de Covid-19, dessa vez, para além dos encontros realizados de maneira remota (*online*) através de plataforma de videoconferência, foram realizados também encontros presenciais com aqueles que assim preferiram. Ao todo, foram feitas, entre janeiro e junho de 2022, 14 entrevistas, totalizando mais de 20h de gravação. Foram consideradas também em nossa análise 21 entrevistas que realizamos no ciclo passado da pesquisa. Como no primeiro estudo, por questões de segurança, a todas as pessoas entrevistadas foi garantido o anonimato. Dessa forma, nomes ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-las não serão reveladas.

MONITORAMENTO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Complementarmente aos outros dois processos metodológicos, em outra frente de trabalho nossa equipe monitorou as mídias sociais de políticos pertencentes e/ou atuantes na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande associados a ou reconhecidos por sua atuação em relação aos temas da violência e da segurança pública.

Como ponto de partida para a seleção dos perfis a serem monitorados, consideramos nomes de cada um dos cinco municípios com maior número de assassinatos de políticos na Baixada Fluminense que levantamos na pesquisa passada, além de políticos que atuam em um município da Baía da Ilha Grande. Para definir os nomes que seriam acompanhados, foram utilizados alguns critérios. Em primeiro lugar, seria necessário que os nomes escolhidos tivessem uma produção de conteúdo substancial, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, em suas mídias sociais acerca dos assuntos abordados.

Para além dos conteúdos produzidos pelos próprios canais oficiais de comunicação desses atores, foram levadas em consideração também notícias jornalísticas sobre os atores em questão e os seus respectivos históricos de atuação política oficial (proposições legislativas, medidas de gestão governamental, discursos oficiais, etc.) e não oficial (como o envolvimento com redes criminosas, por exemplo), no que diz respeito aos temas analisados. Além disso, definimos que optaríamos preferencialmente por aqueles nomes que, além de preencherem os requisitos mencionados, demonstrassem a pretensão de se candidatar no pleito eleitoral desse ano, o que ampliaria as nossas chances de coletar informações e dados importantes, uma vez que violência e segurança pública constituem plataformas de grande engajamento político.

Partindo do estabelecimento desses parâmetros, em um mapeamento inicial observamos mais de 25 perfis com atuação em diferentes instâncias dos Poderes Executivo e Legislativo, em seus distintos níveis, municipal, estadual e federal. Trata-se de políticos considerados figuras-chave para as alianças entre grupos estabelecidos em seus municípios de origem, no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, com vistas ao pleito eleitoral de 2022. Muitos dos perfis selecionados, no entanto, não continham ou não geraram material pertinente ou suficientemente denso para análise no período analisado, o que nos levou

a descartar grande parte dos nomes inicialmente listados e a realizar algumas substituições por outros nomes em alguns casos⁵⁰. Esses critérios fizeram com que chegássemos aos dez políticos que monitoramos.

Para os fins da análise apresentada, foram consideradas somente as postagens feitas entre janeiro e junho de 2022. Foram acompanhadas um total de 30 páginas diferentes pertencentes aos dez políticos selecionados, distribuídos em três principais redes sociais virtuais: *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. O monitoramento dessas redes foi realizado de três formas distintas, porém complementares. Primeiramente, de forma manual, diariamente foram analisadas, selecionadas e coletadas postagens relacionadas ao tema em questão nos perfis desses atores. Essas postagens foram catalogadas de acordo com o tipo da publicação, seu conteúdo, descrição, plataforma e data da publicação. Ao todo, foram reunidas em nosso banco de dados mais de 400 publicações incluindo imagens.

Além disso, foram utilizadas ainda duas ferramentas automatizadas distintas, o *FanpageKarma*⁵¹, plataforma online específica para análise e gestão de mídias sociais, e o *ATLAS.ti*⁵², *software* de análise semântica de insumos audiovisuais e textuais. Foram gerados relatórios mensais sobre o desempenho desses perfis em termos de seguidores, relevância de cada rede, nível de “engajamento” e

50. É importante destacar que a ausência de publicações relacionadas aos temas da violência e da segurança pública em determinados perfis não exclui a participação dos políticos aos quais eles pertencem em iniciativas políticas ou episódios relacionados a esses temas. Em muitos casos, há notícias baseadas em investigações policiais que apontam para a participação de alguns desses políticos em organizações criminosas que se utilizam da violência para controlar determinados territórios.

51. *Fanpage Karma*. Página inicial. Disponível em: <https://www.fanpagekarma.com/>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

52. *ATLAS.ti*. Página inicial. Disponível em: <https://atlasti.com/>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

“interações”⁵³. Para os relatórios, foi selecionado o número máximo de amostras disponível pela versão gratuita da plataforma (até 5 mil posts por período selecionado), utilizando-se o nome dos titulares dos perfis e o seguinte conjunto de marcadores para as postagens de interesse específico da pesquisa: <segurança>, <polícia>, <forças armadas>, <exército>, <militares>, <violência>, <armas>, <Bolsonaro>, <crime>, <direitos humanos>, <ordem>, <pátria amada>.

Para as análises com o ATLAS.ti, foi inicialmente realizada uma coleta manual de imagens das postagens nos perfis acompanhados, organizadas por político e carregadas dessa forma na ferramenta. Esse material foi revisado e foram selecionadas “citações”, nesse caso, elementos textuais e imagéticos associados ao debate sobre segurança pública, posteriormente organizadas segundo um sistema de “códigos”. As citações podem compreender uma imagem ou partes dela, bem como segmentos de texto e áudio que sejam selecionados como relevantes para os interesses da pesquisa. Os códigos são agregadores categóricos de citações, e funcionam à serviço da busca de relações classificatórias e lógicas entre os termos identificados entre si. Os códigos foram então agregados nas seguintes “famílias”: ações, audiências, cenários, mensagens, pautas e instituições. No quadro a seguir, fornecemos um exemplo desse processo para a família de códigos ‘ações’. A lista completa encontra-se entre os anexos dessa publicação.

53. Ambas as categorias podem ser consideradas *interações*. Entretanto, o *engajamento* é um relatório que serve como uma espécie de balancete da média de *interações* diárias do conjunto das postagens de um perfil. O relatório de *interações*, por sua vez, reflete o sucesso médio de uma postagem individual, ou seja, os comentários, curtidas e compartilhamentos recebidos por um post, contabilizados pela ferramenta independente de juízo de valor sobre sua natureza e motivação. Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelo comportamento da *hashtag* “PT” (#PT) no conjunto analisado, cuja popularidade nas redes em termos de *interações* e *engajamento* tende a ser fortemente puxada pelo forte “sentimento anti-petista” vigente, que se seguiu ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

QUADRO 2 | EXEMPLO DO SISTEMA DE CÓDIGOS PARA A ANÁLISE DE IMAGENS NA FAMÍLIA 'AÇÕES'

FAMÍLIA	CÓDIGOS
AÇÕES	[<acompanhamento de obras e visitas a projetos>] [<ampliação do efetivo das polícias na região>] [<apreensão de armas>] [<apreensão de drogas>] [<aprovação de orçamento e/ou firmamento de parcerias>] [<caminhada com aliados>] [<inauguração de campanhas, projetos e equipamentos de segurança>] [<construção/reforma de unidades policiais>] [<debatendo ações>] [<distribuição de material de divulgação de projeto>] [<distribuição de tablets na rede municipal de ensino>] [<divulgação de atividade legislativa>] [<divulgação de conquistas/atividades do mandato/gestão>] [<divulgação de live/programa/ evento>] [<drenagem/limpeza de rio>] [<entrega de viaturas e equipamentos>] [<expansão do Operação Segurança Presente>] [<explicando os pilares e objetivos do projeto para a imprensa>] [<inauguração de equipamentos públicos em geral>] [<instalação de base da PMERJ>] [<instalação de base do Operação Segurança Presente>] [<obras de infraestrutura, saneamento e ordenamento urbano>] [<ouvindo a população>] [<pagamento de auxílio>] [<posicionamento em pautas de classe dos PSP>] [<prisão de criminosos>]

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Polén, Sueli Carneiro, 2019.

ALBERNAZ, E. R. *Deus e o Diabo na terra do sol: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2009.

ALBERNAZ, E. R. *Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares e evangélicos cariocas*. Caderno CRH, 23, 2010. pp. 525-539.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Polén, Sueli Carneiro, 2020.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1963.

ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da Baixada Fluminense*. Duque de Caxias-RJ: APPH, CLIO, 2003.

ALVES, Luana. Número de mulheres eleitas na Região Metropolitana ainda é pouco representativo e desproporcional. *G1*, Brasil. 17 de nov. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2020/noticia/2020/11/17/numero-de-mulheres-eleitas-na-regiao-metropolitana-do-rj-e-pouco-representativo-e-desproporcional.ghtml>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. *A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Periódico científico editado pela ANPAE, 35(3), 2019. pp. 633.

APPADURAI, Arjun. Estamos testemunhando a revolta das elites. *Blog do Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento — LEIC*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://11nq.com/W8QBr>. Acesso em: 16 out. 2020.

ARAÚJO, Cícero. *O processo constituinte brasileiro, a transição e o poder constituinte*. Lua Nova, São Paulo, N. 88, 2013. pp. 327-380.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. Compreensão e política. In. *Compreender: formação, exílio, totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASAD, Talal. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

AVRITZER, Leonardo. *Um Desenho Institucional para o Novo Associativismo*. Lua Nova, N. 39, 1997. pp. 149-202.

BARDALL, Gabrielle S. Violence, politics and gender. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford University Press, 2016.

BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, Seyla (Ed.) *Democracy and difference*. Contesting the boundaries of the political. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1996.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. The logic of political violence. *The Quarterly Journal of Economics*. v. 126, i. 3, August, 2011. pp. 1411–1445.

BIRMAN, P. *Guerra, religião, secularismo e alguns sujeitos sensíveis: reflexões preliminares a partir de Talal Asad*. EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade, 1(1), 2020, pp. 73-100.

BIRMAN, P.; NOVAES, R.; CRESPO, S. eds. *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. pp. 62-80.

BITAR, Renata. Deputada Erica Malunguinho registra BO após receber ameaças sobre participação na 26ª Parada LGBTQIA+ de SP. *G1*, Brasil. 14 de jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/14/deputada-erica-malunguinho-registra-bo-apos-receber-ameacas-sobre-participacao-na-26a-parada-lgbtqia-de-sp.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BOLSONARO sobre caso Bruno e Dom: 'Igual a subir no morro no Rio com esse olho azul: Vou pro microondas'. *UOL*, Brasil. 23 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lu-HzXt185U>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento e Lélia Gonzalez. *Revista de Estudos Feministas*. 22 (3), 2014.

CARMO, Samanta do. PF descobre plano contra deputada Talíria na Deep Web. *UOL*, Brasil. 27 de jun. de 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/policia-federal-descobre-plano-contradeputada-taliria-petrone-na-deep-web/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. v. 40, n. 2, 1997.

CENTENO, Ayrton. Bolsonaro pode cair, mas 30% de violentos e machistas vão continuar, avisa pesquisador. *BRASIL DE FATO*, Brasil. 27 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/27/bolsonaro-pode-cair-mas-os-30-de-violentos-e-machistas-va-continuar-avisa-pesquisador>. Acesso em 13 ago. 2022.

CHACINAS policiais. *GENI/UFF*, Brasil. Maio de 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CHADE, Jamil. Governo omite violência policial de raio-x sobre direitos humanos no Brasil. *UOL*, Brasil. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/TOFmbU>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DAGNINO, Evelina. Democracia, Teoria e Prática: a Participação da Sociedade Civil. In: PERISSINOTO, Renato; FUKS, Mario. *Democracia*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002.

DAS, Veena. *Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DATAFOLHA: 56% dos eleitores acreditam que Bolsonaro tentará um golpe. *BRASIL DE FATO*, Brasil. 31 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.brasil-defato.com.br/2022/07/31/datafolha-56-dos-eleitores-acreditam-que-bolsonaro-tentara-um-golpe>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAHL, Robert. *Polyarchy*. New Haven/London: Yale University, 1971.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, [1999 (1957)].

DUNN, John. *A história da democracia*. São Paulo: Ed. Unifesp, [2016 (2005)].

EUROPEAN Parliament resolution on the situation of indigenous and environmental defenders in Brazil, including the killing of Dom Philips and Bruno Pereira. *European Parliament*. 05 de jul. de 2022. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2022-0355_EN.html. Acesso em: 04 ago. 2022.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa. Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*, N. 49, 2000. pp. 47-68.

FARIAS, J.; ROCHA, L.; LEITE, M.; CARVALHO, M. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

FIGUEIREDO, Patricia. Polícia investiga caso de racismo contra deputado Orlando Silva: 'Aqui não é seu lugar', disse agressor em restaurante de SP. *G1*, Brasil. 04 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/04/policia-investiga-caso-de-racismo-contra-deputado-orlando-silva-aqui-nao-e-seu-lugar-disse-agressor-em-restaurante-de-sp.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

FILHO, Herculano Barreto. Sangue no chão e medo de morrer: Vila Cruzeiro após chacina que matou 23. *UOL*, Brasil. 04 de jun. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/04/vila-cruzeiro-apos-acao-que-matou-23-pessoas-rj.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

FILIPPIN, Natalia. Renato Freitas: entenda a cronologia do caso sobre a cassação do vereador em Curitiba. *G1*, Brasil. 05 de jul. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/07/05/renato-freitas-entenda-a-cronologia-do-caso-sobre-a-cassacao-do-vereador-em-curitiba.ghtml#forjado>. Acesso em: 08 ago. 2022.

FINLEY, Moses. *A democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, [1988 (1973)].

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FÓRUM GRITA BAIXADA; CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. (s./d.). *Um Brasil dentro do Brasil pede socorro: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense*. Nova Iguaçu-RJ, Fórum Grita Baixada, Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu.

GARLAND, David. The Culture of Control: Crime and Social Order. In: *Contemporary Society*. Oxford University Press, 2001.

GEERTZ, C. *O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”*. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), 7(7), 1998. pp. 205-235.

GERALDO, P. H. B. *O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004*. Religião & Sociedade, 32, 2012. pp. 97-129.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, L. G. Pequenos mundos gigantes: neotenia e transdução no second Life. In: Barbosa, Livia (org.). *Juventude e gerações no Brasil contemporâneo*. Porto alegre: Editora Sulina, 2012. pp. 121-155.

GOMES, Nilma Lino; GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi; *Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre as estratégias elaboradas por mulheres negras e brancas provedoras nas relações que estabelecem com a educação de seus filhos (as)*. In: *Artigo apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)Igualdades*. 07 a 10 de Ago. de 2011. Salvador — BA, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. (org. Flavia Rios e Márcia Lima). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2020.

GUSFIELD, Joseph R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1981.

GUIMARÃES, Jr. M. *Sociabilidade no ciberespaço: distinção entre plataformas e ambientes*. In: Reunião Anual da SBPC, 51. Porto Alegre, 1999.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Ed Tempo Brasileiro, [1994 (1992)].

HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HELD, David. *Models of democracy*. California: Stanford University, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque., *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL — IDMJR (2021). *Operações policiais na Baixada Fluminense: 1 ano de proibição de operações policiais. O que mudou na Baixada Fluminense? Duque de Caxias: IDMJR*. Disponível em: <https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio-de-Operacoes-Policiais-na-Baixada-.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *A Cara da Democracia no Brasil*. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Acesso em 13 de ago. de 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *Violência política de gênero e raça no Brasil 2021*. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org>. Acesso em: 13 ago. 2022.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Página Inicial*. Disponível em: <https://soudapaz.org/>. Acesso em 13 ago. 2022.

ISER. *Religião e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020*. 28 de abril de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/cHJYSI>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ISTOÉ. PR: *Guarda municipal é morto por bolsonarista em festa de aniversário com temática de Lula*. 10 de jul. de 2022. Disponível em: <https://9h.fit/UHpGQW>. Acesso em: 13 ago. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

JOTA. *Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro*. 10 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>. Acesso em: 04 ago. 2022.

JUSTIÇA aponta ‘omissão’ do governo federal e manda reforçar buscas por Dom Phillips e Bruno Pereira. *UOL*, Brasil. 08 de jun. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/06/08/justica-aponta-omissao-do-governo-federal-e-manda-reforçar-buscas-por-dom-phillips-e-bruno-pereira.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2008.

KLEIN, Cristian. Marqueteiros veem rede social como elitista, mas estratégica. *Valor Econômico*. 28 abr. 2022. Política. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/28/marqueteiros-veem-rede-social-como-elitista-mas-estrategica.ghtml>.

KLEINMAN, Arthur; DESJARLAIS, Robert. Violence, Culture, and Politics of Trauma. In: KLEINMAN, Arthur. *Writing at the margin: Discourse between anthropology and medicine*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press; London: University of California Press, 1995.

KUSHNIR, Karina. *O cotidiano na política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITÃO, D. K. GOMES, L. G. *Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life*. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2013.

LEITE, M. P. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”*: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2), 2012.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOPES, Léo; FIGUEIREDO, Carolina; CARVALHO, Bruna. Polícia destrói memorial feito para vítimas de operação que matou 28 pessoas no Rio. *CNN*, Brasil. 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-destrui-memorial-feito-para-vitimas-de-operacao-que-matou-28-pessoas-no-rio/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

LOURENÇO, Ana Carolina; ROZA, Gabriele; MARQUES, Juliana. *Mulheres negras decidem para onde vamos*. Instituto Marielle Franco; Mulheres Negras Decidem, 2021.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (orgs.). *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

LUBENOW, Jorge Adriano. *Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas*. Modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 121, Jun./2010. pp. 227-258.

MAFRA, C. *A dialética da perseguição*. *Religião e sociedade*, 19(1), 1998. pp. 59-84.

MAFRA, C. PAULA, R. de. (2002). *O espírito da simplicidade: a cosmologia da batalha espiritual e as concepções de corpo e pessoa entre policiais pentecostais cariocas*. *Religião e sociedade*, 22(1), 2002. pp.57-76.

MAFRA, C. *Jesus Christ, the town's lord and savior: pentecostal imagination and political utopia*. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, 49(3), 2006. pp. 583.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MELLO, Igor. Vereadora expõe ameaça em email de deputado bolsonarista, que nega. *UOL*, Brasil. 24 de jun. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/24/vereadora-expoe-ameaca-de-morte-em-email-de-deputado-bolsonarista-que-nega.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MILLER, D. SLATER, D. *Etnografia on e off line: cybercafés em trinidad*. *Revista Horizontes antropológicos*, n. 21, 2004.

NITAHARA, Akemi. *Em cinco anos, Rio teve 417 casos de desaparecimentos forçados*. Agência Brasil, Brasil. 30 ago. 2022. Disponível em: <https://agencia-brasil.etc.com.br/justica/noticia/2022-08/em-cinco-anos-rio-teve-417-desaparecimentos-forcados>. Acesso em 31 ago. 2022.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. *Direito e Sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

NUNES, R. *Of Whatis Bolsonaro the name?* Radical Philosophy 2.09/Winter 2020-21, 2021.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL. *Boletim trimestral N° 10*. Abr.-Jun., 2022. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, Grupo de Investigação Eleitoral — GIEL, 2022.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia Racial no Brasil. *Revista Intertérios*. v. 6, n. 10, 2020.

OLIVA, Gabriela. Afastada por ameaça de morte, Talíria Petrone retoma agendas no RJ. *PODER360*, Brasil. 25 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/afastada-por-ameacas-de-morte-taliria-petrone-retoma-agendas-no-rj/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE. *Página inicial*. Disponível em: <https://www.segurancapresente.rj.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

PROGREBINSCHI, Thamy. *Judicialização ou representação?* Política, direito e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PODER360. *Página inicial*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

POLIVANOV, B. *Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos*. Revista Esferas, 2(3), 2013. pp. 61-71.

PUTNAN, Robert. *Making democracywork. Civic traditions in modern Italy*. Princenton/New Jersey: Princeton University Press, 1994.

QUALIBEST. *Página inicial*. Disponível em: <https://www.institutoqualibest.com/download/redes-sociais-brasil/>. Acesso em 13 ago. 2022.

RELATÓRIO DE VISÃO GERAL GLOBAL DIGITAL 2022. *We Are Social; HOOTSUITE*. Disponível em: <https://www.amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2022-resumo-e-relatorio-completo>. Acesso em 13 ago. 2022.

RIBEIRO, Weudson. Governo foi questionado sobre demora em buscas por Dom e Bruno, mostra DPU. *UOL*, Brasil. 15 de jun. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/15/governo-foi-questionado-sobre-demora-nas-buscas-por-dom-e-bruno-mostra-dpu.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

ROCHA, Antônio Sérgio. *Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democratização*. Lua Nova, São Paulo: 88, 2013. pp. 39-87.

ROCHA, L. Mattos de. *Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas*. Ensaios, 2019. pp. 80-98.

RODRIGUES, André. Características do fascismo. In. RODRIGUES, André; DEL RÍO, Andrés, CAETANO, Licio; MARTON, Silmara (orgs.), *Textos formativos desde as margens: Periferia, território e interdisciplinaridade*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; ÁGUIDA, Juliana; MARINHO, Leandro; GUILHERME, Raquel. *Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder*. Rio de Janeiro, ISER, 2018.

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; WILLADINO, Raquel; DEL RÍO, Andrés; OCTAVIANO, Daniel; MARINHO, Leandro; GOMES, Thais. *Violência e política na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021.

RODRIGUES, André; DEL RÍO, Andrés. *O pior de nós: Reflexões sobre militares, direitas e pandemia nos dois primeiros anos do bolsonarismo no poder*. Curitiba: CRV, 2021.

RODRIGUES, Artur; SANTOS, José Matheus. Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país. *UOL*, Brasil. 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-perseguiçao-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1984 (1942)].

SOUZA, M. L. de. *Militarização da questão urbana*. Lutas Sociais, (29), 2012. pp. 117-129.

SOUZA, R. *Cria da favela: resistência à militarização da vida*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPYER, Juliano. *Mídias sociais no Brasil emergente*. São Paulo: Educ., 2018.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2022.

SUBRAMANIAM, Tara. Facebook Papers: veja o que os documentos vazados revelam até agora. *CNN Brasil*, Brasil. 30 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/facebook-papers-veja-o-que-os-documentos-vazados-revelam-ate-agora/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed Itatiaia/Ed Universidade de São Paulo, [1977 (1835)].

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleições. *TRE-RJ*, Brasil. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais/no-tre-rj/no-tre-rj>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Portal de dados abertos do TSE. *TSE*, Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?groups=candidatos>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TWITTER BRASIL. Como as pessoas usam o Twitter para se informar e debater sobre política. Blog. 30 jun. 2022. Disponível em: <https://blog.twitter.com/pt-br/topics/company/2022/como-as-pessoas-usam-o-twitter-para-se-informar-e-debater-sobre-politica>.

UN WOMEN. *Violence against women in politics: expert group meeting report & recommendations*. Nova Iorque: UN Women, 2018.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Universidade de Brasília, Vol. 1, 1994. pp. 267-277.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 13. Brasília, janeiro — abril de 2014. pp. 187-212.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA | Políticas/os e candidatas/os

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: “Esta entrevista é um subsídio para uma pesquisa sobre violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Trata-se de pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, do Observatório de Favelas, da Universidade *Witwatersrand* (WITS/África do Sul) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que busca monitorar e analisar casos de violências cometidas contra lideranças, representantes, ativistas, e gestores políticos nas referidas regiões do Rio de Janeiro, onde temos observado, desde 2016, um acirramento desse tipo de violência. Será garantido o sigilo de sua entrevista. Todos/as os/as entrevistados/as serão mantidos/as anônimos/as e asseguramos que não serão identificados/as em nenhuma hipótese nas publicações que decorrerem da pesquisa, como artigos, relatórios, livros etc. Você concorda em nos conceder esta entrevista?”

1 | PERFIL E TRAJETÓRIA

- Nome
- Idade
- Local onde mora
- Com qual gênero você se identifica?
- Raça / cor
- [SE O LOCAL ONDE MORA ATUALMENTE NÃO FICA NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE] Já foi morador da Baixada/Baía da Ilha Grande? Qual bairro e município?
- Religião

- Atividade profissional que desempenha atualmente
- Trajetória profissional
- Possui filiação político-partidária? Há quanto tempo?
- Já foi candidata/o a cargo político ou já exerceu algum cargo na administração pública?

2 | ATUAÇÃO POLÍTICA/ESTATAL/SOCIAL E VIOLÊNCIA

- Como foi que entrou para a política ativismo associativismo militância Estado? Quais motivações? Quais redes?
- Você recebeu apoio de algum político já eleito para a sua campanha?
- Poderia falar mais sobre como foi a campanha?
- Recebeu algum suporte do partido? [**RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS. EX.: ASSESSORIA JURÍDICA, POLÍTICA E CONTÁBIL**] Quais?
- Havia bairros em que não podia fazer campanha? Se sim, por quê?
- Poderia relatar algum episódio durante a campanha no qual se sentiu ameaçada/o ou tenha sentido medo?
- Poderia relatar algum episódio de violência sofrida durante a campanha exercício das suas funções/atividades? Descreva.
- Alguém da sua equipe ou entre seus/suas companheiros/as já foi vítima de violência por sua atuação política na Baixada/Baía da Ilha Grande?
- Quais grupos políticos ou redes criminosas você considera que possam estar implicados nessas violências relatadas?
- O que mudou na sua rotina pessoal por conta da sua atuação política? [**DIFERENCIAR ANTES E DEPOIS DA CAMPANHA**]
- O que mudou na rotina de seus familiares por conta de sua atuação política? [**DIFERENCIAR ANTES E DEPOIS DA CAMPANHA**]

- Você precisou empregar recursos, humanos e financeiros, em sua segurança pessoal, desde que começou sua atividade política? Quais? Você poderia falar quais as fontes desses recursos?
- Teve algum apoio do partido/estrutura parlamentar/outros para arcar com essa estrutura?
- O que mudou na sua rotina por conta dessas medidas de segurança?
- O que mudou na rotina dos seus familiares por conta dessas medidas de segurança?
- Já sofreu racismo, inclusive racismo institucional, em sua trajetória política/ativista? Poderia falar como foi?
- Poderia falar um pouco sobre as dificuldades encontradas por ser um/a ativista/político/a negro/a?
- Qual balanço você faz da sua experiência na política/militância? [**TENTAR APURAR RAZÕES PARA PROSEGUIR OU DESISTIR DA POLÍTICA**]

3 | PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE

- Em sua opinião, quais fatores contribuem para a construção de carreiras políticas que conquistam mandatos e vencem eleições na Baixada/Baía da Ilha Grande de modo predominante? [**PARÁFRASE: O QUE LEVA UM POLÍTICO A TER SUCESSO ELEITORAL NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE?**]
- No seu município existem grupos que controlam a política? A que você atribui isso? Poderia descrever um pouco a trajetória desses grupos políticos?
- Já ouviu falar de envolvimento de políticos da Baixada/Baía da Ilha Grande com redes criminosas? Quais?
- Já ouviu falar de casos de políticos da Baixada/Baía da Ilha Grande que foram vítimas de violência ou foram mortos? Pode falar de alguns desses casos?
- Já ouviu falar de casos de políticos que tenham sido apontados como autores de violência? Pode falar de alguns desses casos?

- Em sua opinião, o que faz um político ou ativista correr risco por sua atuação no seu município?
- Tem observado uma ampliação de policiais e profissionais de segurança pública na política na Baixada/Baía da Ilha Grande? O que pensa disso?
- Esses policiais e agentes de segurança pública possuem relação com redes criminosas? Quais?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA | Lideranças e ativistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: “Esta entrevista é um subsídio para uma pesquisa sobre violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Trata-se de pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, do Observatório de Favelas, da Universidade *Witwatersrand* (WITS/África do Sul) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que busca monitorar e analisar casos de violências cometidas contra lideranças, representantes, ativistas, e gestores políticos nas referidas regiões do Rio de Janeiro, onde temos observado, desde 2016, um acirramento desse tipo de violência. Será garantido o sigilo de sua entrevista. Todos/as os/as entrevistados/as serão mantidos/as anônimos/as e asseguramos que não serão identificados/as em nenhuma hipótese nas publicações que decorrerem da pesquisa, como artigos, relatórios, livros etc. Você concorda em nos conceder esta entrevista?”

1 | PERFIL E TRAJETÓRIA

- Nome
- Idade
- Local onde mora
- Com qual gênero você se identifica?
- Raça cor
- [SE O LOCAL ONDE MORA ATUALMENTE NÃO FICA NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE] Já foi morador/a da Baixada/Baía da Ilha Grande? Qual bairro e município?

- Religião
- Atividade profissional que desempenha atualmente.
- Trajetória profissional.
- Possui filiação político-partidária? Há quanto tempo?
- Já foi candidato/a a cargo político ou já exerceu algum cargo administração pública?

2 | ATUAÇÃO POLÍTICA/MILITÂNCIA E VIOLÊNCIA

- Como foi que entrou para a política ativismo associativismo militância Estado? Quais motivações? Conte um pouco sobre a sua trajetória.
- Já passou por algum episódio em sua atuação política no qual se sentiu ameaçada/o ou tenha sentido medo?
- Já passou por algum episódio de violência sofrida no exercício das suas funções/atividades? Descreva.
- Alguém da sua equipe ou entre seus companheiros/as já foi vítima de violência por sua atuação política?
- Quais grupos políticos ou redes criminosas você considera que possam estar implicados nessas violências relatadas?
- O que mudou na sua rotina pessoal por conta da sua atuação como ativista/militante?
- O que mudou na rotina de seus familiares por conta de sua atuação como ativista/militante?
- Você precisou empregar recursos, humanos e financeiros, em sua segurança pessoal, desde que começou suas atividades como ativista/militante? Quais? Você poderia falar quais as fontes desses recursos?
- Teve algum apoio institucional para arcar com essa estrutura?
- O que mudou na sua rotina por conta dessas medidas de segurança?

- O que mudou na rotina dos seus familiares por conta dessas medidas de segurança?
- Já sofreu racismo, inclusive racismo institucional, em sua trajetória política/ativista? Poderia falar como foi?
- Poderia falar um pouco sobre as dificuldades encontradas por ser um/a ativista/político/a negra?

3 | PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICA NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE

- Em sua opinião, quais fatores contribuem para a construção de carreiras políticas que conquistam mandatos e vencem eleições na Baixada/Baía da Ilha Grande de modo predominante? [**PARÁFRASE: O QUE LEVA UM POLÍTICO A TER SUCESSO ELEITORAL NA BAIXADA/BAÍA DA ILHA GRANDE?**]
- No seu município existem grupos que controlam a política? A que você atribui isso? Poderia descrever um pouco a trajetória desses grupos políticos?
- Já ouviu falar de envolvimento de políticos da Baixada/Baía da Ilha Grande com redes criminosas? Quais?
- Já ouviu falar de casos de políticos da Baixada/Baía da Ilha Grande que foram vítimas de violência ou foram mortos? Pode falar de alguns desses casos?
- Já ouviu falar de casos de políticos que tenham sido apontados como autores de violência? Pode falar de alguns desses casos?
- Em sua opinião, o que faz um político ou ativista correr risco por sua atuação no seu município?
- Tem observado uma ampliação de policiais e profissionais de segurança pública na política na Baixada/Baía da Ilha Grande? O que pensa disso?
- Esses policiais e agentes de segurança pública possuem relação com redes criminosas? Quais?

REALIZAÇÃO:



LEPOV
LABORATÓRIO DE
ESTUDOS SOBRE
POLÍTICA E VIOLÊNCIA



PARCERIA:



APOIO:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS